
Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco¹, Ricardo Serra Borsatto²
e Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo³

.....

Resumen

La agricultura familiar brasileña representa un importante segmento del medio rural pues es responsable por la producción de 70% de los productos alimenticios además de promover el mantenimiento del hombre en el campo. En este sentido; se torna importante que a esta categoría de agricultura se le direccionen políticas públicas para la promoción de su fortalecimiento y reconocimiento. A partir de la década de 1990 se inició un proceso de apoyo a la agricultura familiar brasileña con la implantación de políticas públicas a su favor. En 2003 fue creado el PAA - Programa de Compra de Alimentos (PAA siglas en portugués) a través de una demanda de la sociedad y de

-
- 1 Profa. Titular Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP, Campinas-SP, Brasil.
Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. sonia@feagri.unicamp.br
- 2 Prof. Dr. Fatec/Itapetininga; Pós-doutorando Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP, Campinas-SP, Brasil. rsborsat@ig.com.br
- 3 Dra. Pós-doutoranda, bolsista FAPESP, Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP, Campinas-SP, Brasil. vanilde@yahoo.com

las instituciones públicas que trabajaban para el fortalecimiento de la agricultura familiar; aliado al tema de la seguridad alimentaria y nutricional. En el año 2009 con el Programa Nacional de Alimentación Escolar - PNAE (siglas en portugués), a través de la formulación de la Ley 11.947, se creó una relación entre la alimentación escolar y la agricultura familiar local o regional. Este trabajo objetivo analizar el PAA y el PNAE, verificando sus impactos y entraves, en cuatro estudios de caso conducidos en el Estado de San Pablo – Brasil. Para esto, fueron realizadas entrevistas con gestores locales y fueron aplicados cuestionarios entre los agricultores familiares. Se verificó una pequeña adhesión de los agricultores familiares en cuanto a su participación en el PNAE. Se constató también que el PAA se constituye en la principal fuente de renta entre los agricultores en los municipios investigados, contribuyendo para la seguridad alimentaria.

Palabras clave: Agricultura familiar, Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), Programa de Compra de Alimentos (PAA), Políticas Públicas.

Summary

The Brazilian family farming represents an important segment of the rural sector, since it is responsible for producing 70% of food products, and promotes the maintenance of farmers in the field. In this sense, it is important to direct specific public policies to this category aiming promoting their empowerment and recognition. From the 1990s began a process to support Brazilian family farming with the implementation of public policies in their favor. In 2003 was created the PAA (Program of Food Acquisition) resulted of a demand from society and public institutions working to strengthen family agriculture, combined with the issue of food security and nutrition. In 2009 the National School Feeding Program (PNAE) through of Law 11,947, formed an institutional link between school feeding and local or regional family farms. This study aimed to analyze the PAA and PNAE, checking their impacts and barriers, using four case studies conducted in the São Paulo State. Therefore, we conducted interviews with local managers and questionnaires were administered among farmers. As results was observed a small adhesion of farmers to PNAE and was also found that the PAA is the main source of income among benefitted farmers in the municipalities surveyed, contributing to their food security.

Keywords: Family farming, National School Feeding Program (PNAE), Program of Food Acquisition (PAA), Public Policies.

Introdução

Ao longo dos últimos anos, consistentes transformações nas políticas públicas agrícolas concebidas pelo Estado brasileiro vêm se efetivando, as quais passam a considerar a heterogeneidade do rural brasileiro e a reconhecer a agricultura familiar como um público de relevância nesse cenário.

Historicamente, no Brasil, as políticas públicas para o setor rural beneficiaram somente os grandes agricultores, principalmente aqueles que se dedicavam às culturas de exportação, relegando a agricultura familiar a um lugar secundário e subalterno. Isso se evidencia em estudos comparativos internacionais, como o coordenado por Lamarche (1998). De acordo com Wanderley (1995) a agricultura familiar brasileira, quando comparada a de outros países, se conformou como um “setor bloqueado”, impossibilitado para desenvolver suas potencialidades.

Ressalta-se que existem várias definições sobre política pública, não havendo uma única ou melhor definição. Souza (2006) resume política pública como sendo o campo de conhecimento que coloca o governo em ação e, ao mesmo tempo, analisa essa ação e, quando há necessidade, propõe mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Com o crescimento da luta dos trabalhadores rurais por intermédio dos movimentos que se alastraram pelo País pós-ditadura e a consolidação das entidades representativas da agricultura familiar, que exerceram forte pressão junto ao poder público, depois de séculos de esquecimento, a agricultura familiar começou a ser contemplada com políticas públicas a partir da segunda metade da década de 1990. Como primeiro grande resultado concreto desse processo ressalta-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996.

Desde então, outros programas com o intuito de apoiar a agricultura familiar vêm sendo implementados, dentre os quais destacam-se, além do PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Diversos estudos têm apontado que a implementação desses programas contribuem de forma significativa na transformação do rural brasileiro, servindo como arrimo para os agricultores familiares, e assim permitindo que esse segmento expresse as suas potencialidades (Almeida, Ferrante y Bergamasco, 2009; Guanziroli, 2007; Balsadi, 2004; Triches y Schneider, 2010; Baccarin *et al.*, 2011; Grisa *et al.*, 2011; Agapito *et al.*, 2012).

Por serem programas de grande relevância social, que também envolvem elevadas montas de recursos financeiros, é de fundamental importância para a sociedade brasileira que estes sejam constantemente monitorados, avaliados e aperfeiçoados com vistas a cumprirem de forma eficaz e eficiente os seus objetivos.

Dentro deste contexto é que se insere o presente artigo, cujo como objetivo foi realizar uma análise de duas importantes políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar em curso no Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enfatizando seus impactos e entraves, utilizando para tanto quatro estudos de casos conduzidos no Estado de São Paulo.

O programa de aquisição dos alimentos - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) insere-se no contexto de política pública voltada à agricultura familiar, com ênfase à segurança alimentar. Foi instituído em 2003 sendo uma das ações do programa Fome Zero. Assim, o PAA surgiu de uma demanda da sociedade e de instituições públicas que trabalhavam para o fortalecimento da agricultura familiar aliado ao tema da segurança alimentar e nutricional.

A criação do PAA foi resultado da confluência de dois importantes debates ocorridos durante a década de 1990 no Brasil. O primeiro tinha como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O segundo debate era direcionado ao reconhecimento da importância da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais (Grisa *et. al.*, 2011).

O PAA foi implantado objetivando o incentivo da produção de alimentos pela agricultura familiar, o incentivo à comercialização desses produtos e a contribuição para que pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional possam ter acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade. Ou seja, o PAA alia a política agrícola, enfocando a questão da comercialização, à segurança alimentar e nutricional da população.

Nesse sentido, a implantação do PAA demonstra, de forma inédita, a atuação e presença do Estado como um pilar para a comercialização da produção da agricultura familiar, e a particularidade do assunto

está relacionado amplamente com a importância assumida pela agricultura familiar no contexto das políticas públicas, bem como componente essencial para o desenvolvimento rural, tendo como bases a sustentabilidade e novos paradigmas de produção (Feltraco, 2010).

O PAA também tem por objetivo contribuir para formação de estoques estratégicos e com isso permitir aos agricultores familiares armazenarem seus produtos para que esses possam ser comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

Deste modo, o Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar faz parte das políticas de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e também do Plano Safra para a Agricultura Familiar. A fonte de recursos para o desenvolvimento do PAA é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do MDA. Os executores do Programa são a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os Estados e Municípios.

De acordo com Becker *et al.* (2009), além dos objetivos explícitos do Programa, existem outros que se encontram implícitos, como a distribuição de renda, a circulação de dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional. Com isso, o apoio à produção para o autoconsumo, a partir do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo igualmente são benefícios indiretos que se dá pela recuperação dos preços pagos aos produtores.

Em termos operacionais o PAA possui cinco modalidades:

1. **Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF):** essa modalidade possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, através da compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela Conab com recursos do MDS e do MDA. O valor anual comercializado por agricultor está estipulado no limite de R\$ 8.000,00.
2. **Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (CAEAF),** conhecida também como Compra para Doação Simultânea: destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar de escolas, albergues, asilos, hospitais públicos, entre outros, bem como dos programas sociais

da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Esta modalidade é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais, ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação) quando operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. O limite anual comercializado por agricultor nessa modalidade é de R\$ 4.500,00.

3. **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar:** objetiva adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela Conab com recursos do MDA e do MDS. O valor anual comercializado por agricultor está limitado a R\$ 8.000,00.
4. **Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (IPCL):** visa incentivar a produção familiar de leite e estimular o consumo deste por famílias/pessoas em situação de risco alimentar. É operada pelos estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios estados. O valor limite comercializado por agricultor é de R\$ 4.000,00 por semestre. (BRASIL, 2006).
5. **Compra institucional:** garante a dispensa do procedimento licitatório na aquisição de alimentos da agricultura familiar para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos, como por exemplo a dos presídios, hospitalares, quartéis e restaurantes universitários. O limite por unidade familiar é de R\$ 8.000,00 por ano.

Quando o programa foi iniciado, a modalidade que mais tinha incremento de recursos era o PAA Leite, mas a partir de 2007, a modalidade Compra com Doação Simultânea passou a ganhar maior importância através do aumento no volume de recursos (BRASIL, 2010).

Desde a sua criação em 2003 o PAA vem recebendo um incremento no volume de recursos, embora ainda sejam muito inferiores às demandas da agricultura familiar. A Tabela 1 apresenta a evolução dos recursos aplicados pelo MDA e MDS na aquisição de produtos pelo PAA.

Tabela 1. Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos no país (R\$).

ANO	VALOR (R\$)
2003	81.541.207
2004	107.185.826
2005	112.791.660
2006	200.954.580
2007	228.352.967
2008	272.490.388
2009	363.381.941
2010	379.735.466
2011	451.036.204
TOTAL	2.197.470.241

Fonte e Elaboração: Conab: Supaf/Gecaf, 2011.

Em 2011 a distribuição dos recursos do PAA foi maior na região nordeste (33%), seguida pela região sul (28%), sudeste (25%) do Brasil e com participações menores as regiões norte e centro oeste, com 7% cada uma. Esses resultados demonstram que a demanda pelo PAA é variável, de acordo com as características próprias de cada região, em termos de organização social e acesso à informação.

Tabela 2. Recursos do MDS e MDA aplicados por região em 2011. (R\$)

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C. OESTE	TOTAL
Sub Total MDS	25.279.088	146.144.179	105.843.478	110.340.726	29.629.617	417.237.088
SUB Total MDA	4.107.050	7.530.019	5.898.031	13.868.532	2.395.486	33.799.118
Total	29.386.138	153.674.198	111.741.509	124.209.258	32.025.103	451.036.206

Fonte: Conab: Supaf/Gecaf, 2011.

Durante os nove anos de operação do PAA pela Conab, milhares de famílias foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao governo federal, obtendo garantia de renda e de melhoria na qualidade de vida. Em 2011 a região Nordeste foi a que apresentou o maior número de famílias de agricultores beneficiadas, seguida da região Sul e Sudeste.

As regiões onde havia o menor número de famílias que participaram do Programa foram Centro-Oeste e Norte respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3. Número de famílias agricultoras participantes do PAA, com recursos do MDS e MDA, por região (2011).

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	TOTAL
Sub Total MDS	6.199	36.780	25.498	24.049	6.944	99.470
SUB Total MDA	976	1.815	1.437	2.366	536	7.130
TOTAL	7.175	38.595	26.935	26.415	7.480	106.600

Fonte: Conab: Supaf/Gecaf, 2011.

Percebe-se que pelo universo da agricultura familiar no Brasil, identificado no Censo Agropecuário realizado em 2006 com mais de 4 milhões de estabelecimentos rurais familiares ainda são poucos os que participam desse Programa. Porém, o PAA vem alcançando a cada ano seus objetivos, promovendo a geração de renda, sustentação de preços aos agricultores familiares e garantindo a segurança alimentar e nutricional da população urbana e rural. Desta forma, o PAA se consolida como uma política pública voltada para o agricultor familiar, garantindo ao mesmo tempo, a segurança alimentar da população em situação de insegurança alimentar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei 11.947/2009)

Outro grande passo para a promoção da agricultura familiar está relacionado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e ao mesmo tempo melhorar os hábitos alimentares dos alunos. Apesar de historicamente o PNAE apoiar a agricultura familiar, uma vez que adquire alimentos para a alimentação escolar, foi apenas em 2009 com a Lei 11.947 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional. De acordo com o artigo 14 dessa Lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação (FNDE), aos Estados e municípios para a compra de alimentos deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Essa nova política pública voltada à agricultura familiar tem como órgão gestor o Ministério da Educação, através do PNAE, com a coordenação e recursos do FNDE. Essa iniciativa além de criar um novo mercado, o da alimentação escolar, colabora para que a agricultura familiar se organize cada vez mais. Para quem adquire os alimentos, o resultado é mais qualidade na alimentação a ser servida, na manutenção e na apropriação de hábitos alimentares saudáveis e mais desenvolvimento local de forma sustentável (Brasil, 2009).

De acordo com o documento: “O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar” (Brasil, 2009), é necessário observar os princípios e as diretrizes definidos pelo PNAE:

- alimentação saudável e adequada;
- respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis;
- controle social;
- segurança alimentar e nutricional;
- desenvolvimento sustentável, que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Do ponto de vista da produção, essa conexão é mais uma alternativa:

- ao combate à pobreza rural;
- à garantia da segurança alimentar;
- à geração de renda e agregação de valor;
- à sustentabilidade do modelo de desenvolvimento.

O FNDE conta com parcerias para a implementação desta legislação, entre elas a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A regulamentação da Lei 11.947 ocorreu através da Resolução 38 do FNDE, a qual regula os repasses de recursos federais para a alimentação escolar, prevendo a aquisição direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio das Chamadas Públicas, tornando-se um instrumento mais objetivo para a implementação do artigo 14 da

referida Lei, proporcionando um contato inicial de forma legal entre os agricultores familiares e as prefeituras (Malina, 2012).

As chamadas públicas são meios de aquisição de produtos em substituição à necessidade em se realizar a licitação, ou seja, a aquisição de produtos da agricultura familiar passa a ser realizada por meio das chamadas públicas sem necessidade de licitação. Porém, deve haver uma ampla divulgação da chamada e “conter minimamente as informações necessárias às organizações da agricultura familiar que se interessem em fornecer para a alimentação escolar, como produto, período e local de entrega, quantidade, padrão de qualidade.” (Mülle, 2010).

O agricultor familiar pode participar da chamada pública de forma individual ou através de suas organizações, sejam elas informais ou formais, como associações e cooperativas. Para tanto, o agricultor familiar deve ser reconhecido formalmente, através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é o instrumento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP Jurídica) para o acesso a políticas públicas, como o Pronaf, o PAA e o PNAE. O artigo 24 da Resolução 38 estabelecia que o limite máximo anual de venda dos produtos da agricultura familiar era de R\$ 9.000,00, por DAP por ano. Em julho de 2012, esse limite máximo foi aumentado através da Resolução nº 25 que alterou a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução 38, de julho de 2009. Com a alteração, o limite de venda ao PNAE passou de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por DAP/ano.

Para a implantação da lei é fundamental o diálogo interno entre os diversos setores da prefeitura e o ambiente externo, ou seja, entre a prefeitura, os agricultores e os órgãos de assistência técnica e extensão rural, uma vez que essa forma de comercialização é uma novidade para todas as partes envolvidas (Malina, 2012).

Para haver a compra e a venda dos produtos da agricultura familiar para que os municípios os destinem à merenda escolar alguns passos devem ser seguidos:

1º passo – Construção do cardápio: elaborados pelo nutricionista responsável, utilizando alimentos básicos, respeitando as referências nutricionais, a cultura alimentar local, levando sempre em conta a diversificação agrícola da região, uma alimentação saudável e adequada, além da sustentabilidade.

2º passo – Chamada Pública: As entidades executoras (Secretarias Estaduais de Educação, prefeituras ou escolas) deverão publicar, por meio de Chamada Pública, em jornal de circulação local, regional,

estadual ou nacional, em página na internet e na forma de mural em local público de ampla circulação, quais os alimentos e a quantidade de cada um deles que desejam adquirir da agricultura familiar para alimentação escolar. Além disso, pode-se usar outros meios de divulgação como, por exemplo, as rádios comunitárias.

3º passo – Preços de referência: deverão servir de parâmetro para os valores dos produtos a serem adquiridos, demonstrando que o gestor pagou preços justos. Devem ser atualizados semestralmente⁴.

4º passo – Elaboração de projeto de venda: documento que torna formal o interesse dos agricultores familiares em vender para a Alimentação Escolar.

5º passo – Recebimento de projeto de venda: a entrega do projeto de venda deve ser acompanhada da seguinte documentação de habilitação dos fornecedores:

- **grupos informais:** Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de cada agricultor participante, CPF e Projeto de Venda.

- **grupos formais:** Extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e Projeto de Venda.

6º passo – seleção dos projetos de venda: a seleção dos projetos de venda será realizada pela entidade executora e terão prioridade, nesta ordem, os projetos do município, da região, do território rural, do estado e do país. (Brasil, 2009).

Assim, a aprovação da Lei 11.947/2009 é mais um importante passo para o reconhecimento do papel econômico e social da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil, uma vez que essa categoria de agricultura representava em 2006 84,4% do total de estabelecimentos rurais do Brasil. Mesmo cultivando uma área menor, foi responsável pela produção dos principais produtos destinados à alimentação humana, como: 87% da produção nacional da mandioca,

4 Compras de até R\$ 100 mil por ano, calcular: A média dos preços pagos aos agricultores familiares por três mercados varejistas, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar; ou os preços vigentes de venda para o varejo, apurado junto aos produtores, cooperativas, associações ou agroindústrias familiares, em pesquisa no mercado local ou regional.

Compras iguais ou superiores a R\$ 100 mil por ano, calcular: A média dos preços praticados no mercado atacadista nos últimos 12 meses; ou os preços apurados nas licitações de compras de alimentos realizadas no âmbito da Entidade Executora, desde que estejam em vigor; ou os preços vigentes, apurados em orçamento, de no mínimo três mercados atacadistas locais ou regionais. (Brasil, 2011).

70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, além de ser representativa na produção de suínos (59%), leite (58%), aves (50%), bovinos (30%) e trigo (21%) (Brasil, Censo Agropecuário, 2009).

Para o agricultor familiar a nova Lei abre mais um mercado, o da alimentação escolar, que conta com um potencial de 47 milhões de alunos, distribuídos em 190 mil escolas da Rede Pública de Ensino em todo Brasil. (Brasil, 2011).

Caminhos metodológicos

O presente trabalho parte da análise de dados primários obtidos em quatro estudos de casos sobre a execução do PAA e PNAE realizados em diferentes municípios (Itapetininga⁵, Jarinu⁶, Angatuba⁷ e Campina do Monte Alegre⁸) do estado de São Paulo. Esses estudos foram conduzidos entre os anos de 2011 e 2012 pelos autores desse trabalho em parceria com outros pesquisadores. Enquanto no município de Jarinu o foco do estudo foi a operacionalização do PNAE, nos outros três municípios estudados, o PAA foi o programa avaliado.

Destaca-se que os quatro municípios se caracterizam por uma forte presença da agricultura familiar em seus territórios, com os agricultores dedicando-se principalmente à produção de hortaliças, legumes, frutas e/ou leite.

No caso de Campina do Monte Alegre foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores locais e aplicado um questioná-

-
- 5 Camargo, Elina Aparecida de Oliveira Momberg de; Gomes, Rafaela Raggio Silva; Meira, Bruna Carolina de y Borsatto, Ricardo Serra. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. In: *Informações Econômicas*, SP, v. 43, n. 1, jan./fev. p. 18-28.
 - 6 Souza-Esquerdo, Vanilde Ferreira de y Bergamasco, Sonia M.P.Pereira. (2013). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Jarinu/SP: contradições da implementação da Lei 11.947/2009. In: *Retratos de Assentamentos*, v.16, n.1, p.59-76
 - 7 Ferreira, Maria Julia. (2012). Avaliação dos benefícios e entraves do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Angatuba-SP. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Tecnologia em Agronegócios) - Faculdade de Tecnologia de Itapetininga.
 - 8 Agapto, João Paulo; Borsatto, Ricardo Serra; Souza-Esquerdo, Vanilde Ferreira de y Bergamasco, Sonia M.P.Pereira. (2012). Avaliação do Programa de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da Percepção dos Agricultores. *Informações Econômicas*, SP, v. 42, n. 2, mar./abr. p. 13-21.

rio a 53 agricultores que participavam do programa. Em Itapetininga o foco do estudo foram agricultores assentados em um projeto de reforma agrária vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual além da entrevista com os gestores municipais do Programa, foi aplicado um questionário a 35 assentados. Em Angatuba, 37 agricultores foram entrevistados, porém a pesquisa também coletou dados juntos às entidades receptoras dos alimentos, além de também entrevistar os gestores locais. No município de Jarinu, onde foi estudado o PNAE, o levantamento dos dados ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela operacionalização do programa no município. Nesse caso, não foram aplicados questionários aos agricultores, pois somente dois optaram por participar do programa.

As entrevistas semiestruturadas, em todos os casos estudados, seguiram um roteiro com questões predefinidas, que tinha como principal intuito identificar junto aos gestores locais e organizações participantes dos programas, as dificuldades enfrentadas para sua operacionalização. Buscou-se também arguir sobre os impactos positivos registrados nos municípios estudados, devido a implementação destes programas.

Os questionários aplicados aos agricultores participantes da pesquisa buscaram abordar questões sobre as condições socioeconômicas dos agricultores, as mudanças ocorridas nos sistemas de produção, a dinâmica da divisão do trabalho, bem como continham questões que buscaram captar de forma direta a percepção dos agricultores em relação aos programas, tais como, preços pagos aos produtos, cumprimento dos contratos, pagamentos, satisfação dos agricultores, papel da associação e pontos positivos e negativos dos programas.

Resultados

A experiência do PNAE no município de Jarinu

Para que a merenda escolar dos municípios seja vinculada à agricultura familiar há a necessidade de um diálogo constante entre a prefeitura, os gestores públicos e os agricultores familiares, desde a preparação da chamada pública até a entrega dos produtos. Assim, para a implantação da lei é fundamental o diálogo interno entre os diversos setores da prefeitura e o ambiente externo, ou seja, entre a prefeitura, os agricultores e os órgãos de assistência técnica e extensão rural, uma

vez que essa forma de comercialização é uma novidade para todas as partes envolvidas (Malina, 2012).

Os gestores públicos da Prefeitura Municipal de Jarinu foram pegos de surpresa com a publicação da Lei 11.947/2009, pois de acordo com a Supervisora de Serviço da Merenda Escolar do município a Lei foi divulgada em junho de 2009 e deveria ser implantada nos municípios no início de 2010. Porém, pela falta de compreensão da Lei e pelas dificuldades de entendimento na elaboração da chamada pública haveria a necessidade inicialmente da busca por maiores informações sobre esse novo processo para aquisição de gêneros alimentícios que deveriam ser destinado à alimentação escolar.

Em março de 2010 foi realizada uma primeira reunião com a participação de alguns setores da prefeitura (compras, educação, agricultura), 20 agricultores familiares e os representantes da empresa pública de assistência técnica e extensão rural (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo) para a divulgação dessa política entre os agricultores e para uma melhor compreensão do artigo 14 da Lei 11.947/2009. O intuito da reunião era divulgar essa política pública entre os agricultores familiares, conhecer sua produção, as formas de organização dos produtores e verificar o interesse dos mesmos em participar da política.

Ainda em 2010, a Secretaria da Educação e a Secretaria da Agricultura do município organizaram uma segunda reunião com os agricultores para informá-los sobre os valores a serem praticados pela política, como seria realizada a chamada pública, quais os documentos necessários para a participação, de uma forma que não houvesse prejuízo para nenhuma das partes envolvidas. Nessa reunião, a nutricionista preparou uma lista, de acordo com o que era produzido no município, dos alimentos que poderiam ser ofertados. Porém, a participação dos agricultores nessa reunião foi extremamente pequena, havendo apenas quatro agricultores interessados.

Para os agentes locais essa pequena participação estava relacionada ao baixo valor praticado pela política na época, que oferecia R\$ 9.000,00⁹ por ano a cada agricultor, pois não era um valor atrativo aos agricultores. Além disso, o fato do produtor arcar com o custo da entrega dos produtos num ponto de coleta da prefeitura foi algo que desanimou os produtores.

⁹ No momento da pesquisa o valor anual do PNAE ainda não havia sido alterado, portanto o valor era de R\$ 9.000,00/DAP/ano e não R\$ 20.000,00/DAP/ano.

Dessa forma, a partir das informações obtidas por meio do estudo da legislação vigente e por consultas realizadas junto ao FNDE, lançou-se a primeira chamada pública do município para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados à merenda escolar. A abertura dos envelopes ocorreu em outubro de 2010, tendo sido exigidos vários documentos, além do projeto de venda dos produtores.

A chamada pública estabelecia o prazo de entrega, o local que deveriam ser entregues e as condições dos produtos. As entregas deveriam ser realizadas pelo produtor (ou sua associação ou cooperativa) todas as segundas-feiras num ponto de coleta específico da prefeitura, acompanhadas das respectivas notas fiscais para conferência. No preço proposto deveriam estar inclusas todas as despesas referentes a tributos ou relacionadas à entrega dos produtos.

No texto da primeira chamada pública foi explicitado também como deveriam ser entregues os alimentos quanto à questão da qualidade. As verduras e legumes deveriam ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado e as hortaliças deveriam estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para o consumo, as folhas deveriam se apresentar intactas e firmes.

Em relação ao pagamento, este seria realizado até o 15º dia após a apresentação da nota fiscal de venda, a qual deveria estar devidamente vistada pela responsável do setor de Merenda Escolar e liberada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A cada entrega deveria ser emitida nota fiscal correspondente ao pedido solicitado pela prefeitura.

Nessa primeira chamada realizada no final de 2010 apenas dois produtores familiares se cadastraram para serem fornecedores de parte dos alimentos demandados. Com os produtos dos dois agricultores familiares foram atendidas 26 escolas do município, sendo que cinco delas estavam localizadas na área rural, atendendo aproximadamente 6.000 alunos.

A pesquisa empreendida constatou que durante o processo de implantação do PNAE em Jaru muitas dificuldades e dúvidas surgiram. A adequação do cardápio frente à produção da agricultura familiar do município foi uma primeira dificuldade encontrada, porém tal barreira logo foi resolvida com o conhecimento e aproximação dos agentes públicos aos agricultores fornecedores, pois houve o interesse em conhecer seus produtos e inseri-los na alimentação escolar.

Percebeu-se que a maior dificuldade encontrada na implantação do programa foi a pequena participação dos agricultores. Para os gesto-

res municipais o pequeno número de agricultores fornecedores de alimentos para a merenda escolar foi devido principalmente ao baixo valor oferecido, pois segundo eles, o valor de R\$ 9.000,00 por ano seria muito pouco para um grupo de agricultores que já possuía canal de comercialização da sua produção com atacadistas.

Uma das queixas generalizadas dos agricultores familiares relacionadas aos programas de apoio às compras institucionais era o baixo valor de comercialização por agricultor por ano (Souza, 2012). Aliado a isso, outro fator que desestimulava os agricultores familiares do município era o volume de produtos ofertados, considerado pequeno, o que inviabilizaria a entrega semanal, principalmente porque o produtor deve arcar com os custos de transporte até o centro de distribuição da prefeitura.

Verificou-se que a prefeitura não dispõe de estrutura física e humana para buscar os alimentos em cada propriedade. Para isso, estabeleceu-se um local que seria o centro de entrega e distribuição dos produtos da merenda escolar fornecidos pelos agricultores familiares. Realizada a entrega pelos agricultores familiares nesse local, a prefeitura seria a responsável pela distribuição nas escolas, centralizando assim o local num único ponto.

Percebe-se que o baixo valor do PNAE, aliado à pequena quantidade a ser entregue semanalmente à prefeitura foi um fator desestimulante para os produtores do município, pois estes preferem realizar uma grande venda aos centros atacadistas, visto que o custo com o frete se daria sob um grande volume, não tendo ele que arcar com esse custo semanalmente para a entrega de poucos produtos.

Além disso, de acordo com os relatos dos entrevistados existe uma queixa muito grande quanto ao reajuste dos preços, o qual deve ocorrer semestralmente, pois caso o preço do produto aumente de valor ele deve cumprir o contrato com a prefeitura pelo valor anteriormente estipulado. Nesse sentido, os produtores almejam que a atualização de preços possa ocorrer mais do que duas vezes ao ano.

Apesar da pouca aderência da agricultura familiar para o fornecimento de alimento para a merenda escolar, foi unânime por parte dos entrevistados a importância que esse programa possui como uma proposta inovadora de segurança alimentar atrelada ao fortalecimento da agricultura familiar.

As entrevistas também revelaram que tem ocorrido uma melhoria na qualidade e na aceitação por parte das crianças dos alimentos oriundos da agricultura familiar.

O PAA nos municípios de Campina do Monte Alegre, Itapetininga e Angatuba

Muito embora o PAA tenha sido criado no ano de 2003, os municípios estudados somente começaram a participar do programa a partir dos anos de 2009 e 2010. Nos três casos estudados os convênios firmados se enquadram dentro da modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea (CPR Doação).

Essa modalidade do PAA promove a agricultura familiar através da aquisição integral ou parcial de sua produção com preços compensatórios, contribuindo na melhoria da receita dos agricultores. Proporciona ainda importante ação no campo social, através da doação de alimentos às entidades, as quais recebem os produtos diretamente da associação.

Por intermédio da pesquisa, constatou-se que o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do PAA, em sua maioria, caracteriza-se por depender exclusivamente do trabalho familiar (mulheres, filhos e irmãos) para a condução de sua produção, sendo que nenhum dos entrevistados empregava trabalhadores fixos contratados, com exceção de alguns agricultores que contratavam, em determinados períodos, algum tipo de mão de obra ou serviço, com destaque para atividades que exigem mecanização, como preparo de solo para o plantio.

As informações levantadas junto aos agricultores também revelaram um elevado grau de satisfação dos mesmos em relação ao PAA. Do mesmo modo que pesquisas conduzidas em diferentes regiões do país têm apontado, os agricultores participantes da pesquisa também acreditam que é justo o preço pago à maioria de seus produtos, estando também satisfeitos por possuírem um mercado garantido para aquisição dos alimentos por eles produzidos, o que proporciona uma fonte segura de renda, antes inexistente. (Holanda *et al.*, 2013; Salgado *et al.*, 2013).

A pesquisa também evidenciou que os agricultores têm diversificado os seus sistemas produtivos, pois estão cultivando atualmente mais espécies do que antes de aderirem ao programa, bem como substituindo a produção de alguns itens antes produzidos, pois aqueles que eram tradicionais produtores de grãos, principalmente feijão e milho, passaram a diversificar suas lavouras com plantações de legumes e hortaliças, tendo em vista o promissor mercado e preço garantido para esses produtos.

Deste modo, além de garantir a segurança alimentar de populações em situação de risco social, o PAA também tem fomentado uma

melhoria da alimentação dos próprios agricultores, pois esses passam a ter a sua disposição uma maior variedade de alimentos para o consumo. A mesma situação tem sido constatada em outras pesquisas que abordaram este tema (Vogt y Souza, 2009; Santos, 2010; Oliveira *et al.*, 2013; Holanda *et al.*, 2013).

Da mesma forma do que vem ocorrendo em outras regiões, a renda oriunda da comercialização via PAA, apesar de ser relativamente baixa (máximo de R\$4.500,00/ano/agricultor), exerce importante função para o sustento da maioria das famílias participantes da pesquisa, o que demonstra que o programa tem conseguido chegar a famílias de agricultores que antes produziam somente para a sua subsistência, ou que estavam pouco inseridas no mercado. (Andrade *et al.*, 2012; Nascimento Neto, 2012; Oliveira *et al.*, 2013).

Em relação ao impacto da comercialização via PAA na renda, em alguns casos, os recursos oriundos do PAA assumem uma função prioritária na manutenção das famílias, mesmo entre as que disseram que recebem algum outro tipo de benefício governamental (aposentadoria, pensão, bolsa família) ou salário por atividades realizadas por algum membro da família fora da unidade de exploração agrícola. Na maioria das famílias consultadas, os recursos do PAA eram a principal fonte de renda agrícola.

Conclusões

Verificou-se que o PNAE tem encontrado entraves para ser operacionalizado. Diversos são os fatores que provavelmente influenciam essa situação. A Lei 11.947/2009 que estabelece a possibilidade de parte dos alimentos consumidos na merenda escolar serem adquiridos de agricultores familiares sem haver a necessidade de um processo licitatório convencional, é uma lei recente e por isso tem criado muitas dúvidas junto aos gestores locais de como ser operacionalizada. Sem dúvida, assim como ocorreu com o PAA, acredita-se que com o passar do tempo, muitas das dúvidas locais tendem a serem sanadas.

Outro fator que contribui para as dificuldades apontadas é que comparado com o PAA, o PNAE possui uma complexidade organizacional bem maior, exigindo a participação de maior número de agentes que devem possuir coesão social para que a política ocorra a contento.

A partir da análise da realidade da implantação do PNAE (Lei 11.947/2009) no município de Jarinu, é possível ter um panorama geral

sobre como vem se dando o cumprimento da legislação no município. É certo que há muitos problemas que ainda devem ser superados, principalmente no que se refere à baixa participação da agricultura familiar como fornecedora de alimentos para a merenda escolar. A adesão de apenas dois produtores demonstra claramente a necessidade de se realizar um trabalho mais intenso junto a esse público, no sentido de estimulá-los à participação no programa. Talvez haja a necessidade de fornecer maiores informações sobre a importância da organização rural, através da participação em associações e cooperativas.

Por outro lado, o valor por DAP por ano foi considerado pouco atrativo para os agricultores do município, que já possuem canais de comercialização com grandes atacadistas da região. Atrelado a esse fato está o custo do transporte semanal, sendo esse arcado pelo agricultor, tornando-se maior pelo baixo valor semanal que deve ser entregue à prefeitura. Há, nesse sentido, a necessidade da continuação da pesquisa no município, pois com o aumento do valor do Programa em julho de 2012 (de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00) a pequena participação dos agricultores familiares pode ser revertida.

Percebe-se que há o entendimento por parte dos gestores públicos sobre a importância desse programa no que diz respeito ao oferecimento de uma alimentação de qualidade nas creches e escolas, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional das crianças. O fortalecimento da agricultura familiar do município, promovendo a fixação do homem no campo e ao fortalecimento da economia local, uma vez que esse programa pode melhorar o poder aquisitivo do produtor.

Nos municípios onde foram estudados o PAA , as pesquisas empreendidas permitem concluir que o PAA tem contribuído para diversas mudanças positivas. O programa tem obtido sucesso em fortalecer circuitos locais e regionais de distribuição de alimentos, bem como as redes de comercialização.

Em todos os casos estudados, os agricultores informaram que o PAA impactou positivamente na renda de suas famílias. Ademais, essas famílias se sentem seguras por possuírem uma renda fixa por mês. No decorrer das entrevistas foi perceptível a empolgação dos mesmos e uma vontade de investirem em suas propriedades. Assim, foi notado que o PAA tem obtido sucesso no incentivo à agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social dos agricultores, estimulando-os a manterem suas atividades agrícolas, o que é um dos objetivos do programa.

Através da introdução do programa nos municípios, agricultores que outrora produziam em pequenas quantidades, às vezes somente

para sua subsistência, e tinham como opção única a comercialização de seus produtos via atravessadores, passaram a ter a possibilidade de vender suas mercadorias com melhores preços e com segurança. Tal ação gera um efeito indutor para que haja um equilíbrio nos preços praticados, principalmente pelos atravessadores que tem sua oferta de produtos reduzida.

Outro fato observado nesta pesquisa refere-se à mudança de comportamento de alguns agricultores, que costumavam cultivar basicamente grãos e que agora estão começando a reservar áreas para a produção de verduras e legumes, aumentando a diversidade de espécies cultivadas e assim superando sua dependência de poucos produtos, o que além de diminuir os riscos inerentes à atividade agrícola, também tem refletido na segurança alimentar de suas famílias.

Ademais, o PAA não gera somente efeitos positivos para os agricultores, mas também desempenha uma função de utilidade pública ao proporcionar a doação de alimentos saudáveis e (quase sempre) diversificados às entidades sociais citadas, bem como cestas de alimentos às famílias carentes.

Ressalta-se que um ponto fundamental para o sucesso do PAA é a efetiva participação do poder público municipal no apoio à **operacionalização do programa**.

Um ponto comum nos diferentes municípios estudados é que apesar dos agricultores mostrarem-se satisfeitos com sua participação no PAA, o limite de comercialização por agricultor/ano, atualmente de R\$ 4.500,00, e a demora para a renovação de um novo convênio, são questões que necessitam de aprimoramento.

A renovação automática de um novo convênio ao término do que está em vigência, o pagamento contíguo à realização das entregas e o aumento do limite anual por agricultor, seriam ações que certamente fortaleceriam ainda mais a eficácia do programa.

Infelizmente nos municípios onde se estudou a implementação do PAA, outras políticas públicas de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar, como o PNAE, ainda estão enfrentando dificuldades para serem implementadas. Aponta-se que caso esse programa já estivesse plenamente operacionalizado, isso ajudaria na superação de algumas das deficiências apontadas pelos agricultores, como o interstício entre os convênios e a demanda por uma maior renda auferida de forma garantida pela comercialização de seus produtos.

Os agricultores, que anteriormente produziam somente para o consumo familiar, expandiram e diversificaram sua produção, pois com

o programa passaram a ter garantia de comercialização a preços justos dos excedentes produzidos.

O PAA se tornou a principal fonte de renda agrícola da maioria das famílias participantes, o que, se por um lado, é positivo, por outro, demonstra a forte dependência dos agricultores ao programa. Assim, pode-se inferir que nos casos estudados, os agricultores não têm conseguido utilizar os subsídios oferecidos pelo PAA para fomentar a sua própria organização social e assim acessar outros mercados.

No caso específico de Angatuba, a associação dos agricultores, que é um agente exigido para a participação na política, atua somente como um agente de comercialização. Nesse ponto específico, é possível concluir que um dos objetivos do programa, o de estimular o cooperativismo e o associativismo, não tem sido alcançado. Haja vista, a incapacidade destes agricultores de acessarem outros mercados para além do institucional, ou até mesmo, de instituírem processos que agreguem valor aos seus produtos.

Para superar essa dificuldade é fundamental que os agentes participantes do programa invistam em processos que fomentem o capital social local. Para que uma política pública atinja o seu potencial, tão importante quanto a estrutura e o funcionamento da rede de agentes participantes, torna-se fundamental sua apropriação pelos diferentes agentes. Os agricultores devem se apropriar do programa, entender os seus objetivos, seus limites e sua estrutura operacional, pois somente assim será possível a constituição de redes locais com elevada coesão social, onde os diferentes agentes se ajudam mutuamente.

Por sua vez, as entidades beneficiadas pelo programa que participaram das pesquisas demonstraram-se satisfeitas, não apontando problemas.

Como reflexão final, constatou-se que o PAA tem contribuído para a segurança alimentar da população dos municípios estudados, bem como demonstra ser uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar.

Buscando integrar analiticamente os quatro casos estudados, pode-se concluir que o desafio deve ser a continuidade na organização social e política dos agricultores familiares, para que os programas estudados não sejam apenas um caminho para comercialização de seus alimentos, mas que possam servir de subsídio também para sua organização social, e assim contribuir para a melhoria de diversas outras dimensões de sua vida para além da econômica.

Bibliografia

- Agapito, J.P.; Borsatto, R.S.; Esquerdo, V.F.S. y Bergamasco, S.M.P.P. (2012). Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr.
- Almeida, L.M.M.C.; Bergamasco, S.M.P.P. y Paulilo, L.F.O. (2008). Segurança alimentar e agricultura familiar: Análise dos Programas Municipais de Araraquara-SP. In: *XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Rio Branco-AC, Anais..., Cd-rom.
- Andrade, F.A.P.; Oliveira, J.T.A. y Oliveira, E.S. (2012). Implicações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos assentamentos rurais de Araras-SP. In: *50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Vitória, Anais..., Cd-rom.
- Baccarin, J.G.; Aleixo, S.E.; Silva, D.B.P. da y Mendonça, G.G. (2011). Alimentação escolar e assentamentos rurais: uma análise dos limites e das possibilidades da implantação do artigo 14 da Lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. In: *V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais*. Campinas-SP, Feagri/Unicamp. Anais..., Cd-rom.
- Balsadi, O.V. (2004). Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 35-46, maio.
- Becker, C.; Anjos, F.S. dos; Caldas, N.V. (2009). Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. In: *47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre, UFRGS, Anais..., Cd-rom.
- Brasil. *Cidades*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10/07/2011.
- Brasil. (2010). *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*. Brasília: MDA, (Caderno Base III Seminário Nacional PAA).
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2009). *O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2576761>. Acesso em: 10/05/2010.
- Brasil. (2009) *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE.

- Brasil. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa de Aquisição de Alimentos*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/securanca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 10/05/2010.
- Conab. Supaf/Gecaf. (2011). *Programa de Aquisição de Alimentos*. Resultados das Ações da Conab em 2011.
- Feltraco, S. L.. (2010). *Relatório Contendo Resultados de Aplicação dos Recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no quadriênio 2006/2009 em suas Diversas Modalidades, Regiões, Estados e Beneficiários com a Fonte de Recursos do MDA*. Maio.
- Grisa, C. (2012). As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em Debate*, v.1, n.2, p. 83-111, jan./ago.
- Grisa, C.; Schmitt, C.J.; Mattei, L.F.; Maluf, R.S. y Leite, S.P. (2011). Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. In: *Agriculturas*, v.8, n.3, set., pp.34-41.
- Grisa, C. (2009). As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos: uma análise a partir do enraizamento estrutural e político. In: *47 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre, UFRGS. Anais..., Cd-rom.
- Guanziroli, Carlos E. (2007). PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 45, n. 2, jun. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 abr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>.
- Holanda, D.R.; Mayorga, M.I.O.; Mera, R.D.M.; Lemos, J.J.S. y Campos, K.C. (2013). Desenvolvimento rural sustentável: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu – CE. In: *51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Belém, UFPA. Anais..., Cd-rom.
- Lamarche, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tomo I. Trad. TIJIWA, Angela Maria Naoko. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993.
- Lucena, É. K y Luiz, J. M. (2009). Uma avaliação da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na agricultura fami-

- iliar do município de Ceará Mirim (RN). In: *47 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre, UFRGS. Anais..., Cd-Rom. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/944.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2011.
- Malina, L.L. (2012). Chamada Pública: instrumento legal de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. p. 15-28. In: *Projeto NUTRE-SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo*. Corá, M.A.J.; Belik, W. (Orgs.). São Paulo: Instituto Via Pública.
- Müller, A. L. (2010). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 30 p. *Relatório de Consultoria*.
- Nascimento Neto, M.P. (2012). *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Lagoa Seca – PB: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar*. Campina Grande. 166p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Estadual da Paraíba.
- Oliveira, A.L.A.; Bergamasco, S.M.P.P. y Aragão, J.C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Paranaíta, estado do Mato Grosso. In: *51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Belém, UFPA. Anais..., Cd-rom.
- Salgado, R.J.S.F.; Dias, M.M. y Leite, C.A.M. (2013). Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa-MG. In: *51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Belém, UFPA. Anais..., Cd-rom.
- Santos, A. T. (2010). *Agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos: uma análise de sua implantação no Município de Ponta Grossa*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.
- Souza, L.B.B. (2012). Organizações da agricultura familiar no estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. p. 31-45. In: *Projeto NUTRE-SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo*. Corá, M.A.J.; Belik, W. (Orgs.). São Paulo: Instituto Via Pública.
- Souza, C. (2006). *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Socio- logias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, pp. 20-45.

- Triches, R.M. y Schneider, S. (2010). Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saude soc.*, São Paulo, v. 19, n. 4, dez. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 abr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>.
- Vogt, S. P.C y Souza, R.S de. (2009). Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS. In: *47 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre, UFRGS. Anais..., Cd-Rom.
- Wanderley, M.N.B. (1995). Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*, v. 25, n. 2/3, pp. 37-68.

Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo

Fecha recepción: 07/05/2013

Fecha de aceptación: 21/06/2013

Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina¹

Saturnino M. Borras Jr.,² Cristóbal Kay,³ Sergio Gómez⁴ y John Wilkinson⁵

.....

Resumen

Para abordar la problemática del acaparamiento de tierras, presentamos los principales rasgos que presenta el fenómeno en América Latina, aunque los aspectos identificados no sean exclusivos de esta región. Al destacarlos -por ejemplo planteando que un aspecto distintivo en América Latina es el acaparamiento intrarregional en manos de empresas (trans)latinoamericanas-, esperamos incentivar el desarrollo de análisis comparativos interregionales, que permitan

-
- 1 Este artículo es una traducción de una versión ligeramente revisada de un texto originalmente publicado en el *Canadian Journal of Development Studies*, Vol. 33, No. 4, 2012. Agradecemos la traducción de Natalia López Castro y a los editores de RIEA, en especial a Gabriela Martínez Dougnac por haber facilitado la publicación.
 - 2 Instituto Internacional de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Países Bajos. Correo electrónico: borras@iss.nl
 - 3 Instituto Internacional de Estudios Sociales (ISS), La Haya, Países Bajos. Correo electrónico: kay@iss.nl
 - 4 Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), Santiago, Chile. Correo electrónico: sergio.gomez@fao.org
 - 5 Centro de Posgraduación en Desarrollo, Agricultura y Sociedad (CPDA), Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro, Brasil. Correo electrónico: jwilkins@uol.com.br

comprender la dinámica de los procesos de apropiación de tierras a nivel global. Tomar como espacio de análisis América Latina pone en cuestión algunas generalizaciones problemáticas que pueden encontrarse en la literatura especializada, como las que identifican la ocurrencia de estos fenómenos principalmente en el contexto de estados frágiles. En ese sentido, nos interrogamos acerca de la relación entre acaparamiento de tierras y la narrativa “extranjerizante” y planteamos la necesidad de revisar la más amplia cuestión de la concentración de la tierra. Para ello, recuperaremos la bibliografía que considera las cuestiones del acaparamiento y concentración de tierras en el marco de la economía política del capitalismo global.

Palabras clave: acaparamiento de tierras; concentración; extranjerización; América Latina

Summary

We introduce this special issue by explaining seven characteristics of land grabbing in Latin America. These features are not unique to the region. By highlighting them – arguing, for instance, that a key aspect in Latin America is intra-regional land grabbing driven by (trans)Latina companies – we hope to inspire new cross-regional comparisons to understand the dynamics of “global” land grabbing. Our focus on Latin America challenges some problematic generalisations in the literature, for instance, that land grabs occur mainly in fragile states. We interrogate the relationship between land grabbing and the “foreignisation” narrative, and the need to revisit the broader question of land concentration. Thus we build upon the literature locating land grabs and the land question within the political economy of global capitalism.

Keywords: land grabbing; land concentration; “foreignisation”; Latin America

Introducción: significados del acaparamiento de tierras en disputa

En los últimos años, el proceso global de acaparamiento de tierras ha captado crecientemente la atención de los medios de comunicación, los gobiernos, las agencias internacionales de desarrollo, ONGs e investigadores. Las representaciones frecuentes respecto del fenómeno

muestran a compañías y gobiernos extranjeros avanzando sobre los países de bajos ingresos pero con abundantes tierras, ubicados en el sur del mundo (especialmente en África), para apropiarse de tierras que luego se destinan a la producción de alimentos o biocombustibles de exportación. Por lo general se asume que tales formas de acceso a la tierra tienen un trasfondo turbio, son facilitadas por la existencia de funcionarios gubernamentales corruptos y traen como resultado la expulsión de las comunidades originarias de sus tierras. En ese sentido, dos casos que resultan icónicos son los de la surcoreana Daewoo en Madagascar (que pudo ser revertido) y el del Proyecto Malibya en Mali. Existe además una suposición generalizada de que el proceso de apropiación de tierras se vincula con la escalada de los precios internacionales de los alimentos a partir de 2007-2008, y que los acaparadores de tierra son principalmente gobiernos, o compañías, provenientes de China, Corea del Sur, los Estados del Golfo e India.

Una serie de publicaciones de ONGs e instituciones académicas, como las de GRAIN (2008), Cotula (2009) y Anseeuw et al. (2012), respaldan con evidencias esta perspectiva. Y en base a estos primeros avances y continuando con el trabajo realizado en ese sentido por las ONGs y las instituciones académicas, los investigadores han comenzado a revisar y ampliar los parámetros de nuestro entendimiento sobre el fenómeno contemporáneo del acaparamiento de tierras. Algunos de ellos han señalado que el alcance geográfico del proceso de apropiación no se limita a África solamente, sino que incluye a otras regiones como la ex Eurasia soviética (Visser y Spoor, 2011), el sudeste asiático (Borras y Franco, 2011) y otros países del hemisferio norte (Franco y Borras, 2013). Otros, han argumentado sobre el hecho de que el fenómeno no implica únicamente la ocupación de tierras sino la toma del control de las cadenas de valor, bajo modalidades similares a las utilizadas en períodos históricos anteriores (Amanor, 2012). Además, se ha llamado la atención sobre la dimensión vinculada al acceso y uso del agua que supone la problemática del acaparamiento (Mehta et al., 2012; Woodhouse, 2012); sobre las cuestiones vinculadas al mundo del trabajo que implica (Li, 2011); o, desde una perspectiva más amplia, la necesidad de entender esta nueva relación con la tierra como parte de los cambios en la dinámica del sistema alimentario mundial (McMichael, 2012; Akram-Lodhi, 2012) ó del debate más amplio sobre la escala de las unidades productivas, que contrapone a las pequeñas con las de gran escala (De Shutter, 2011). Otros, incluso, han introducido el concepto de “acaparamiento verde”, que identifica a aquellas acciones de

apropiación que se justifican en el cuidado del medioambiente, como se supo expresar muy bien en la compilación editada por Fairhead, Leach y Scoones (2012). También se ha tratado más sistemáticamente la cuestión del conflicto y la violencia, muy contundentemente desarrollada en la compilación de Peluso y Lund (2011). En su conjunto, la literatura científica ha contribuido constantemente a la expansión y profundización de la investigación en torno al fenómeno contemporáneo del acaparamiento de tierras. En ese sentido, una línea de abordaje que parece haber surgido de este esfuerzo, propone entenderlo en el marco más amplio del desarrollo capitalista contemporáneo global (Harvey, 2003), en el que convergen múltiples crisis: alimentaria, energética, de cambio climático y del capital financiero (White et al., 2012; D. Hall, 2012).

Para la elaboración de este artículo se tomaron como referencia los aportes de esa bibliografía científica reciente. Y, para avanzar sobre las características que el fenómeno presenta en América Latina específicamente, se recurrió a evidencia empírica surgida de un trabajo de la FAO (2011), que trata el acaparamiento en diecisiete países de América Latina y el Caribe, de los cuales, en este artículo se consideraron solo siete: Uruguay, Paraguay, Brasil, Bolivia, Argentina, Guatemala y México. Esta serie de estudios de la FAO presenta algunos puntos de especial interés para el debate en torno al fenómeno de apropiación de tierras, ya que, además de incorporar a la discusión una región geográfica escasamente explorada por las investigaciones recientes, provee también perspectivas para comprender la economía política específica de la región, que informa los modos en que los procesos de acaparamiento ocurren efectivamente, así cómo la manera en que son percibidos y entendidos. El aporte de estos trabajos a la investigación del fenómeno que nos interesa estudiar puede organizarse en al menos siete ejes, que constituyen el núcleo en torno al cual organizamos y estructuramos el presente artículo. Pero antes de avanzar sobre esos siete puntos, debemos detenernos sobre la crucial cuestión de definir qué entendemos por “acaparamiento de tierras”, a lo que nos abocaremos a continuación.

La investigación de la FAO (2011) a la que hemos hecho referencia utiliza una definición general del fenómeno, al señalar que las transacciones de tierras deben ser consideradas como de acaparamiento cuando se cumplen tres condiciones, a saber: se trata de operaciones de gran escala, rasgo que se identifica a partir del comúnmente aceptado parámetro de un mínimo de 1000 has por operación; es posible detectar el involucramiento de gobiernos extranjeros en el proceso; y los proyectos de inversión son considerados como de impacto negativo sobre la

seguridad alimentaria de los países en los que tienen lugar. De estas tres condiciones, la segunda fue ponderada como de mayor importancia, en función de lo cual el análisis de lo ocurrido a nivel nacional en diecisiete países de la región arrojó la conclusión de que sólo en Brasil y Argentina se han registrado procesos de acaparamiento de tierras (Gómez, 2012).

Ahora bien, los estudios por países que integran esa investigación han registrado una cantidad de datos empíricos sobre cuestiones de tierras, que si bien no se ajustan a la definición estricta con que el organismo aborda el fenómeno del acaparamiento, presentan una gran relevancia científica y plantean preguntas de gran urgencia política. Con sus aportes individuales, los autores de los diversos estudios nacionales han puesto en escena la polémica en torno a qué debe entenderse por acaparamiento de tierras.

Sin duda, las tres condiciones señaladas por la definición de la FAO se encuentran entre los aspectos más controversiales de la actual fiebre por la tierra. Sin embargo, una descripción tan restringida corre el riesgo de perder de vista rasgos significativos respecto del alcance y extensión del fenómeno del acaparamiento actual de tierras y las posibles trayectorias de las transformaciones agrarias. Por esta razón, pensamos también que una definición centrada en lo alimentario o en la crisis alimentaria resulta problemática. Por otra parte, optar por una definición demasiado amplia dificultaría la identificación de las especificidades de esta oleada particular de acaparamiento global de tierras,⁶ por lo cual para construir nuestra propia definición dejamos fuera los procesos de desposesión por diferenciación social (Araghi, 2009) de pequeña y mediana escala, ya sean éstos entendidos en términos leninistas o chayanovistas.

Buscando evitar estos problemas, y en base al planteo presentado en Borras et al. (2012), proponemos que existen tres características, que interrelacionadas, permiten definir el proceso contemporáneo de acaparamiento de tierras.⁷ En primer lugar, un punto que resulta fundamental es que el acaparamiento de tierras es, básicamente, un “acaparamiento del control”, entendido éste como el poder para controlar las tierras y otros recursos asociados a ella, como el agua, con el obje-

⁶ Este marco analítico se inspira en una presentación realizada por Jennifer Franco en la Universidad Agrícola de China, en la ciudad de Beijing en el año 2011, a quien agradecemos poder aprovechar sus aportes en este trabajo.

⁷ Toda la discusión en torno a la definición del fenómeno se desprende de un artículo escrito en conjunto por Borras et al. (2012) y publicado en el *Journal of Peasant Studies* (JPS). Agradecemos tanto a los co-autores como a JPS por autorizar la utilización de parte de ese artículo para la elaboración de esta sección.

tivo de obtener beneficios a partir de la detención de ese dominio. En ese sentido, el fenómeno se suele asociar a la ocurrencia de cambios en el uso y significados que se dan a la tierra y a los recursos asociados, fuertemente condicionados por los imperativos de acumulación del capital, que ahora controla uno de los factores productivos clave como es la tierra. El carácter que adoptan estos procesos suele identificarse, en ese contexto, como de “extracción” o “alienación” de recursos para propósitos externos (ya sean nacionales o internacionales) (Wolford, 2010).

El acaparamiento del control es un fenómeno inherentemente relacional y político, que implica relaciones políticas de poder y se manifiesta bajo diversas formas, que incluyen la acumulación de tierras (es decir, la captación de vastas extensiones de territorio), el (virtual) acopio de aguas, a través de la captación de recursos acuíferos (Woo-dhouse, 2012; Kay y Franco, 2012; y Mehta et al., 2012) y “acaparamiento verde” (Fairhead et al, 2012). En nuestro caso, la concepción que proponemos busca resolver el problema que presentan de por sí las perspectivas centradas exclusivamente en la acumulación de tierras, ya que desde el punto de vista del acaparamiento del control, considerado ya sea analítica o empíricamente, tales procesos no requieren necesariamente de la expulsión de poblaciones campesinas de sus tierras.

En segundo lugar, el estudio del acaparamiento de tierras en la actualidad requiere considerar la escala de tales procesos. La noción de escala, sin embargo, no debería limitarse a aquella centrada en la superficie de las propiedades territoriales adquiridas, que suele definir como grandes las operaciones que superan el límite de las 1000 has (por ejemplo, véase Banco Mundial, 2011). Sostenemos, en ese sentido, que la acumulación de tierras supone transacciones de gran escala en dos sentidos muy diferentes pero fuertemente interconectados, como son la escala de las adquisiciones de tierra y la escala de los capitales involucrados en el proceso. Ese marco nos lleva a considerar, necesariamente, las diversas modalidades bajo las cuales tienen lugar la adquisición del control: compra, arrendamiento, agricultura de contrato, conservación de bosques, etc. Tomar como unidad de análisis la escala del capital incorpora a la tierra como factor central en la operación del capital y evita poner el foco exclusivamente en el tamaño de la tierra adquirida, perspectiva que tiende a pasar por alto o no enfatizar suficientemente el trasfondo más general de la lógica del funcionamiento del capital. Nuestro marco conceptual capta, así, la diversidad de requerimientos biofísicos de la dinámica de acumulación capitalista: 300 has de viñedos de alta calidad, 5.000 has de concesión para minería de metales

raros, 100.000 has de tierra para plantaciones forestales industriales ó 500.000 has de pastoreo para la cría de animales pueden representar, de hecho, escalas similares en términos de capital (y también en términos de la mano de obra involucrada), a pesar de las enormes diferencias en el requerimiento físico de tierra. De este modo, cuestionando la prevalencia de las explicaciones basadas en la cuantificación de las extensiones de tierra, proponemos incluir nuevamente al capital en el análisis del fenómeno de acaparamiento de tierras.⁸

En tercer lugar, un rasgo distintivo de los actuales procesos de acumulación de tierras es que ocurren principalmente a raíz y como parte de la dinámica de acumulación capitalista, en respuesta a la convergencia de múltiples crisis (alimentaria, energética / combustible, ambiental y financiera), en el marco de la cual los capitales financieros han buscado nuevas y más seguras oportunidades de inversión, como señala McMichael (2012). En esa confluencia es crucial considerar asimismo la emergente necesidad de recursos por parte los nuevos centros del capital global, especialmente los llamados países BRICs (se refiere a Brasil, Rusia, India e China) y algunos poderosos países de ingresos medios.

Una de las ramificaciones de este desarrollo reciente es la aparición de “cultivos flexibles” o “cultivos comodín”, con múltiples usos, en tanto alimento, ración para animales (pienso), combustible o insumos industriales, que pueden ser fácilmente intercambiables. Por ejemplo, la soja puede ser utilizada como alimento humano, ración animal y para la elaboración de biodiesel, la caña de azúcar como alimento o etanol, el aceite de palma tiene usos como alimento, combustible y bien comercial/industrial; y el maíz puede usarse como alimento, pienso y para fabricar etanol. Esto resuelve uno de difíciles retos que enfrenta la agricultura: la necesidad de sostener sistemas productivos diversificados para contrarrestar los efectos devastadores de los *shocks* de precios, objetivo que no resulta fácilmente alcanzable teniendo en cuenta los crecientes costos productivos. Con la emergencia de nuevos mercados (o de la especulación asociada a ellos) y el desarrollo y disponibilidad de tecnologías (como por ejemplo los molinos flexibles adaptados para varios usos) que permiten la utilización múltiple y flexible de los cul-

⁸ Un problema adicional del discurso sobre el acaparamiento centrado en demasia en las superficies involucradas es que depende en gran medida de los registros y censos oficiales, que son notoriamente deficientes y no siempre reflejan las verdaderas situaciones de control de la tierra. Para América Latina, ver, al respecto, Edelman y Seligson (1994).

tivos, la diversificación se logra aún produciendo un solo cultivo. Así, cuando los precios de la caña de azúcar suben, se vende azúcar; cuando suben los precios del etanol, se vende etanol. Si aún no se ha desarrollado el mercado de biodiesel se vende el aceite de palma como aceite de cocina, mientras se espera –o se especula con– la emergencia de un mercado lucrativo para el biodiesel (rasgo que no se encuentra en la producción de cultivos más tradicionales y en la *jatropha*, por ejemplo). La aparición de los cultivos flexibles resulta de una consecuencia lógica de la convergencia de las múltiples crisis, con la consecuencia de que el desarrollo de un solo cultivo pueda justificar múltiples motivos para el acaparamiento de tierras: alimento, energía, combustible, estrategias de mitigación de los efectos del cambio climático, etc. (Wilkinson y Herrera, 2010). Estos contextos generales interrelacionados marcan una diferencia significativa entre los procesos actuales de acaparamiento y los cambios en el control de la tierra ocurridos en períodos anteriores.

En síntesis, entendemos por acaparamiento de tierras las acciones de captación del control sobre relativamente vastas extensiones de suelo y otros recursos, a través de una variedad de mecanismos y modalidades, que involucran al capital de gran escala que, actuando bajo modalidades extractivas, ya sea respondiendo a propósitos nacionales o internacionales, busca dar respuesta a la convergencia de las crisis alimentaria, energética y financiera, a los imperativos de la mitigación de los cambios climáticos y a la demanda de recursos por parte de los nuevos núcleos del capital global.

Esta definición “en construcción” se basa en los tres rasgos antes señalados, que proveen un punto de vista que nos permitirá navegar entre la perspectiva restringida que se centra solo en la tierra y una mirada demasiado amplia que incluye las formas corrientes de desposesión por diferenciación socio-económica. La discusión de estas tres características articuladas y de la definición a la que dan lugar provee el foco analítico necesario para una evaluación más crítica y una mejor comprensión del acaparamiento de tierras en el contexto latinoamericano. A continuación, nos abocaremos a desarrollar los siete rasgos característicos del proceso en la región.

Siete características del acaparamiento de tierras en América Latina

La concentración de la tierra y la extranjerización como rasgos centrales de la narrativa del acaparamiento en América Latina

Como lo mencionábamos con anterioridad, los diecisiete estudios de la FAO sobre la dinámica de tierras en la región, concluían, en base a su definición estricta de acaparamiento, que tal fenómeno se había registrado tan sólo en dos países: Argentina y Brasil. Sin embargo, si consideramos la definición revisada que propusimos, podemos argumentar que el acaparamiento ha ocurrido en más que esos dos países, probablemente en hasta una docena de ellos entre los cuales se encuentran Uruguay, Paraguay, Brasil, Argentina, Bolivia, Perú, Ecuador, Guatemala y Honduras. Esta afirmación surge de la exploración del propio estudio general de la FAO (Gómez, 2012 y 2013) y de una serie de trabajos publicados en el *Canadian Journal of Development Studies* sobre Argentina (Murmis y Murmis, 2012), Brasil (Wilkinson et al., 2012), Bolivia (Urioste, 2012), Uruguay (Piñeiro, 2012), Paraguay (Galeano, 2012) y Guatemala (Alonso-Fradejas, 2012). Para el caso de Honduras resulta un aporte interesante el trabajo de Kerssen (2013) y respecto de la dimensión minera del acaparamiento puede consultarse Holt-Giménez (2008) y Bebbington et al. (2008). Si excluimos de nuestro marco de análisis el “acaparamiento verde” tal como lo define Fairhead et al. (2012), entonces no debemos considerar los casos de Chile (Echenique, 2012), Mexico (Robles Berlanga, 2012) y la mayor parte de los países del Caribe (Borras et al., 2012).

Los análisis sobre acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe se vinculan centralmente con dos conceptos: la extranjerización y la concentración de la tierra. Los términos extranjerización y acaparamiento suelen ser utilizados, explícita e implícitamente, como si tuvieran un significado análogo, tanto en el lenguaje popular como en los círculos académicos. Esta formulación, si bien resulta problemática, llama la atención sobre un aspecto muy relevante de la política asociada a los procesos de acumulación o apropiación de tierras. El término extranjerización (que a veces es trocado por desnacionalización) tiene profundas raíces en la región y era ampliamente utilizado aún antes de la fuerte alza de precios de los alimentos de 2007-2008. En ese sentido, tal vez sea Zoomers (2010) quien mejor haya logrado articularlo sistemáticamente en el contexto de la actual fiebre por la tierra y en la comu-

nidad académica internacional angloparlante. Puesta en ese contexto, la extranjerización se refiere a la adquisición de tierras por parte de extranjeros, ya sean gobiernos, corporaciones o individuos, que persiguen una variedad de propósitos y en una variedad de escalas, que van desde el millón de hectáreas para conservación del suelo hasta cientos o miles de hectáreas para la producción de alimentos, pienso para animales o combustibles, hasta las relativamente pequeñas residencias de lujo para placer o descanso (parcelas de agrado).

La relevancia de la extranjerización como dimensión clave para comprender el acaparamiento, aunque resulte tal vez uno de los aspectos más controversiales del fenómeno, es respaldada por los datos empíricos disponibles y no despierta polémicas conceptuales en la región. La extranjerización de la tierra aparece en el centro de los discursos en Argentina, Brasil, Bolivia, Uruguay, Paraguay, Perú y Guatemala; mientras que en México se habla principalmente de la extranjerización del control de determinadas cadenas de valor (Robles Berlanga, 2012). Los actores que protagonizan el fenómeno, por su parte, no son solo gobiernos extranjeros o grandes corporaciones sino también individuos particulares, cuestión que resulta especialmente polémica en Bolivia (Urioste, 2012) y en Paraguay (Galeano, 2012). Teniendo en cuenta el carácter extremadamente sensible que implica la extranjerización de la propiedad de la tierra en términos políticos -tanto por la inquietud respecto de la seguridad nacional (referida especialmente a las fronteras) como por los sentimientos populares que despierta-, el grado en que tal fenómeno se relaciona con la diseminación desde países de América Latina de inversores que deberían ser considerados formalmente como ciudadanos europeos o norteamericanos es una cuestión que requerirá ser investigada empíricamente.

Haciendo uso de la definición que propusimos en la sección anterior, y teniendo en cuenta los datos empíricos disponibles, podemos concluir fácilmente que el acaparamiento a menudo implica la extranjerización de la propiedad de la tierra. Sin embargo, para una mejor compresión del fenómeno se deben abordar dos cuestiones que aparecen interrelacionadas: la extranjerización y la concentración de la tierra.

¿La extranjerización de los bienes inmuebles implica siempre necesariamente acaparamiento de tierras? ¿Podemos considerar ambos hechos como equivalentes? En el marco de nuestra definición de acaparamiento la respuesta tendría que ser negativa. La extranjerización de la tierra no necesariamente requiere o resulta en su acaparamiento. Mezclar los dos términos no resulta sostenible empíricamente en la

región y además constituye un error conceptual. Esto no implica que desconozcamos la importancia de la extranjerización como problema agrario y político para la región en la actualidad, como sostienen constatadamente los trabajos de la FAO y el estudio de Zoomers (2010). De hecho, es ese fenómeno (materialmente) y ese concepto (discursivamente) y no el del acaparamiento el que subyace a todas las medidas que los gobiernos de la región han delineado como respuesta al avance del proceso y el descontento popular que despierta. La centralidad de la extranjerización en la explicación del acaparamiento tiene, además, importantes implicancias políticas a la hora de determinar los principales blancos de los activistas y consecuencias sobre la definición de políticas de intervención, en las que deberían jugar un rol importante los sectores estatales.

Según nuestra perspectiva, esta confusión de términos desvía, innecesariamente, la atención, y dificulta la identificación de los protagonistas centrales del acaparamiento de tierras (por ejemplo, los capitales de gran escala que no suelen presentarse bajo la forma de intereses extranjeros, como veremos más adelante) y sobredimensiona la cuestión de la extranjerización. Por ejemplo, la extranjerización que involucra a ciudadanos particulares (muchos de ellos brasileños) que establecen grandes y medianas unidades productivas en Bolivia y Paraguay ha generado muchas reacciones nacionalistas en esos países, a pesar de que varias de esas transacciones (Urioste, 2012; Galeano, 2012) parecen ser en realidad formas corrientes de desposesión por diferenciación, en el sentido leninista o en una superposición de lógicas leninistas y chayanovistas. Como ya explicamos, teniendo en cuenta esta particularidad, no consideramos a esos procesos como acaparamiento de tierras aunque, de nuevo, tampoco pretendemos subestimar la importancia del fenómeno en el contexto de los cambios en el agro ni su relevancia para los estudios agrarios críticos.

¿El acaparamiento de tierras requiere necesariamente de la participación de una entidad extranjera (ya sea un gobierno, corporación o individuo particular) que actúe como acaparadora? Retomando nuestra definición, la respuesta es no. El acaparamiento puede ser, y de hecho es, llevado adelante por capitales domésticos, muchas veces en alianza con los aparatos estatales. Todos los estudios de la FAO al respecto lo demuestran, aunque seguramente muchos de esos capitales locales tengan vínculos, de una u otra manera, con capitales internacionales. En esa línea, Murmis y Murmis (2012) muestran que en Argentina la incidencia de las alianzas entre compañías (o capitales) locales y ex-

tranjeras se ha incrementado dramáticamente en los casos de inversiones de gran escala en tierras, durante la última década. De acuerdo a nuestro enfoque, una visión demasiado centrada en la extranjerización debería enfrentar la pregunta sobre si una transacción de tierras debe dejar de ser considerada como acaparamiento sólo porque no hay actores extranjeros involucrados, y a pesar de que la operación utilizada para concretarla sea exactamente la misma o aún peor que en los casos del acaparamiento externo. En vez de concentrarse en identificar los principales rasgos del fenómeno del acaparamiento, ese tipo de visiones coloca la nacionalidad de los acaparadores como unidad de análisis y presta insuficiente atención a los procesos de cambio agrario y la dinámica social, lo cual resulta bastante problemático.

En síntesis, para avanzar en investigaciones que permitan comprender los procesos actuales de acaparamiento de tierras y poder establecer una unidad de análisis adecuada para su estudio, poniendo el foco en las dinámicas sociales y las transformaciones agrarias, será crucial identificar claramente las áreas de superposición y de distanciamiento entre los fenómenos del acaparamiento y la extranjerización.

La concentración de tierras, por su parte, constituye el otro pilar sobre el que se ha construido el discurso sobre el acaparamiento en América Latina. La serie de estudios realizados por la FAO plantean que efectivamente el proceso de reconcentración de la propiedad de la tierra y el capital es un fenómeno generalizado en toda la región, que se intensificó a lo largo de los últimos 15 o 20 años, en medio del giro neoliberal y la creciente demanda de *commodities* agrícolas dentro y especialmente fuera de la región. Un caso atípico en ese sentido parece ser el de México, ya que Robles Berlanga (2012) señala que la reconcentración no se ha dado allí de la mano del acaparamiento de tierras sino por el control corporativo (doméstico y extranjero) de las cadenas de valor del agronegocio. Por su parte, un trabajo de Baumeister (2012) sobre desconcentración y reconcentración de la tierra en Nicaragua desde los años 80 muestra que la concentración es un fenómeno reciente pero significativo, al que no se ha considerado como dentro de los parámetros del acaparamiento. Echenique (2012) señala que la concentración de la tierra constituye también un tópico central del desarrollo para el caso chileno, aunque, nuevamente, Chile no haya sido considerado como un caso de acaparamiento. Por último, Dirven (2013) se ha ocupado de sintetizar y sistematizar estos procesos en los países del MERCOSUR. Se han identificado otros casos en los que la concentración de la tierra (y no su acaparamiento) explica en mejores términos los fenómenos en

proceso, como lo que sucede en áreas de producción cañera en expansión en São Paulo, Brasil (Wilkinson et al., 2012; Novo et al., 2010).

El tema de la concentración ha vuelto a ocupar un lugar central en los discursos sobre desarrollo en la región. Los casos de análisis en América Latina y el Caribe, en su conjunto, nos recuerdan, muy contundentemente y con justa razón, que el acaparamiento no es la única cuestión relevante vinculada a la tierra en la actualidad. Esta conclusión plantea el desafío de ampliar la perspectiva de indagación e incorporar las dinámicas del capital y el papel que juega la tierra en ese contexto, lo que necesariamente llevará el alcance de nuestras investigaciones más allá de los parámetros del acaparamiento, sin por ello desestimar la importancia y urgencia de su tratamiento.

El acaparamiento, la concentración y la extranjerización de tierras en la región comenzaron a ganar terreno e impulso previo al alza de precios agrícolas de 2007-2008

La cuestión de la cronología que se asocia con el fenómeno del acaparamiento no resulta para nada trivial, ya que tiene implicancias importantes para el modo en que entendemos el proceso. La discursividad dominante respecto del acaparamiento identifica el origen del fenómeno con el alza de precios agrícolas de 2007-2008, situación que habría generado en algunos países una sensación de inseguridad respecto de su abastecimiento alimentario e incentivado la inversión de capitales financieros en el sector agroalimentario. Como resultado lógico de ese marco se multiplicaron las investigaciones académicas y mediáticas sobre grandes transacciones de tierras que llevaron adelante un grupo de países “alimentariamente inseguros” como China, India, Corea del Sur y los países del Golfo a partir del año 2007 en su búsqueda por seguridad alimentaria. Las indagaciones realizadas utilizando como punto de partida las acciones de esos países y construidas en base al seguimiento de sus gobiernos y corporaciones en la búsqueda de tierras que acaparar tuvieron un resultado bien conocido: efectivamente, esos países y sus corporaciones han acumulado tierras en países de bajos ingresos pero con gran disponibilidad de tierras.

Precisamente es esta perspectiva centrada en la crisis alimentaria la que ha llevado a excluir a América Latina y el Caribe de los análisis referidos al acaparamiento de tierras, debido a que el grupo de países ricos en capital pero inseguros en términos alimentarios no ha tenido gran incidencia en la región. La aceptación de ese supuesto básico llevó

a la FAO a organizar sus estudios de 2010-2011 utilizando una matriz analítica acotada, que limita los casos de acaparamiento a aquellos en los que hay participación de gobiernos extranjeros, lo cual condujo a la ya mencionada conclusión de que el fenómeno ha afectado a solo dos países de la región, y de manera marginal.

Ahora bien, si se analiza la evidencia empírica presentada en los propios estudios de la FAO resulta evidente que tanto el acaparamiento, la extranjerización y la concentración de tierras son fenómenos de larga data en la región, y han ocurrido desde mucho antes de la crisis de 2007. Los antecedentes se remontan a la década de 1990 y se asocian en parte al avance del neoliberalismo que, habiendo ganado terreno tempranamente en la región, transformó el sector agropecuario de la economía a través de la liberalización de los mercados de tierras, el incentivo de la movilidad internacional del capital y la reducción de las barreras comerciales (Teubal et al., 1995; Deere y León, 2001; Kay, 2002; Spoor, 2002; Gwynne y Kay, 2004; Zoomers y van de Haar, 2004; Hecht, 2005; Eguren, 2006).

Lo expuesto hasta aquí nos lleva a cuestionar la utilidad de analizar el acaparamiento haciendo hincapié en la crisis alimentaria. Si bien no puede negarse el rol activo de las compañías alimentarias en el proceso en expansión durante ese último período, usar esa perspectiva de análisis supone el riesgo de pasar por alto aspectos significativos de las acciones de acaparamiento efectivamente en curso, lo cual la vuelve insuficiente a pesar de su popularidad. Como contrapartida, consideramos que el enfoque más adecuado es plantear que se trata de un fenómeno que tiene lugar en el contexto de la convergencia de múltiples crisis (alimentaria, energética, climática y financiera) y del incremento de la demanda internacional de *commodities* en los nuevos centros del capital global, ó, lo que es lo mismo, en el contexto de la fase actual del capitalismo global.

El acaparamiento, la concentración y la extranjerización de la tierra ocurren tanto en el sector alimentario como en otros sectores de la economía

Los fenómenos de acaparamiento, concentración y extranjerización de la tierra afectan claramente al sector alimentario. Como ejemplos claros de concentración podemos señalar lo que ocurre en el sector ganadero, que continúa siendo muy importante, tanto en términos de inversión como de la superficie que se destina a la cría de ganado; ó en

el sector frutícola chileno, que presenta escalas relativamente pequeñas en cuanto a superficie pero es definitivamente grande en cuanto a la inversión de capital (Echenique, 2012). Existen, además, otras actividades que también son afectadas por el fenómeno en cuestión pero cuyos casos resultan menos evidentes. Como lo planteáramos con anterioridad, la soja es definitivamente un cultivo con destino alimentario pero también puede ser utilizado como pienso o biocombustible; la caña de azúcar también es claramente un alimento pero resulta asimismo un insumo fundamental para la producción de etanol; el aceite de palma, que ha mostrado una notable expansión en Colombia y Guatemala (Alonso-Fradejas, 2012) se usa como alimento pero su actual crecimiento se debe en mayor medida a la especulación en torno al surgimiento y expansión del mercado de biocombustibles. Las características de estos cultivos, sus usos múltiples, hacen que resulte erróneo considerarlos solo dentro del sector alimentario. Si bien tienen ese carácter, no son sólo alimentarios. Aquí es donde gana relevancia el concepto de cultivos flexibles o comodines, ya que los datos muestran que el proceso de acaparamiento, concentración y extranjerización de tierras en América Latina se ha dado en consonancia con el auge de este tipo de cultivos (ver Tabla 1), sobre todo a lo largo de las últimas dos décadas.

Tabla 1. Cultivos flexibles seleccionados en América del Sur y América Central, por área cosechada (en has), 1961-2009

	Soja	Caña de azúcar	Aceite de palma
<i>América del Sur</i>			
1961	259,534	2,124,775	38,700
1970	1,443,590	2,485,528	57,081
1980	11,467,985	3,623,922	83,088
1990	17,725,284	5,290,929	210,906
2000	24,156,087	5,995,162	341,709
2009	42,792,479	9,878,744	448,313
<i>América Central</i>			
1961	9,943	500,207	22,910
1970	111,844	761,258	21,986
1980	155,287	882,750	35,447
1990	309,996	875,047	57,197
2000	85,992	1,071,684	109,430
2009	83,444	1,231,025	239,204

Fuente: Borras et al. (2012: 853).

Para examinar este aspecto de la problemática con mayor detalle resulta conveniente, entonces, diferenciar dos grandes sectores: el de los alimentos y cultivos flexibles o comodines por un lado, y el no ali-

mentario por el otro (ver Tabla 2). Resulta evidente que el acaparamiento, la concentración y la extranjerización han afectado a ambos sectores en la región. Aunque estudios como los de la FAO no hayan incluido una discusión en extenso respecto del papel del sector no alimentario (como el forestal, minero, conservacionista), la mayor parte de las investigaciones lo muestran como un ámbito en que los tres fenómenos han avanzado significativamente. Por caso podemos señalar el auge de las plantaciones forestales que han crecido drásticamente en la última década desatando crecientes tensiones y conflictos en todo el mundo (Kroger, 2012), expansión que ha sido especialmente importante en América Latina y el Caribe.

Los datos disponibles, leídos bajo esta perspectiva que toma en consideración tanto el sector alimentario como el no alimentario revelan, una vez más, que los análisis centrados en la crisis alimentaria son sólo parcialmente correctos.

Tabla 2. Acaparamiento y concentración de tierras en los sectores alimentario/flexible y no alimentario, por país

País	Cultivos flexibles y otros sectores alimentarios	No alimentarios
Argentina	Soja, trigo, ganado bovino, caña de azúcar, fruta	Tabaco, conservación
Bolivia	Soja, ganado bovino	Forestación
Brasil	Soja, caña de azúcar, producción avícola, ganado bovino, fruta	Forestación
Chile	Fruta, lacteos, vinos, semillas, producción avícola	Conservación, forestación
Colombia	Aceite de palma, remolacha, caña de azúcar, soja, arroz, maíz	Forestación
Ecuador	Banana, caña de azúcar, aceite de palma	Forestación, minerales
Paraguay	Soja, maíz, trigo, ganado bovino	
Perú	Frutas, vegetales, caña de azúcar, aceite de palma	Minerales
Uruguay	Soja, lácteos, trigo, arroz, ganado bovino	Forestación
México	Cadena de valor del maíz, caña de azúcar, frutas, café	Flores, cebada, tequila
Costa Rica	Banana, ananá, aceite de palma	
Guatemala	Caña de azúcar, aceite de palma	Forestación
Nicaragua	Ganado bovino, arroz, aceite de palma, caña de azúcar, citrus	Turismo, forestación
Panamá	Banana, café, arroz, aceite de palma	
República Dominicana	Caña de azúcar, banana, frutas, verduras	
Guyana	Caña de azúcar, ganado bovino, arroz, ananá	Forestación
Trinidad y Tobago	Caña de azúcar, cacao, frutas	

Fuente: Gómez (2012: 586-587)

Las grandes inversiones son impulsadas principalmente por capitales regionales

Las grandes inversiones en tierras que se registran actualmente en América Latina y el Caribe no tienen como protagonistas a las típicas compañías transnacionales con base en el Atlántico Norte (CTNs), sino al auge y predominio de compañías (trans)latinoamericanas (CTLs), ver Gómez (2012). Estas empresas están conformadas, o bien por capitales nacionales -como en el caso de las compañías chilenas (Echenique, 2012)-, por la asociación de compañías de diferentes países de la región, ó por alianzas entre empresas latinoamericanas y capitales extrarregionales. Los datos empíricos con que contamos dan cuenta de la existencia de estas tres modalidades empresariales, aunque no hemos podido identificar el peso relativo de cada una de ellas. Los casos estudiados por Murmis y Murmis (2012) en Argentina muestran un significativo aumento de las alianzas entre capitales domésticos y extranjeros en el ámbito de las operaciones inmobiliarias de gran escala. Asimismo, en la investigación más general de la FAO es posible advertir que los capitales de muchas de las compañías involucradas en grandes transacciones de tierras provienen de paraísos fiscales como Panamá o las Islas Caimán, lo cual dificulta la tarea de rastrear el origen de los inversores.

Al indagar en la procedencia de los capitales que se orientan al mercado de tierras en la región aparecen siete países en los que se originan la mayoría de ellos: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Panamá, México y Costa Rica (ver Tabla 3), lo cual nos provee de nuevas pistas interesantes para comprender los procesos generales del acaparamiento a nivel mundial.

Tabla 3. Inversores en tierras (trans)latinoamericanos en países seleccionados de América Latina y el Caribe

País de origen de los inversores regionales	Países en los que actúan los inversores
Argentina	Brasil, Uruguay, Paraguay
Brasil	Bolivia, Colombia, Paraguay, Uruguay, Chile
Chile	Argentina, Brasil, Uruguay, Colombia, Ecuador, Perú
Colombia	Bolivia, Perú
Panamá	Brasil, Argentina, Paraguay
México	Nicaragua, Guatemala
Costa Rica	Nicaragua, Guatemala

Fuente: Gómez (2012) y los varios estudios de caso compilados en Soto Baquero y Gómez (2012).

En primer lugar, los capitales brasileños aparecen como jugadores fundamentales en las grandes operaciones del mercado de tierras a nivel regional y también en otros territorios, ya que contando con el favor y apoyo de su gobierno, están avanzando actualmente sobre África. Brasil aparece, así, como un actor central entre los estados del grupo de los BRICs y en la participación de esos países en los procesos de acaparamiento.

En segundo lugar, no sólo los países del grupo BRICs participan en el fenómeno de acaparamiento de tierras. Algunos países de ingresos medios están igualmente comprometidos en el proceso, como son los casos de Argentina y Chile. Este rasgo no se replica para el caso de África pero sí en el sudeste asiático, donde los capitales vietnamitas, tailandeses y malayos son protagonistas activos del acaparamiento (Borras y Franco, 2011).

Por último, la combinación de los dos rasgos que hemos señalado conduce a resaltar que en América Latina el acaparamiento es predominantemente intrarregional y cuestionar en alguna medida el supuesto dominante respecto del carácter transnacional y transrregional del fenómeno. Si bien, por ejemplo, se conoce la existencia de incursiones de capitales sudafricanos en inversiones en tierras de gran escala en el continente africano (R. Hall, 2012), el alcance de tales operaciones es mucho menor a los movimientos que se registran en América Latina.

Esta dinámica ha llevado a configurar situaciones en que países “acaparados” adoptan el papel de acaparadores, planteando complejos problemas políticos, como lo ilustra el caso brasileño: a nivel gubernamental, Brasil ha entablado una lucha política buscando combatir tanto el acaparamiento como la extranjerización dentro de sus fronteras, pero al mismo tiempo anima la expansión de capitales de origen brasileño sobre los mercados de tierras de gran escala de otros países de la región y África. Este tipo de estrategias genera importantes complicaciones para la gobernabilidad internacional de los procesos de acaparamiento (Margulis et al., 2013).

El acaparamiento, la concentración y la extranjerización ocurren tanto a través de la compra de tierras como de otros mecanismos

La modalidad más dramática que adopta el acaparamiento es la compra directa de tierras. Ese mecanismo, que ha provocado reacciones y preocupación respecto de los derechos soberanos, no constituye, sin

embargo, el modo más habitual bajo el cual se despliega el proceso a nivel mundial. La otra forma icónica de acaparamiento es el arrendamiento de largo plazo, generalmente por períodos de 99 años renovables a 99 años más, que se han registrado en mayor número que las compras directas. Además, existen otras modalidades que no implican cambio alguno en las situaciones de tenencia de la tierra, como los esquemas de agricultura por contrato prevalecientes, por ejemplo, en la producción de aceite de palma en Indonesia. Y entre esta forma y las compras directas existen una variedad de otros mecanismos de acceso a la tierra, que van desde el arrendamiento de corto plazo hasta las operaciones conjuntas (*joint ventures*).

Todas estas modalidades pueden encontrarse en América Latina: desde las enormes transacciones de tierras en la Patagonia de grandes compañías inversionistas hasta las compras particulares de tierras como suelen darse en Bolivia (Urioste, 2012) y Paraguay (Galeano, 2012). En Argentina, por su parte, se ha desarrollado un sistema de acceso a la tierra por arrendamiento denominado *pool* que se ha generalizado en todo el país (Murmis y Murmis, 2012) y actualmente se está expandiendo a Brasil donde se ha convertido en una herramienta fundamental para el rápido avance de la frontera agrícola en la región del Cerrado.

La clave aquí es, entonces, que existen capitales interesados en tomar posesión de tierras para cambiar su uso y significados y encuentran una variedad de mecanismos a través de los cuales llevar a cabo su objetivo. La cuestión principal para los inversores es tomar el control y el modo en que lo hagan dependerá, en gran medida, de las condiciones estructurales e institucionales preexistentes en los países receptores. En ese sentido, intentar limitar los procesos de acaparamiento promulgando leyes que prohíban la compra de tierras por parte de actores extranjeros podría no tener impacto necesariamente sobre la dinámica del fenómeno (entendido según la definición que hemos propuesto aquí), tal como lo muestran Murmis y Murmis (2012) para el caso de Argentina. Por otro lado, la legislación local ha sido al menos temporalmente efectiva en la regulación de inversiones en la industria de celulosa en Brasil, que suele plantear la necesidad de integrar verticalmente grandes extensiones de tierra contiguas como prerequisito para asegurar el abastecimiento de insumos. En breve, hay una variedad de formas por las cuales el gran capital logra establecer su control sobre los recursos naturales y por tanto las legislaciones existentes son insuficientes para evitar el acaparamiento de tierras y en muchos casos tampoco tienen la intención real de evitarla.

El rol contradictorio del Estado: entre el fomento de la acumulación de capital y el mantenimiento de un mínimo de legitimidad política

Los primeros trabajos de campo y discusiones sobre el acaparamiento de tierras en África tendían a presentar a los gobiernos de los países donde tenía lugar el fenómeno como víctimas del avance de gobiernos y compañías extranjeras poderosas. Pero el discurso ha cambiado bastante rápidamente y en la actualidad los gobiernos no son vistos ya como víctimas pasivas, sino que pueden ser promotores activos de operaciones de tierras de gran escala, ya sea en alianza o apoyando capitales extranjeros o de sus propios países.

Como ha señalado Fox (1993), los estados, en términos generales, cumplen un rol dual y contradictorio en el contexto de la dinámica capitalista: por un lado facilitan la acumulación de capital y por otro buscan sostener niveles mínimos de legitimidad política. Esta consideración permite explicar el surgimiento de resultados inesperados y no deliberados en las políticas y procesos de desarrollo y ofrece una lente analítica interesante para entender el rol del estado en los procesos actuales de acaparamiento. Que los estados son actores fundamentales en los procesos de acumulación de capital queda claramente demostrado en todos los estudios de la FAO. Todos han facilitado las inversiones de gran escala en tierras como estrategia para apuntalar el desarrollo de sus países. Pero al mismo tiempo, el requerimiento de legitimidad actúa, en ocasiones, poniendo límites a las operaciones en el mercado de tierras, especialmente cuando su realización implica algún riesgo para sostener ese mínimo necesario de legitimidad política. Esto, nuevamente, se hace evidente en el caso brasileño, donde el estado ha favorecido enérgicamente la acumulación de capital tanto de empresas locales como extranjeras pero frente a la aparición de protestas populares ha cambiado rápidamente su estrategia, pasando a controlar o prohibir la extranjerización (Wilkinson et al., 2012; Sauer y Leite Pereira, 2012). Este papel dual y contradictorio del Estado permite comprender las ocasionales concesiones reformistas que se producen.

Ahora bien, esa contradicción de roles puede derivar también en conflictos violentos. La violencia o la amenaza de su uso han acompañado los procesos de acaparamiento en algunos países, pero no puede decirse que se trate de un rasgo predominante en el conjunto de la región. En Argentina, Paraguay, Brasil, Bolivia, Guatemala y Honduras se han reportado y documentado focos de violencia y amenazas, aunque

probablemente hayan sido Colombia (Grajales, 2011) y Honduras (Kerssen, 2013) los países en que esas situaciones se han dado de manera más sistemática. En todo caso, las experiencias en este sentido deben ser analizadas desde una perspectiva histórica del largo plazo, ya que la violencia rural ha sido un rasgo fundamental de la historia en América Latina y el Caribe (Kay, 2001). Sin embargo, en general, los casos latinoamericanos muestran que el acaparamiento ocurre en países con democracias liberales de relativa estabilidad política. Esto contradice la hipótesis dominante que asocia el acaparamiento a la existencia de estados frágiles, con instituciones y gobernanza débiles. Argentina y Brasil, por ejemplo, presentan condiciones políticas bastante diferentes de las que podemos encontrar en Burma/Myanmar o en Sudán y sin embargo en todos esos países se han registrado casos de acaparamiento. Esto tiene ulteriores implicaciones sobre la relevancia de políticas públicas diseñadas para mejorar la gobernanza tales como la participación y la transparencia en la lucha contra el acaparamiento de tierras (Margulis et al., 2013).

Impactos diferenciales en y entre las comunidades, reacciones políticas diferenciadas desde abajo

Como lo explica Tania Li (2011), cuando el capital requiere de tierras pero no de trabajo, los ocupantes de los territorios suelen ser, por lo general, expulsados. Este tipo de situaciones se dan casi con seguridad cuando se instalan empresas de gran escala, mecanizadas, industriales, de monocultivo, como se ha visto claramente ejemplificado en América Latina por el avance del cultivo de soja en Paraguay, Argentina, Bolivia y Brasil. Pero cuando el avance se da sobre fronteras agrarias menos pobladas, éste no requiere necesariamente de la expulsión de los habitantes de los territorios. Existen también circunstancias en que el capital requiere tanto tierras como mano de obra barata. En tal caso (algunos) de los ocupantes de las tierras son incluidos en los proyectos, a través de una variedad de arreglos institucionales que les son generalmente adversos, que van desde su inserción en esquemas de agricultura por contrato hasta su empleo como obreros de plantación (du Toit, 2004). Ejemplos de esta modalidad son la producción de aceite de palma en Colombia y Guatemala y de la caña de azúcar en Brasil.

Dada esta diversidad de situaciones, los impactos reales de estos procesos son percibidos sólo raramente de manera uniforme en las comunidades afectadas, diferenciadas por clase, género, etnia y otras

divisiones sociales (Bernstein, 2010). La literatura sobre acaparamiento de tierras está repleta de conceptos tales como “comunidades locales” o “población local”, que son utilizados informalmente y pero no presentan utilidad alguna para entender los impactos del fenómeno sobre diferentes grupos de personas. Las poblaciones originarias pueden haber sido expulsadas de sus tierras para pavimentar el camino hacia una plantación cañera, que a su vez requiere de mano de obra de las localidades cercanas para su funcionamiento. Lamentablemente, los estudios de la FAO no abordaron sistemáticamente esta cuestión, a pesar de lo cual es posible rastrear interesantes pistas al respecto en varios de los trabajos (ver, por ejemplo, Alonso-Fradejas, 2012). Y aunque este sea uno de los aspectos que deberán ser incluidos en la agenda de investigación de manera más exhaustiva, una serie de trabajos ya publicados permite extraer un mensaje muy relevante respecto de las peculiaridades del fenómeno del acaparamiento y es que no todas las acciones acaparadoras resultan necesariamente en la expulsión de las poblaciones de sus tierras.

Los fenómenos actuales de acaparamiento, concentración y extranjerización de la tierra han provocado diferentes reacciones políticas entre las distintas clases o grupos que se han visto afectados por las operaciones de tierras (Rosset, 2011; Kay, 2012). Los sectores asociados a los agronegocios, las finanzas, los bancos y los grandes terratenientes se muestran, en general, favorables a la expansión de las transacciones de tierras (ya que son ellos mismos inversores o beneficiarios de tales operaciones), mientras que las comunidades locales y sus organizaciones presentan diferentes actitudes. No todas las ONGs y organizaciones sociales rurales se oponen a las inversiones en tierras e incluso algunas las aprueban y apoyan. Las organizaciones de poblaciones originarias y de trabajadores sin tierra también pueden encontrarse en lados opuestos, por la existencia de grupos que respalden emprendimientos que resulten prometedores en términos de generación de empleo.

De hecho, el frente de resistencia está marcado por dos tipos de lucha: contra la desposesión por desplazamiento (los cercamientos de la globalización neoliberal o “nuevos cercamientos”, ver White et al., 2012), de aquellos que han sido expulsados de sus tierras o corren ese riesgo; y contra la explotación o por las condiciones de inclusión, como en el caso de los términos de inserción en esquemas de agricultura por contrato o los salarios y beneficios de los trabajadores. Estos frentes no suelen ser complementarios sino que tienden a estar separados y marcados por la tensión política, como en el caso del enfrentamiento entre

los sindicatos de trabajadores rurales y los movimientos campesinos en Brasil (ver Fernandes et al., 2010). Si estos dos grandes frentes podrán unificarse en una lucha complementaria, sinérgica y anticapitalista es algo que aún está por verse.

Conclusiones: tierra, capital regional y globalización neoliberal

A lo largo de este trabajo hemos presentado, brevemente, siete rasgos sobresalientes de los fenómenos de acaparamiento, concentración y extranjerización de la tierra en América Latina⁹. Las características que hemos señalado no son exclusivas del contexto latinoamericano, aunque algunas de éstas no han sido sistemáticamente relevados en los estudios sobre otras regiones. En ese sentido, esperamos que haber señalado su importancia y la necesidad de discutirlos y debatirlos invite a repensar los modos en que entendemos el fenómeno del acaparamiento a nivel global.

Cuando planteamos que uno de los rasgos fundamentales de los casos latinoamericanos es que el acaparamiento de tierras es llevado adelante por capitales intrarregionales a través de empresas (trans)latinoamericanas, tenemos la expectativa de incentivar la reevaluación del caso del sudeste asiático como habían empezado a abordarlo Borras y Franco (2011), el africano como lo está haciendo actualmente Ruth Hall (2012) y el de la Eurasia possoviética en los términos planteados por Visser y Spoor (2011). Un análisis interregional puede aportar a una mejor comprensión de la dinámica actual de acumulación capitalista y el modo en que se insertan las transformaciones agrarias en ese contexto.

Al incluir a América Latina en el discurso global sobre el acaparamiento de tierras buscamos, además, desafiar algunas de las generalizaciones problemáticas que pueden encontrarse en la literatura especializada, como aquella que afirma que las acciones de acaparamiento ocurren, principalmente, en estados frágiles con gobiernos débiles, donde las transacciones de tierras se articulan en torno a arreglos turbios, corrupción y falta de transparencia; cuando en realidad los procesos de acaparamiento ocurren en escenarios con condiciones políticas liberal-

⁹ Explicaciones y discusiones más profundas sobre estos aspectos pueden ser consultadas tanto en la serie de estudios de la FAO en Soto Baquero y Gómez (2012 y 2013) como en el número especial sobre el acaparamiento de tierras en América Latina del *Canadian Journal of Development Studies*, Vol. 33, No. 4, 2012.

democráticas relativamente estables como en Brasil, Uruguay y Argentina.

Por último, esperamos que la explicitación de los rasgos particulares del caso latinoamericano pueda ofrecer una contextualización adecuada para abordar uno de los puntos más controversiales del debate sobre el acaparamiento, y llamar la atención sobre otros que no han sido tomados en consideración. Este es el sentido de poner en cuestión la relación que suele establecerse entre acaparamiento y extranjerización, y de plantear la necesidad de recuperar, para el debate, la problemática de la concentración. Asimismo, estos aportes son planteados con la expectativa de reforzar aquellos trabajos (como los de Edelman, 1999; Akram-Lodhi y Kay, 2009) que defienden la necesidad de colocar firmemente la discusión general sobre la tierra dentro del discurso de la globalización neoliberal, visto desde la perspectiva de la economía política.

Bibliografía

- Akram-Lodhi, A. H. (2012). "Contextualising land grabbing: contemporary land deals, the global subsistence crisis and the world food system". *Canadian Journal of Development Studies*, 33 (2), pp. 119–142.
- Akram-Lodhi, A. H. y C. Kay (eds.) (2009). *Peasants and globalization: political economy, rural transformation and the agrarian question*. Londres, Routledge.
- Alonso-Fradejas, A. (2012). "Land control-grabbing in Guatemala: the political economy of contemporary agrarian change". *Canadian Journal of Development Studies*, 33 (4), pp. 509–528.
- Amanor, K. (2012). "Global resource grabs, agribusiness concentration, and the smallholder: two West African case studies". *Journal of Peasant Studies*, 39 (3–4), pp. 731–750.
- Anseeuw, W., L. A. Wily, L. Cotula y M. Taylor (2012). *Land rights and the rush for land*. Roma: ILC (International Land Coalition).
- Araghi, F. (2009). "The invisible hand and the visible foot: peasants, dispossession and globalization". En Akram-Lodhi, A. H. y C. Kay (eds) *Peasants and globalization: political economy, rural transformation and the agrarian question*. Londres: Routledge, pp. 111–147.

- Baumeister, E. (2012). "El caso de Nicaragua". En F. Soto Baquero y S. Gómez (eds.). *Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe*. Santiago, FAO, pp. 343-369.
- Bebbington, A., D. H. Bebbington, J. Bury, J. Lingan, P. P. Munoz y M. Scurrall (2008). "Mining and social movements: struggles over livelihood and rural territorial development in the Andes". *World Development*, 36 (12), pp. 2874 -2952.
- Bernstein, H. (2010). *Class Dynamics of Agrarian Change*. Halifax, Fernwood.
- Borras, S. M. Jr., y J. C. Franco (2011). *Political dynamics of land grabbing in southeast Asia: understanding Europe's role*. Documento de Trabajo. Amsterdam: Transnational Institute.
- Borras, S. M. Jr., J. C. Franco, S. Gómez, C. Kay y M. Spoor (2012). "Land grabbing in Latin America and the Caribbean". *Journal of Peasant Studies*, 39 (3-4), pp. 845- 872.
- Cotula, L. (2009). *Land grabs or development opportunity: agricultural investment and international land deals in Africa*. Londres, IIED (International Institute for Environment and Development).
- Deere, C. D. y M. León (2001). "Who owns the land? Gender and land-titling programmes in Latin America". *Journal of Agrarian Change*, 1 (3), pp. 440-467.
- De Schutter, O. (2011). "Forum on global land grabbing: how not to think land grabbing: three critiques of large-scale investments in farmland". *Journal of Peasant Studies*, 38 (2), pp. 249- 279.
- Dirven, M. (2013). "Dinámicas del mercado de tierras en los países del Mercosur y Chile". En F. Soto Baquero y S. Gómez (eds.), *Reflexiones sobre la Concentración y Extranjerización de la Tierra en América Latina y el Caribe*. Santiago, FAO, pp. 135-157.
- Du Toit, A. (2004). *Forgotten by the highway: globalisation, adverse incorporation and chronic poverty in a commercial farming district of South Africa. Chronic poverty and development policy*, Occasional Paper Series No. 4. Ciudad del Cabo, PLAAS (Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies).
- Echenique, J. (2012). "El caso de Chile". En F. Soto Baquero y S. Gómez (eds.). *Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe*. Santiago, FAO, pp. 145-178.
- Edelman, M. (1999). *Peasants against globalization: rural social movements in Costa Rica*. Stanford, CA, Stanford University Press.
- Edelman, M. y M. A. Seligson (1994). "La desigualdad en la tenencia de la tierra: una comparación de los datos de los censos y de los

- registros de propiedad en el sur de Costa Rica en el Siglo XX". *Anuario de Estudios Centroamericanos*, 20 (1), pp. 65 –113.
- Eguren, F., ed. (2006). *Reforma Agraria y Desarrollo Rural en la Región Andina*. Lima, Centro Peruano de Estudios Sociales (CEPES).
- Fairhead, J., M. Leach e I. Scoones (eds.) (2012). "Green grabbing: a new appropriation of nature?" *Journal of Peasant Studies*, 39 (2), Número especial.
- Fernandes, B. M., C. A. Welch y E. C. Goncalves (2010). "Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes". *Journal of Peasant Studies*, 37 (4), pp. 793–819.
- Fox, J. (1993). *The politics of food in Mexico: state power and social mobilization*. Ithaca, NY, Cornell University Press.
- Franco, J. y S. M. Borras Jr. (eds.) (2013). *Land concentration, land grabbing and people's struggles in Europe*. Amsterdam, Transnational Institute.
- Galeano, L. A. (2012). "Paraguay and the expansion of Brazilian and Argentinian agribusiness frontiers". *Canadian Journal of Development Studies*, 33 (4), pp. 458–470.
- Gómez, S. (2012). "Reflexiones finales". En F. Soto Baquero y S. Gómez, eds., *Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe*. Santiago, FAO, pp. 553-589.
- Gómez, S. (2013). "Reflexiones finales". En F. Soto Baquero y S. Gómez, eds. *Reflexiones sobre la Concentración y Extranjerización de la Tierra en América Latina y el Caribe*. Santiago, FAO, pp. 159-164.
- GRAIN (2008). *Seized: the 2008 land grab for food and financial security*. Barcelona, GRAIN.
- Grajales, J. (2011). "The rifle and the title: paramilitary violence and land control in Colombia." *Journal of Peasant Studies*, 38 (4), pp. 771 –792.
- Gwynne, R. y C. Kay (2004). *Latin America transformed: globalization and modernity*. Londres, Arnold.
- Hall, D. (2012). "Rethinking primitive accumulation: theoretical tensions and rural Southeast Asian complexities". *Antipode* 44 (4), pp. 1188 –1208.
- Hall, R. (2012). "The next great trek? South African commercial farmers move north". *Journal of Peasant Studies*, 39 (3 –4), pp. 823 –844.
- Harvey, D. (2003). *The new imperialism*. Oxford, Oxford University Press.

- Hecht, S. (2005). "Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier". *Development and Change*, 36 (2), pp. 375 –404.
- Holt-Giménez, E. (2008). *Territorial restructuring and the grounding of agrarian reform: indigenous communities, gold mining and the World Bank*. Amsterdam, Transnational Institute.
- Kay, C. (2001). "Reflections on rural violence in Latin America". *Third World Quarterly* 22 (5), pp. 741–775.
- Kay, C. (2002). "Chile's neoliberal agrarian transformation and the peasantry". *Journal of Agrarian Change* 2 (4), pp. 464 –501.
- Kay, S. (2012). *Positive investment alternatives to large-scale land acquisitions or leases*. Amsterdam, Transnational Institute.
- Kay, S. y J. Franco (2012). *The global water grab: a primer*. Amsterdam, Transnational Institute.
- Kerssen, T. (2013). *Grabbing power: the new struggle for land, food and democracy in Northern Honduras*, Oakland, CA, Food First Books.
- Kroger, M. (2012). Global tree plantation expansion: a review. *ICAS Review Paper Series* N° 3. La Haya: ISS (International Institute of Social Studies).
- Li, T. M. (2011), "Forum on global land grabbing: centering labor in the land grab debate", *Journal of Peasant Studies* 38 (2): 281 –298.
- Margulis, M., N. McKeon y S. M. Borras Jr. (eds.) (2013), Número especial: Global governance and land grabbing, *Globalizations* 10 (1).
- McMichael, P. (2012), "The land grab and corporate food regime restructuring", *Journal of Peasant Studies* 39 (3 –4), pp. 681 –702.
- Mehta, L., G. J. Veldwisch y J. Franco (2012), "Introduction to the Special Issue: Water grabbing? Focus on the (re)appropriation of finite water resources", *Water Alternatives* 5 (2): 193 –207.
- Murmis, M. y M. R. Murmis (2012), "Land concentration and foreign land ownership in Argentina in the context of global land grabbing", *Canadian Journal of Development Studies* 33 (4): 490–508.
- Novo, A., K. Jansen, M. Slingerland y K. Giller (2010), "Biofuel, dairy production and beef in Brazil: competing claims on land use in São Paulo State", *Journal of Peasant Studies* 37 (4), pp. 769 792.
- Piñeiro, D. E. (2012), "Land grabbing: concentration and 'foreignisation' of land in Uruguay", *Canadian Journal of Development Studies* 33 (4), pp. 471– 489.
- Peluso, N., C. Lund y editores invitados (2011), "New frontiers of land control", *Journal of Peasant Studies* 38 (4), Número especial.

- Robles Berlanga, H. M. (2012), “(Trans)national agribusiness capital and land market dynamics in Mexico”, *Canadian Journal of Development Studies* 33 (4), pp. 529–551.
- Rosset, P. (2011), “Food sovereignty and alternative paradigms to confront land grabbing and the food and climate crises”, *Development* 54 (1), pp. 21-30.
- Sauer, S. y S. Leite Pereira (2012), “Agrarian structure, foreign investments on land, and land price in Brazil”, *Journal of Peasant Studies* 39 (3–4), pp. 873–898.
- Soto Baquero, F. y S. Gómez (eds.) (2012), *Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe*, Santiago, FAO.
- Soto Baquero, F. y S. Gómez (eds.) (2013), *Reflexiones sobre la Concentración y Extranjerización de la Tierra en América Latina y el Caribe*. Santiago, FAO.
- Spoor, M. (2002), “Policy regimes and performance of the agricultural sector in Latin America and the Caribbean during the last three decades”, *Journal of Agrarian Change* 2 (3), pp. 382–401.
- Teubal, M., D. Domínguez y P. Sabatino (1995), “Transformaciones agrarias en la Argentina. Agricultura industrial y sistema alimentario”. En N. Giarracca y M. Teubal (ed) *El campo en la encrucijada. Estrategias y resistencias sociales, ecos en la ciudad*. Buenos Aires, Alianza Editorial.
- Urioste, M. (2012), “Concentration and ‘foreignisation’ of land in Bolivia”, *Canadian Journal of Development Studies* 33 (4), pp. 439–457.
- Visser, O. y M. Spoor (2011), “Land grabbing in post-soviet Eurasia: the world’s largest agricultural land reserves at stake”, *Journal of Peasant Studies* 38 (1), pp. 299–323.
- White, B., S. M. Borras Jr, R. Hall, I. Scoones y W. Wolford (2012), “The new enclosures: critical perspectives on the corporate land deals”, *Journal of Peasant Studies* 39 (3–4), pp. 619–648.
- Wilkinson, J., B. Reydon y A. Di Sabbato (2012), “Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing”, *Canadian Journal of Development Studies* 33 (4), pp. 417 –438.
- Wilkinson, J. y S. Herrera (2010), “Biofuels in Brazil: debates and impacts”, *Journal of Peasant Studies* 37 (4), pp. 749 –768.
- Wolford, W. (2010), Contemporary land grabs in Latin America. Presentación ante el Comité de Seguridad Alimentaria de la FAO,

- 36ta Sesión, Octubre, Roma. <http://www.tni.org> (accedido el 15 de enero de 2012).
- Woodhouse, P. (2012), “New investment, old challenges. Land deals and the water constraint in African agriculture”, *Journal of Peasant Studies* 39 (3–4), pp. 777– 794.
- World Bank (2011), *Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?* Washington, DC, World Bank.
- Zoomers, A. (2010), “Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current land grab”, *Journal of Peasant Studies* 37 (2), pp. 429– 447.
- Zoomers, A. y G. van de Haar, (eds.) (2004), *Current land policy in Latin America: regulating land tenure under neo-liberalism*. Amsterdam, KIT (Royal Tropical Institute).

Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina

Fecha recepción: 12/05/2013

Fecha de aceptación: 26/06/2013

O noroeste paulista dos sitiantes: entre história e memória, liberdade e sujeição¹

Beatriz Medeiros de Melo² y Maria Aparecida de Moraes Silva³

.....

Resumo

Apresentamos a história de ocupação do extremo noroeste do Estado de São Paulo, percorrendo tanto os registros da história, de autoria de geógrafos, sociólogos, literatos, quanto a memória daqueles que acompanharam este processo histórico de ocupação. Por entre os fatos reconhecidos e/ou narrados a nós, desvendamos a condição ambígua que caracteriza a formação desta classe de pequenos agricultores, proprietários de terras localizadas em uma das regiões de maior desconcentração fundiária, o extremo noroeste paulista,

-
- 1 Este artigo é parte da tese de doutorado de autoria da primeira autora deste texto através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (SP), intitulada “História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do noroeste paulista”, orientada pela segunda autora deste artigo e com financiamento da Agência FAPESP. A tese recebeu, neste ano de 2013, o Prêmio José Gomes da Silva, de melhor tese de doutorado na área de Sociologia Rural, concedido pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER.
 - 2 Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar. Atualmente é bolsista de pós-doutorado da mesma instituição.
 - 3 Professora livre-docente visitante no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar.

situada no interior do Estado que é hoje o maior produtor de cana-de-açúcar do país. Povoada por descendentes de imigrantes que compraram suas terras por entre as décadas de 50 e 70, a ocupação da região é tributária, de um lado, do esforço destes ex-colonos do ciclo do café em juntar divisas para conquistar a libertação do julgo dos grandes fazendeiros e, por outro, de sua submissão ao poder dos grileiros que expropriaram antigos ocupantes das terras (meeiros, posseiros), delas tomaram posse dela e as venderam em centenas de pequenas parcelas, empreendo o projeto de “colonização” da região. Discutimos, através dos relatos da memória e da história, a ambigüidade que cerca a região e seus moradores, bem como às gerações que se seguiram àquela dos imigrantes, sempre postos entre a liberdade e a submissão.

Palavras-chave: sitiante; camponês; colonização; ocupação; grilagem

Summary

We present the history of occupation of the extreme northwest of the state of São Paulo, covering both the records of history, written by geographers, sociologists, writers, and the memory of those who followed this historical process of occupation. Among the recognized facts and/or narrated to us, we unravel the ambiguous condition that characterizes the formation of this class of small farmers, proprietaries of the lands located in one of the region of largest land desconcentration, the extreme northwest of São Paulo, located within the State that is now the largest producer of sugar cane in the country. Populated by descendants of immigrants who bought their land between the 50 and 70, the occupation of the region is dependent on the one hand, the effort of these ex-servant of the coffee cycle in join Money for the release of the judge of the great farmers and on the other, his submission to the power of squatters who expropriated former occupants of land (sharecroppers, squatters), took possession of them and sold them in hundreds of small parcels, undertake the project of “colonization” of the region. We discuss, through the accounts of memory and history, the ambiguity surrounding the area and its residents, as well as the generations that followed that of immigrants, always put between freedom and submission.

Keywords: husbandman; peasant; colonization; occupation; expropriation

Prelúdio

É no passado que encontramos grande parte das explicações e das possibilidades do tempo que agora vivemos. Mas é também no futuro. Em verdade, conforme nos lembra Hanna Arendt (2007), é na lacuna entre as heranças do passado e as possibilidades do futuro que os homens vão construindo seu caminho diagonal, resultante que teria origem no ponto onde as duas forças se chocam. Todavia, o passado nem sempre foi compreendido dessa forma, com tal força. Na maioria das metáforas, segundo a autora, ele foi visto “como um fardo com que o homem tem que arcar e de cujo peso morto os vivos podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro” (pág. 37). Apenas no momento em que o homem se liberta das amarras do pensamento e se compromete com a ação (como, na história do pensamento, aconteceu, inicialmente, com o existencialismo francês), vivencia um retorno ao pensamento que passa a se preocupar com o conflito entre passado, presente e futuro.

Imersos nessa preocupação é que, então, nos voltamos ao passado. A fim de explicar o processo de resistência do sitiante do extremo noroeste paulista (vide localização da região no mapa abaixo) à recente expansão da monocultura da cana-de-açúcar, buscamos reconhecer as relações que estes estabeleceram com o espaço através do tempo. Interessava-nos compreender o processo de seleção elaborado no âmbito destas esferas de conservação do passado (a história e a memória), seleção esta que contribuiu para a preservação de um contexto particular na região, com uma estrutura fundiária bastante desconcentrada e onde as pequenas propriedades, em geral policultoras, são dinamizadas à base do trabalho familiar. Ademais, este retorno por meio de diferentes fontes ampliou a possibilidade de alcançarmos o passado tal como foi vivido por diferentes atores e sob diferentes perspectivas.

Índios, mineiros, loteadores e a formação da pequena propriedade

A história de ocupação do extremo noroeste paulista foi, como a história de muitas porções de território ao redor do mundo que serviram aos projetos de expansão imperialistas e/ou capitalistas, banhada à sangue, todavia não tenhamos encontrado registros desse período na fala dos sitiantes. Os migrantes e imigrantes que são os sujeito-objetos

centrais deste estudo que ora apresentamos chegaram à região no século XX, quando parte da história do lugar já havia sido literalmente apagada. Ouviam e reproduziam uma descrição que, ademais, é comumente utilizada para definir toda região de ocupação recente: a de “sertão bravio”, de “terras desconhecidas”, lugar de mata virgem e desabitado. Foi desse modo que muitos dos homens e mulheres que entrevistamos definiram a região antes da chegada de seus ascendentes.

Entretanto, perguntamo-nos: sertão bravio do ponto de vista de quem? Terras desconhecidas para quem? Trata-se, percebemos, de um discurso produzido pelos colonizadores que, em verdade, teve a intenção mais profunda de deslegitimar o direito de posse de grupos indígenas, considerados “selvagens” e “não-civilizados”, e esconder as atrocidades cometidas durante o processo de tomada da posse das terras antes comunais⁴. O resultado para a história é que em função da violência simbólica exercida por meio do discurso e da violência física exercida sobre a população, pouco se encontra na memória coletiva da região sobre a presença indígena, e poucos são os descendentes destes indígenas que podem ser encontrados (ou talvez poucos sejam os que reconheçam essa descendência). Entre os agricultores entrevistados apenas uma senhora, Maria Donda, reconheceu ter descendência indígena: conta que o seu bisavô materno tinha sido “pegado no laço” quando observava, de um pedaço de mata, uma fazenda recém-instalada na região. Tal descendência deixou rastros nítidos na fisionomia de dois de seus filhos que possuem a pele morena e os cabelos negros e lisos.

E embora nos relatos da memória não encontremos referência a esta população indígena, em certa literatura produzida por geógra-

4 Fenômeno assemelhado é narrado por Paula Hamilton (2006), pesquisadora que estudou a história Australiana, um país dominado, segundo ela, pelo mito que define a Austrália como um país *novo, sem história*, como muitas vezes se fala acerca dos países latino-americanos. A autora enfatiza o papel que as migrações exercem no sentido de contribuir com o apagamento dos rastros do passado: “Essa ideia de uma *tábula rasa* histórica é, evidentemente, uma história de colonos, de migrantes britânicos, contada por várias gerações de imigrantes ingleses e europeus. Memórias de invasões e da morte de povos indígenas são mais facilmente apagadas, ou pelo menos atenuadas, pela experiência migratória: os que chegavam não carregavam ‘o peso do passado’; vislumbravam uma nova oportunidade, um território vazio, vidas que podiam ser renovadas.” (p. 85-86). Pollak (1992, p. 2) também nos fala sobre a força ideológica (sem utilizar esse termo) contida nestas expressões que designam períodos históricos, como “anos sombrios” para designar a época de Vichy, ou os “trinta gloriosos”, que são os trinta anos posteriores a 1945. Para o autor, como também para nós, “essas expressões remetem mais a noções de memória, ou seja, a *percepções da realidade*, do que à factualidade positivista subjacente a tais percepções” (p. 2).

fos e sociólogos há registros de que os primeiros habitantes da região foram índios de ramificações da nação jê, de língua kaingang, chamados de Coroados, Bugres, Botocudos ou Cainguangues. Trata-se de um povo que ocupava uma parte significativa do interior paulista, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Darcy Ribeiro, 1970, apud Murumatsu, 1984). Recentemente, foram descobertos sítios arqueológicos no noroeste do Estado, atestando a presença de populações da nação jê há, pelo menos, 2.000 anos (Estadão, 21/07/2007). Não se tem conhecimento do volume que esta população representava. Pierre Monbeig, em certo momento, os define como os primeiros pioneiros, aqueles que primeiro queimaram as matas e praticaram a agricultura. Deles, os pioneiros modernos herdaram, por intermédio dos caboclos, a prática da queimada. Mas os caminhos por eles traçados, seguindo os vales e os cursos d'água, provavelmente não lhes foram muito úteis, já que os pioneiros afastavam-se destas regiões, ocupando o continente (Monbeig, 1971: 129-130).

Mas, ademais de terem sido dizimados durante a chegada da frente de expansão, ofereceram, a princípio, quando os pioneiros eram ainda pouco numerosos, resistência suficiente para retardar a chegada em massa do homem branco. São narrados momentos, como o desbravamento da região do ribeirão São Mateus (região de Assis), de recuo do homem branco, e de forte poder de resistência indígena, resultando, inclusive, no primeiro “trucidamento” de um plantador de café (Monbeig, 1971: 131-132). Somente no momento em que o número de pioneiros aumenta e eles se dispersam pelo interior paulista é que assistimos ao declínio significativo da pequena população indígena. É o período da construção da ferrovia Bauru-Mato Grosso, entre 1890-1900, dos mais destemidos bugreiros e das mais violentas “dadas”. Uma parte da população indígena foi assassinada, outra contraiu (voluntária e involuntariamente) uma diversidade de epidemias até então desconhecidas por esta população.

Dessa herança indígena, quase nada subsiste. Se, em 1900 um grupo bastante reduzido de mil e duzentos grupos kaingangs resistiu à invasão, em 1957, não passavam de 87 (Murumatsu, 1984: 9). Nessa região do extremo noroeste paulista, nem mesmo o costume, bastante recente, de rebatizar o nome de algumas cidades com nomes indígenas, como ocorreu no Paraná, se reproduziu. Aí, os nomes das cidades remetem à herança daqueles que fundaram os diversos povoados, loteadores de terras ou grandes fazendeiros: advém, grande parte deles, de alguma associação com nomes de santos dos quais estes pioneiros eram

devotos, de seus próprios nomes, ou dos de seus pais, mães, esposas e filhos (como se pode ver em Nardoque, 2007). Única exceção é o caso do município de Paranápuã, que em tupi-guarani significado “rio veloz”.

A partir de 1850 chegavam à região os mineiros. Foram eles os primeiros a enfrentar os índios, embora não tenham sido responsáveis pela franca dizimação desta população. Saíam de Minas fugindo da pobreza que a devastava com a decadência da mineração, das agitações da tentativa revolucionária de 1842 e, ainda, do alistamento obrigatório decorrente da Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. Entre o começo e o final da segunda metade do século XIX, os mineiros povoaram grande parte do interior de São Paulo, chegando-se a sugerir que os paulistas representassem apenas 20% da população em grande parte dos municípios. Fundaram e povoaram importantes cidades do interior, como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Viradouro.

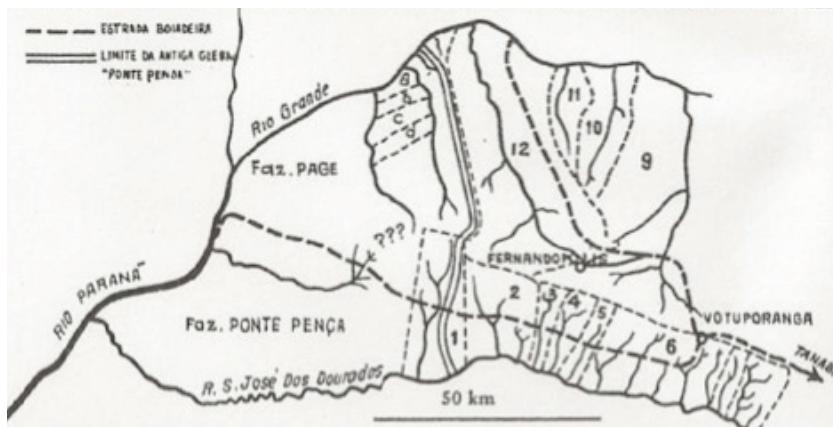
Seguiram os caminhos trilhados pelos índios na beira dos rios e vales, mas instalaram-se, sobretudo, nas planícies. Nos espaços varridos pelas queimadas, plantavam milho e deixavam soltos os carneiros (que forneciam a lã que as mulheres fiavam), o gado e os porcos, este último bastante tradicional em Minas Gerais. Vendiam seus rebanhos em Lençóis Paulista, Botucatu, e algumas vezes, chegaram até Sorocaba. Com a renda obtida compravam a pólvora para as espingardas, o sal de cozinha e o sal grosso para o gado. Praticavam uma agricultura de subsistência associadas à criação de rebanho, que lhes serviam como alimento e transporte para os conhecidos “carros de boi” do período (Monbeig, 1971:133-136).

Os mineiros foram, ademais, aqueles que deixaram heranças das mais significativas para os pioneiros que os seguiram, cujos resquícios podem ser encontrados ainda hoje na história econômica da região. Abriram os caminhões dos espigões que mais tarde foram povoados pelos pioneiros, construíram estradas boiadeiras que foram seguidas e tornaram-se importantes vias de circulação para trens e automóveis, estabeleceram povoados que jamais desapareceram completamente. Algumas dessas famílias mineiras adquiriram os títulos de posse das terras que ocupavam, aproximaram-se, por isso, dos primeiros cafeicultores e especuladores que chegaram à região. Alguns deles lucraram com a venda de terras e com o cultivo do café, tornando-se famílias tradicionais (Monbeig, 1971: 137) cujas ramificações até hoje sobrevivem em alguns lugares.

Na região noroeste do Estado fala-se da influência mineira desde pelo menos 20 anos ante da chegada em massa dessa população, em

1850. Alguns documentos antigos registram a formação, nesta época, da gleba denominada São José da Ponte Pensa, de 208.000 alqueires, de posse de Patrício Lopes de Souza (Murumatsu, 1984:5). Toda a região conhecida hoje como microrregião de Jales está inserida nestas terras outrora chamadas de Fazenda Ponte Pensa, como se pode observar do mapa abaixo.

Figura 1: Limites de glebas e de fazendas da Alta Araraquarense



Fonte: Monbeig, 1971: 217

Patrício Lopes de Souza, todavia, não efetuou uma ocupação tal como os mineiros que ocuparam as regiões mais antigas. Era sobretudo um “fazedor de posses” como se costumava dizer, “um latifundiário, autêntico representante da velha aristocracia mineira”. Mas com ele veio também o pequeno agricultor mineiro e outros trabalhadores nacionais, responsáveis por ocupar as terras ociosas e fazer-lhe a guarda, ou então ocupar sítios volantes (Murumatsu, 1984:10-12).

Mas foi sobretudo a partir de 1850 que levas de mineiros vindos de diferentes regiões alcançaram essa região da Alta Araraquarense: partiam de Araraquara, passando por Tanabi e São José do Rio Preto (também fundadas por mineiros); partiam de Mato Grosso do Sul, de Santana do Paranaíba, atravessando os Rio Paraná e passando por Porto Taboado (atual Rubinéia); vinham de Minas Gerais, atravessando o rio Grande e dispersando-se pelos arredores do Rio São José dos Dourados (Murumatsu, 1984:9-10).

Apesar da presença indiscutível dos mineiros na região durante o século XIX, atestada pelos documentos e pela literatura histórica, hoje se trata de uma população minoritária, e poucos são também aqueles que reconhecem ter uma ascendência mineira. Mais comumente contraíram uniões matrimoniais com descendentes de nordestinos. Como foi o caso dos pais de Otacílio Alves: um baiano de Livramento, na Bahia, que em Mendonça-SP encontrou-se com uma mineira e, juntos, migraram para a região de Jales em busca das terras que estavam sendo vendidas a baixos preços (entrevista realizada em 27/06/2010, município de Santa Salete).

Juntou-se a essa primeira leva de população branca (ou aparentemente branca) que chegou à região também os caboclos machadeiros baianos, que foram mão de obra importante à época da derrubada das matas. Pedro Nava, médico e destacado memorialista brasileiro que viveu na região do noroeste paulista na primeira metade do século XX, em importante obra (1983) que, ademais da narrativa sobre uma parte importante de sua trajetória profissional, descreve os lugares por onde passou com reconhecida riqueza de detalhes, assim define estes migrantes nacionais baianos: “grupo brasileiro de que veio o profundo espírito da terra encontrado pelo emigrante entrado depois” (p. 105).

Aos mineiros e baianos machadeiros, seguiu-se a vinda dos grandes negociantes de terra, assistidos por grileiros, agrimensores e advogados. A chegada destes coincide com o momento em que o Estado começava a demarcar e discriminhar as terras devolutas na região, no ano de 1912. Desde então, passam a apossar-se de terras ainda inhabitadas ou mesmo a iniciar pelejas legais pelo aposseamento de terras antes ocupadas por mineiros, latifundiários ou mesmo pequenos sitiantes. Como é o caso do famoso grilo Glória e Furquim, estudado por Luis Noboru Murumatsu (1984), que solicita a demarcação da Fazenda Ponte Pensa cujos primeiros registros atribuem posse ao mineiro Patrício Lopes de Souza.

É esse processo de grilagem e demarcação de terras o marco histórico da ocupação de todo o Oeste do Estado, quando o direito burguês legitima a posse da terra para o próprio burguês, reservando a ele o monopólio da terra (Murumatsu, 1984:17). Dessa forma, a grilagem contou com o apoio substancial do Estado, cujos tribunais endossavam a “fabricação” de títulos falsos de propriedade. Pierre Monbeig descreve com que “imaginação e habilidades diabólicas” funcionou a indústria da grilagem, narrando as diversas estratégias utilizadas, dentre elas o envelhecimento artificial dos papéis, a imitação de escrita e caligrafia

fora de uso, a eliminação de documentos de posse anteriores guardados nos cartórios, etc. (1971:144). Esse processo se inicia em finais do século XIX e finda na década de 30 do século posterior. Essa indústria de grilagem em atividade intensiva, aliada à legislação fundiária e à característica do povoamento, caracteriza o Estado de São Paulo como fundamentado sobre a propriedade privada, ao contrário do que pode ser observado no Paraná, onde o Estado é detentor de grandes extensões de florestas (Ibid: 211).

Embora tal ocupação, como vimos, tenha se iniciado nas primeiras duas décadas do século XX, há depois disso, uma sequência de acontecimentos que vão concedendo novo impulso à compra de terras na região, realizados por diferentes sujeitos. Inicialmente, com o *crash* da economia cafeeira, a compra e venda de pequenas propriedades rurais surge como uma saída para equilibrar os lucros em decesso dos cafeicultores (Ianni, 2004:36-37). Em seguida, com a inflação desencadeada com o fim da Segura Guerra, a especulação surge como a forma mais segura e rentável de aplicação de capital. Nesse momento uma parte significativa da burguesia (arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes em São Paulo ou nas principais cidades do Estado) adquire o hábito de possuir uma reserva florestal (Monbeig, 1971:117-118). Ademais, José de Souza Martins (1989:5-26) nos lembra que, nesse momento, a disseminação da propriedade familiar foi “um recurso para elevar o preço da terra, cuja medida deixa de ser o cálculo do lucro para ser a própria necessidade do pequeno agricultor”.

Passam a comprar aquelas terras griladas e demarcadas na primeira metade do século XX também uma diversidade de sociedades de estrangeiros interessados nos altos lucros vislumbrados pela possibilidade da construção de loteamentos. Eram portugueses, italianos, ingleses, japoneses e, em menor medida, um suíço. Traziam consigo um corpo de funcionários administrativos, como diretores, engenheiros, agrimensores, corretores, que participaram ativamente do momento de crescimento da importância dos centros urbanos das principais cidades da região (Monbeig, 1971:146).

Dentre os principais nomes de pessoas físicas e empresas, nacionais e estrangeiras, que adquiriram terras na região da Alta Araquarense estão: Jonh Byng Paget (que, por sinal, nunca esteve no Brasil), Guilherme Schmidt, Companhia Agrícola Francisco Schmidt S.A., Almeida Prado S/A Comissária e Exportadora, Empresa Paulista de Colonização Ltda., Cia The Lancashire General Investiment, Dr. Fernando Gomes, advogado, Dr. Euphly Jales, engenheiro, Dr. Alceu de

Assis, advogado e outros. Grande parte deles comprou terras do grilo Glória & Furquim, ou receberam parcelas dela em pagamento pela prestação de serviços que possibilitaram a demarcação e legalização das terras. Deste último caso é característico o de Euphly Jales, (estudado em detalhes por Sedeval Nardoque), perito que demarcou as terras da Fazenda Ponte Pensa e que, adquiriu em pagamento, uma extensa porção de terras onde, mais tarde, fundou a Vila Jales. Ademais, efetuou um grande empreendimento de loteamento de imóveis rurais e urbanos (Murumatsu, 1984:20).

Uma terceira geração de compradores, que adquiriram grande parte de suas terras destes citados anteriormente, foram as grandes Empresas de Colonização, muitas delas fundadas por cafeicultores e ferroviários a fim de assegurar a reprodução de seus negócios, como foi o caso da Companhia Agrícola de Colonização S.A (CAIC) e a Empresa Paulista de Colonização, que adquiriram extensas glebas do “Núcleo Paget”, de propriedade anterior do inglês Jonh Byng Paget (Murumatsu, 1984:20). Além destas atuou também na região a Sociedade Brasileira de Colonização, de capital japonês e, já na década de 1950, a Sociedade Imobiliária Brasileira (SOCIMBRA). Foram elas as grandes responsáveis pela abertura dos loteamentos de pequenas propriedades rurais e dos imóveis urbanos nos primeiros povoados⁵.

A importância dos negócios ferroviários e dos loteamentos na ocupação da região da Araraquarense é um caso bastante singular, diferente de regiões de ocupação mais antiga, como a de Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas e Limeira, aonde os trilhos dos trens chegaram depois que as fazendas de café estavam em pleno funcionamento. Sergio Milliet (1941, p. 63) afirma que “nem em imaginação

5 Singular é o caso da CAIC, como o primeiro caso de associação de capital ferroviário, cafeicultor e colonizador. Seus fundadores eram, inicialmente, ricos fazendeiros cafeicultores – dentre eles a família Prado – , que, primeiro, ampliaram seus negócios para a administração de estradas de ferro, construindo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a fim de assegurarem-se melhor do escoamento de sua produção. Em seguida, ampliaram suas atividades para o transporte rodoviário e empresas de colonização, fundando a Companhia Paulista de Colonização, que iniciou suas atividades em 1938 loteando fazendas nas linhas da Estrada de Ferro Araraquarense, Mogiana, Noroeste e, mais tarde, na Sorocabana. Tal empresa tinha a função de empreender a venda de lotes nas regiões servidas pela estrada de ferro administrada pelo grupo, criando a demanda necessária de produtos agropecuários a serem transportados na ferrovia (Monbeig, 1971:238). Nas terras comercializadas pela CAIC a partir de 1946, originalmente conhecidas como “Núcleo Paget”, surgiram os patrimônios de Santa Fé do Sul, Porto Taboado (depois Rubinéia), Santa Clara e Santa Rita (Murumatsu, 1984:53).

seria possível prever mais completo paralelismo, nem mais marcante exemplo da influência da economia sobre a demografia".

A venda das terras na região de Jales e arredores foi sempre mobilizada em função da rede ferroviária e dos boatos sobre sua expansão. Quando, a partir de 1935, os trilhos da estrada de ferro se prolongam para além de Mirassol, entre os rios São José dos Dourados e Turvo, na direção do Porto Getúlio Vargas, imediatamente multiplicam-se os loteamentos em Tanabi, Cosmorama, Votuporanga e, em seguida, em Fernandópolis, Estrela do Oeste e Vila Jales. Para os pequenos agricultores que adquiriram terras na região, a proximidade dos trilhos dos trens diminuía os custos necessários ao escoamento de sua produção, compensando até mesmo os custos superiores dos terrenos, valorizados em função da fundação dos núcleos urbanos nos arredores da ferrovia (Monbeig, 1971:228-229).

Entre as décadas de 1950 e 1960 todas as terras da fazenda Ponte Pensa haviam sido vendidas. Entre os anos de 1946-56 a CAIC venderia 1546 lotes rurais entre 5 e 30 alqueires. Poucos foram os lotes vendidos acima de 50 alqueires. O projeto colonizador, segundo enfatizou Murumatsu, "nasce na mesa dos dirigentes dessas companhias". Por meio de cálculos que estabeleciam o tamanho dos lotes em função da rentabilidade esperada, da disponibilidade de mão de obra e das possibilidades de aquisição por parte do pequeno agricultor, é que se definia as extensões dos lotes a serem vendidos. Foi também construído, antes da chegada da Estrada de Ferro, um forte esquema de publicidade para atrair os colonos, potenciais compradores das terras. Um caminhão os buscava nos mais variados pontos da Alta Araraquarense, oferecendo aos interessados cerveja gelada, mulheres, e um discurso bastante enaltecedor do futuro promissor que a região oferecia (Monbeig, 1971:49). Cartazes publicitários afixados nos vagões dos trens de passageiros e nos comércios de povoados dos arredores enalteceram "a presença, no loteamento, de tudo que é indispensável à vida material e também à vida espiritual dos clientes" (p. 235). Tratava-se, verdadeiramente, de um empreendimento capitalista, racionalmente voltado às maiores chances de comercialização e lucratividade.

Quando então cessa a importância dos projetos "colonizadores", a economia local passa a depender tão somente da ferrovia e da agricultura, duas atividades que passam a funcionar de forma dissociada. Da agricultura são responsáveis, em grande medida, os pequenos proprietários de terras; no controle das finanças estão os ricos fazendeiros comerciantes e outras sociedades anônimas, dentre elas muitas de capi-

tal estrangeiro. Torna-se mais lucrativo para as grandes empresas transportar, comerciar e financiar do que produzir, e, desse modo, passam a controlar o processo produtivo. As relações de mando se transformam, do antigo “paternalismo” do “patrão” sobre seu “cliente” para relações comerciais estabelecidas entre as empresas e os pequenos proprietários. Pierre Monbeig, entretanto, ressalta que tal troca, embora tenha a aparência de uma emancipação dos menos afortunados, não os livrou da teia de extrema exploração que, todavia, passou a ser exercida por meio dos vínculos de dependência criados em relação aos financiamentos (1971:240-241). No interior dessa investigação mostramos como as dívidas contraídas pelos pequenos agricultores e mesmo o interesse das ferrovias em diversificar os produtos transportados depois da crise de 1929, acabaram por determinar os produtos cultivados nas pequenas propriedades.

Como resultado, então, do encontro dos anseios de acúmulo de capital dos loteadores capitalizados e do desejo dos imigrantes de serem donos de sua própria terra, é constituída a região caracterizada, ainda hoje, pelo predomínio das pequenas e médias propriedades, com uma grande diversificação de atividades agrícolas.⁶ Mas esse “encontro” de anseios não logrou constituir um período de ocupação tranquilo. Longe, disso, as pelejas que se desdobraram ao longo do tempo em função das “negociatas” realizadas entre grileiros e negociantes de terras constituíram longas tramas, algumas das quais têm desdobramentos até os dias atuais. Em geral, os mais prejudicados nestes conflitos foram os pequenos agricultores que adquiriram suas propriedades destes negociantes, alguns dos quais tiveram que pagar duas vezes para assegurar a posse da terra.

Repensando o passado: grilagens, luta pela terra e as ambiguidades da história

A questão das grilagens e das “negociatas” foi tema de forte debate por duas vezes (em 2002 e 2006) na MRG de Jales, por meio do Jornal de Jales. Os debates foram suscitados num primeiro momento pela publicação, em 2002, de matéria noticiando a conclusão da dissertação

⁶ Também a importante obra de Nice Lecoq Muller (1951) explica o surgimento dos sítios paulistas, tanto nas terras esgotadas (o Vale do Paraíba e o Oeste Novo Paulista) como nas regiões novas, como decorrência das crises da queda no valor comercial [do café], das sucessivas crises e pragas, e da proibição de novas plantações (p. 13).

de mestrado de um geógrafo jalesense, Sedeval Nardoque, que estudou a apropriação capitalista da terra no extremo noroeste paulista (Nardoque, 2002). Num outro momento, no ano de 2006, a questão voltou a ser discutida quando um valor significativo da receita pública do município foi “sequestrada” pela justiça para quitar uma parcela da dívida que o município contraiu com a família do fundador Euphly Jales quando da desapropriação de uma área de 16 alqueires, pertencente à família, nas franjas do perímetro urbano. A área foi utilizada para instalação do II Distrito Industrial.

Nesses dois momentos, tanto o bispo Dom Demétrio como o geógrafo Sedeval Nardoque tiveram papel importante no sentido de denunciar injustiças e malfeitos do passado que até hoje reverberam na vida de cidadãos e sitiados. Num primeiro momento, Sedeval, noticiando os resultados de sua pesquisa, denuncia o violento processo de grilagem empreendido pelas empresas colonizadoras e por particulares que adquiriram terras griladas na região, destacando as “negociatas” empreendidas pelo próprio fundador da cidade, Euphly Jales, que se utilizou das mais diferentes artimanhas para apropriar-se de terras de outrem, assegurar domínio sobre as propriedades para, depois, loteá-las. Destacou, em seus escritos, o grave problema enfrentado por sitiados que vivem nas Glebas 41a e 41b da Fazenda Ponte Pensa, de 1.900 alqueires, correspondente à área dos bairros Córrego do Manuel Baiano e Córrego do Coqueiro. Em suas investigações nos Cartórios de Registro de Notas da região, o pesquisador teve notícia de que estes quinhões de terra foram adquiridos (em juízo) por Euphly Jales em 1934 como pagamento por serviços prestados e não recebidos no ano de 1929. Entretanto, o suposto antigo proprietário delas, Alcides do Amaral Mendonça conseguiu reverter o processo vinte anos depois e reaver as terras para o seu domínio, quando Euphly já as havia vendido para sitiados e, portanto, recebido pagamento por elas. Com a reversão do processo, muitos sitiados tiveram que pagar novamente pela propriedade da terra para assegurar a posse.⁷ Além deste caso, Sedeval denunciou outras questões: a injustiça evidente, depois de toda a especulação realizada por Euphly, de que a cidade pagasse uma dívida referente a uma porção de terras da família desapropriada pelo município (discussão que foi er-

⁷ Todo esse processo é detalhadamente descrito e analisado pelo pesquisador no segundo capítulo da tese de doutorado defendida em 2007, já citada aqui.

guida pelo bispo Dom Demétrio); a extração da renda da terra realizada por meio da cobrança do laudêmio.⁸

Foi este um momento em que a população pôde discutir com bastante transparência a história do município, rever os “sentidos” do processo colonizador que os trouxe até a região e analisá-lo a partir de posições contrapostas expostas nos artigos semanais editados pelo jornal. A discussão foi “administrada” pelo editor-chefe do jornal, Deonel Rosa Júnior, de um modo bastante democrático. Muitas pessoas publicaram artigos de opinião: pesquisadores, membros da Igreja, juristas e cidadãos comuns. E pelo menos três posições diferentes puderam ser percebidas no debate: de um lado, representados pelo advogado da família Jales, Lair Seixas Vieira, estavam aqueles que defendiam “a memória do fundador da cidade” a quem Lair afirmou, por diversas vezes dever “gratidão, respeito e amizade”; de outro, pesquisadores, membros da Igreja e agricultores, representados pelo pesquisador Sedeval Nardoque, que se indignavam com o “endeusamento” que a cidade dirige à pessoa do fundador da cidade, apoiavam a reescrita desta história e a revisão, pela justiça, de pelejas relacionadas aos “malfeitos” de Euphly que atingem diretamente o município e a vida de dezenas de famílias de agricultores. Um terceiro grupo se manteve numa posição de mais neutralidade, criticando, de um lado, as investidas contra a memória dos grandes “empreendedores” que colonizaram a região, e, de outro, reivindicando que algumas questões (como aquela da cobrança do laudêmio) fosse revista por trazer “evidentes problemas para a administração municipal” e impedir o pleno desenvolvimento econômico da região.

Por entre as palavras e os sentimentos que foram suscitados por meio dos artigos pode-se perceber as “paixões” que o debate ergueu, evidenciando a importância da construção dos sentidos do passado e, também, dos sentidos construídos ao redor dos sujeitos que participaram da história. De um lado, falou-se das muitas e exageradas referências ao nome de um fundador (em nomes de ruas, prédios públicos e também na estátua erguida em praça pública) que, em verdade, grilou terras, usou de todo tipo de estratégia suja para conseguir títulos de propriedade e abusou da boa fé dos pequenos agricultores. De outro, houve manifestações de indignação às ofensas e acusações a um homem que, supostamente, foi responsável pela fundação do município, que fez esforços para que a Diocese da região fosse instalada em Jales, que “de-

8 “...taxação baseada em princípios monárquicos (enfiteuse) a toda transação comercial com imóveis realizada na área central” do município de Jales. (NARDOQUE, 2002, p. 159).

fendeu agricultores”, e que foi, no máximo, relapso no que diz respeito ao caso dos quinhões 41A e 41B, por não ter solicitado a emissão definitiva do título de propriedade no tempo previsto. E não só nas palavras utilizadas nos artigos como também em alguns atos decorrentes desta discussão se pode perceber a importância que a discussão tomou: no dia 12/03/2006 a estátua de Euphly Jales foi derrubada durante a madrugada; depois disso, uma instituição de ensino publicou uma moção de apoio ao pesquisador Sedeval Nardoque, que estava sendo duramente atacado por setores da sociedade jalesense e, inclusive, acusado de ter incitado a população a realizar o ato da derrubada da estátua.

Para esta pesquisa, rever a discussão que se desdobrou no Jornal de Jales, sobretudo no ano de 2006, foi um momento extremamente valioso para a análise que nos interessa neste capítulo, por rememorar um conflito que deu origem a um dos episódios de resistência organizada dos sitiados. Ademais, foi possível observarmos o processo por meio do qual a história recentemente reescrita pelo geógrafo subverteu a memória que muitos moradores da região guardavam sobre o processo de colonização e sobre a figura do fundador da cidade, e também como esta memória, fonte importante para a reescrita da história, ainda estava preservada na lembrança de diversos sujeitos que se envolveram nas pelejas ou que tiveram notícia delas.⁹

Embora os agricultores não tenham participado ativamente no debate ocorrido no Jornal de Jales, durante as visitas às pequenas propriedades do município pude constatar que estes agricultores tiveram notícia da polêmica, que, no período, circulou por toda a cidade¹⁰. Ademais, entrevistamos também alguns dos envolvidos nas contendas,

9 O processo aí desenrolado participa de um movimento contemporâneo mais amplo, bem descrito por Thomson Alistair (Hamilton; Thomson, 2006), ao analisar os diferentes caminhos por meio dos quais a memória coletiva passou a ser incorporada pelos estudos historiográficos: “No primeiro sentido, uma dimensão definitiva do estudo histórico acadêmico da geração passada foi a crítica à história convencional, por esta se fundamentar em noções extremamente restritas do que (e de quem) importa na história, e de como (e por quem) é gerada a mudança histórica. (...). Nesse esforço, não seria demais afirmar que a história oral – juntamente com outros artefatos, dados e ‘textos’ culturais – provou-se crucial para o processo de superar noções convencionais acerca do que vale como história, e, portanto, do que a história pode contar. É nesse sentido que se pode falar – como meio de reunir essas amplas tendências acadêmicas – da memória subvertendo a história.” (2006:75-76)

10 As notícias veiculadas, além de terem chegado ao conhecimento dos agricultores, foram divulgadas em outros veículos de informação fora da região (jornais impressos e televisivos) e chamaram a atenção de instituições jurídicas: naquele mesmo ano de 2006, a OAB de São Paulo tomou para si a responsabilidade de investigar o caso da legalidade do laudêmio e falava-se do envolvimento do Ministério Público na questão.

como a Sra. Maria Machado, também chamada de Maria do Coqueiro, que, quando era pequena, acompanhou parte do conflito no qual seu pai esteve envolvido enquanto um dos agricultores que comprou propriedades nas glebas 41a e 41b, aquela na qual alguns sitiantes tiveram de pagar duas vezes para assegurar a posse da propriedade comprada inicialmente de Euphy Jalles. Maria, a única agricultora que se manifestou publicamente naquele momento, escreveu um artigo para o Jornal de Jales num momento em que o Prof. Sedeval Nardoque estava sofrendo diversas represálias de setores da sociedade jalesense em função das denúncias que vinha fazendo. Tanto os relatos publicados no jornal como aqueles que ela me concedeu durante a entrevista são extremamente ricos em ilustrar o sofrimento que viveram aqueles agricultores e também a resistência empreendida por um grupo deles naquele período. Maria Machado conta o sofrimento vivido por seu pai e seus avós em função da pressão sofrida para que pagassem novamente pelas terras e explica como foi a organização de um grupo de agricultores, liderados por seu pai, que decidiu não fazer o segundo pagamento. Em seu relato também pode ser observada a disputa e a ambiguidade nas representações construídas em torno dos atores e dos atos que circundaram essa trama. Ademais, Maria nos explica porque decidiu se pronunciar nos jornais:

Sou agricultora, tenho 50 anos, nasci, cresci e vivo até hoje na chácara São Gonçalo no Córrego dos Coqueiros, onde existiu a tão famosa demanda Gleba dos Coqueiros. Minha infância foi marcada pelo terrorismo permitido pelos poderosos da época, que venderam terras griladas a meu pai, meu avô e centenas de agricultores inocentes que achavam que estavam comprando terras legalizadas.

Meu pai foi um dos líderes dos agricultores que lutaram pela resistência do não pagamento do acordo, que consistia em pagar novamente pelas terras. Hoje ele é o último dos pioneiros. Seus amigos, que foram centenas, foram vendendo suas terras por valores abaixo do mercado, temendo o futuro. Todos os dias famílias deixavam as terras com medo do terrível e tão pregado despejo. (Santos, 2006)

Maria: Foi... é que ele estava apanhando muito, eu achava injusto que ele estava apanhando, porque o que ele estava pregando eu assisti. (...). Eu não conhecia ele, mas eu achava que era necessário que alguém que viveu a história fizesse alguma coisa, independente de... Eu não tenho nada contra o pessoal que... Eu coloquei aqui a história do meu avô e do meu pai, que foi o que eu vivi na minha infância, uma coisa que me marcou e que... (...). Eu acho que não é bem isso, eu acho que a notoriedade que

ele despertou, uma atenção que talvez não era importante, mas independente é uma tese dele.

Pesquisadora: Dona Maria, me desculpa perguntar, mas por que a senhora achava que ele levantou uma questão que não era importante?

Maria: Porque existe uma história, e ele tentou mudar uma história. Eu digo isso, existe essa história e a história, independente do que aconteceu,... Eu não sei direito muito bem como as coisas aconteceram porque eu só li pelo jornal. (...). Meu pai não gosta de falar que o Euphly era grileiro, ele não gosta de dizer isso, enquanto o Euphly foi vivo ele deu sustentação para as famílias. Meu pai foi um dos braços direitos dele nessa questão da justiça. (...). Independente do que o Sedeval apresentou... Porque ele levantou a história da região, foi lindo o que ele fez, foi lindo, lindo, lindo! Mas meu pai vê a coisa de um jeito de quem sofreu na pele a questão e foi protegido até a ultima hora. Porque o Euphly protegeu ele até a hora de morrer, depois que morreu aí acabou, a história virou outra.

(...)

Quando eu tinha dois, três anos eu via meu pai reunir agricultores pra não pagar as terras, meu pai liderou os agricultores pra não pagar a terra de novo. Euphly falava: "Não paga, não paga". Ele foi assassinado por causa dessa demanda. Enquanto ele era vivo ele deu assistência para as famílias. Meu pai era líder dos agricultores e meu pai fala que ele ajudou, apoiou, deu assistência para as famílias. (...). Eu nasci nesse conflito de terra, e pagava ou não pagava as terras de novo, e meu pai liderou. Era uma quantidade de terra! Eram 612 proprietários, meu pai foi liderando e a pressão era grande. Cada vez que pressionavam, um grupo fazia acordo e pagava. E meu pai e minha avó firme e forte: "Nós não vamos pagar!" (...). *Essa questão é muito bonita, uma luta pela permanência na terra. Por isso minha família tem essa vocação de não perder a terra, porque não foi só chegar da Bahia e comprar terra, foi a luta e resistência pra não perder a terra.*¹¹ Cada vez que vinha uma ordem que tinha que fazer acordo com os Mendonça, que os Mendonça queriam receber a terra de volta, meu avô resistia, botava todos nós em frente de casa, passava o jipe e estava aquela meninada toda na casa do meu avô. Na casa do meu avô o jipe não parava, porque sabiam que lá tinha muita gente, eles eram só três ou quatro no jipe. Essa resistência e permanência pela terra veio daí, não foi só vim da Bahia, foi comprar uma terra que tinha que pagar de novo. (Entrevistas realizadas em 20/07/2010 e 23/09/2010).

11 Grifo da autora.

A fala de Maria Machado contém muitas informações acerca do ocorrido, elas mereciam ser mais bem esclarecidas para que se compreendesse o imbróglio. Essas explicações podem ser encontradas na tese de Sedeval Nardoque (2007). Para os intentos dessa pesquisa, entretanto, de analisar a resistência do pequeno agricultor, a fala transcrita acima dá uma contribuição valorosa, na medida em que destaca a importância do episódio descrito no sentido de reforçar os vínculos dos agricultores com o lugar e com a propriedade da terra. A memória da luta pela terra, de acordo com as próprias palavras de Maria Machado, reforça sua importância para a reprodução da família e o valor simbólico daquele espaço de reprodução da vida.

Ademais dos 13 agricultores que resistiram e não pagaram novamente pelas terras, encontrei famílias que tiveram que vender uma parte de sua propriedade para pagar novamente pelo direito à posse dela, como foi o caso da família Akamatsu e Ryugo. Segundo Eduardo Akamatsu, sua família adquiriu, num primeiro momento, 22.3 alqueires de terra e, mais tarde, depois de acumulado certo pecúlio, compraram outra propriedade de 12 alqueires nas proximidades. Em função da cobrança realizada pelos Mendonça, que reverteram a posse da terra para o seu domínio, a família teve que vender esses 12 alqueires que compraram num segundo momento, toda a produção de café e todo o gado que possuíam para pagar novamente pela posse da terra. José Ruygo, que também possui uma propriedade rural na região da contenda, passou pela mesma situação: vendeu cinco alqueires de terra e todo o gado que a família possuía para pagar não só pela propriedade da terra como também pelas custas do processo que abriram contra os Mendonça.

Alguns destes sitiantes, por um lado, se lamentam por não terem aderido ao movimento de resistência. Um sitiante afirma que “foi bobo” e que deveria ter lutado. De todo modo, buscaram outros caminhos de reparação e outros modos de comprovar a legitimidade de sua posse. Um grupo de 11 pequenos proprietários de terras abriu um processo jurídico contra Euphly Jales, aquele que os vendeu as terras sem que estivessem efetivamente sobre sua posse. A causa teve veredito desfavorável em primeira instância, em Jales, mas favorável em segunda e terceira instância, em São Paulo e Brasília. Agora as famílias aguardam para que se inicie a negociação com Minerva Jales, esposa do falecido Euphly Jales. Vemos, desse modo, que passados cerca de 50 anos do ocorrido os sitiantes da região continuam lutando para defender a posse desse espaço de reprodução da família, seu patrimônio.

Entretanto, ademais de todo o esforço mais recente de desvelar os reais sentidos do processo de colonização por que passou a região, empreendido à base de violência e extorsão, e, ainda, de todas as consequências tortuosas para a vida de centenas de agricultores e cidadãos, um velho jargão ainda circula pela região: o de que ali ocorreu uma espécie de “reforma agrária natural” atribuída, tantas vezes, aos visionários colonizadores (lê-se grileiros, companhias de colonização, especuladores). Este é um discurso incrustado nas consciências há muito. Em 1965, em discurso durante a campanha eleitoral do município, Euphly Jalles afirmava que promoveu uma “verdadeira reforma agrária” com a finalidade “de proporcionar aos colonizadores a oportunidade de progredirem” (Nardoque, 2007:333). O memorialista Pedro Nava, na abertura do capítulo intitulado “Oeste Paulista”, que compõe o livro *O Círio Perfeito* (1983), também analisa a questão ao levantar as condições específicas que fizeram daquela uma região tão próspera:

...e última condição e não menos importante, a divisão das grandes glebas e a criação da pequena propriedade pelo grileiro – que a meu ver não foi bandido nem benfeitor (como querem uns e outros) mas que foi ao menos o pioneiro da nossa inevitável reforma agrária.(Nava, 1983:105).

Esse discurso, ademais, foi encontrado nas falas de diversos agricultores que conhecemos. Ao questionar o editor do Jornal de Jales – que acompanhou de perto toda a discussão mais recente sobre a questão – sobre as razões pelas quais os sitiantes da região têm tanta dificuldade de assumir os reais sentidos do processo de grilagem na região, ele responde: “Ninguém gosta de ser passado pra trás.”. Ademais, nas conversas que tive com agricultores também tive a mesma impressão: o temor de que a análise da “natureza” do processo de colonização se confundisse com a análise da própria legitimidade da presença dos pequenos agricultores, que compraram as terras griladas. É como se, por isso, fossem algo cúmplices no processo de grilagem. E, desse modo, se configura uma situação de extrema ambiguidade e contradição, ademais de apontar para a construção ideológica que serviu ao escamoteamento da condição de exploração do colono, pequeno agricultor.

Para os menos afortunados, a passagem da condição de colono nas fazendas de café para a de pequenos proprietários também foi responsável por imprimi-lhes um pensamento um tanto ambíguo. Eles acabaram por se conceberem e orientarem sua prática pela “ideologia da mobilidade através do trabalho”, construída, entretanto, pela burguesia. Foi-lhe imposto que sua liberdade (a aquisição da pequena pro-

priedade e a libertação das amarras do patrão) dependia do trabalho, ou, mais diretamente, do dinheiro. Esse pensamento não era um traço da cultura imigrante, foi lhe imposto, num processo de construção simbólica, como projeto. Projeto que, contraditoriamente, sustentou o processo de exploração da mão de obra imigrante pela grande burguesia cafeicultora, ao mesmo tempo em que marcou a conduta destes sujeitos pela...

...frugalidade, pela economia das coisas, por um espírito absenteísta e parcimonioso. Contraditoriamente, o trabalho é encarado como único meio através do qual possam adquirir a propriedade, a terra, um bem da natureza que não custou nenhum trabalho à burguesia. De fato, não custou nada a esta porque custou àquele. (Murumatsu, 1984:65).

Martins (1973) mostra, por meio da transcrição da fala de Antônio Prado em 1888, como os núcleos de colonização articulados por empresas particulares foram o solo por meio do qual se arquitetou a ideologia do trabalho, responsável tanto pelo sucesso do regime do colonato quanto da superação daquele momento de carestia de alimentos. Melhor do que os núcleos oficiais de colonização, aqueles empreendidos por particulares dirigiria o imigrante à maior produtividade nas colônias e, posteriormente, ressolveria o problema da produção de alimentos.

A criação das condições compulsórias à canalização da força de trabalho do imigrante para a grande lavoura dependia, pois, do descortínio de princípios que superassem as limitações representadas pelos núcleos coloniais oficiais. Esses princípios foram finalmente expressos num discurso de Antônio Prado ao Senado, em 1888, e constituem o quarto e último ‘momento’ na transição para a ideologia do trabalho da agricultura de exportação: “No entanto, a experiência tem demonstrado, pelo menos na província de São Paulo, que a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família por aquele modo colocada será tanto mais frutuoso quanto se achará aclimada, conhecerá a língua nacional e terá adquirido as especiais noções de cultura, que só a prática pode dar, e que tanto variam da Europa para o Brasil. Em terra tão fértil quanto a nossa e em clima tão propício a várias culturas, o imigrante assim preparado chegará sem dúvida muito depressa a cercar-se de condições de bem-estar sem a prova sempre difícil, e às vezes dolorosa, de tentativas dirigidas pela inexperiência. Ainda quando, pois, tratássemos tão-somente de introdução de imigrantes para os estabelecimentos particulares, chegaríamos indiretamente ao resultado que almeja o nobre senador e todos

nós almejamos, isto é: fazer proprietário o imigrante". (...). Estamos, na verdade, perante a disseminação da ética capitalista, norteando e integrando todos os personagens do sistema. (Martins, 1973:68-69)¹²

Por outro lado, também ambigamente e como fruto do mesmo corpo de construções ideológicas, o pequeno proprietário expressava um sentimento de gratidão aos fazendeiros de café, que criaram as condições para que eles adquirissem a pequena propriedade, e à CAIC e aqueles que lhes concederam empréstimos, como os responsáveis pela concretização do sonho de libertação. Afirmavam que "foi graças à CAIC que se transformaram em pequenos proprietários, formaram seus filhos doutores, ascenderam na escala social". Esta concepção é ainda mais latente no discurso dos vendedores de terras, realçada pela concepção propriamente empresarial. Outras vezes elabora-se entre os pequenos agricultores um pensamento mais realista, expresso na percepção, por exemplo, de que a "CAIC estava pouco ligando pro pequeno agricultor. O negócio dela era lucro. Comprava a terra por X e vendia a terra por Y". Analisando os discursos e experiências dos diferentes sujeitos envolvidos no processo nesse período, Murumatsu (1984:65) conclui, então, apesar da ambiguidade expressa, que o camponês comprehende que não foram as empresas colonizadoras e nem os grandes cafeicultores os responsáveis por terem eles alcançado o "projeto" encetado com a imigração de seus ascendentes, projeto que hoje é motivo de orgulho familiar, apesar de todos os percalços atravessados para alcançá-lo.

Outro indício de que a sociedade de alguma forma compreendeu e digeriu as questões que têm sido levadas a respeito da grilagem é o fato de que aquele pesquisador responsável pelas mais profundas e respaldadas denúncias, foi homenageado pela Câmara Municipal de Jales "pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município, reconhecidamente como pesquisador da História da ocupação do espaço físico em

12 E embora tal ideologia tenha sido reforçada nesse período em função da urgência da resolução do problema da produção de alimentos e da mão de obra para as fazendas, construir uma atitude de *amor ao trabalho* num país com passado escravista foi preocupação de reformistas imperialistas desde a crise do antigo sistema colonial. "A panaceia da educação, como forma de erradicar os males da sociedade, terá nos reformistas seus porta-vozes constantes. Da geração da independência até os positivistas e republicanos, a inculcação dos *valores modernos*, através da educação e instrução, será defendida como a única forma capaz de acelerar a marcha do desenvolvimento nacional em direção à posição ocupada pelos países centrais. Entre esses valores, o que merece especial reforço e vulgarização é o *amor ao trabalho*. Num país escravista, ou de passado escravista, a difusão da valorização do trabalho não se fazia sem dificuldades e contorcionismo" (Lourenço, 2001:17).

nosso Município e na região”,¹³ recebendo a Medalha XV de Abril (cujo nome se remete à data de comemoração da fundação do município) no ano de 2007.

Entretanto, dadas as muito recentes referências sobre a questão, acreditamos que passará um tempo largo para que os agricultores consigam separar o fenômeno ilegítimo da grilagem do fenômeno legítimo da aquisição das terras pelos pequenos produtores (necessário, entretanto, apenas em função da transformação da terra em mercadoria, produto da generalização das relações capitalistas no campo), possibilitado pelo longo tempo de trabalho vendendo sua força de trabalho para os cafeicultores de regiões de ocupação mais antiga. Walter Benjamin (1994:223), sabiamente, já declarava que nada do que se passou pode ser perdido para a história, mas que somente uma sociedade redimida poderá apropiar-se totalmente de seu passado. Em Michel Pollak também encontramos uma pista importante para analisar esse processo. Ele afirma que:

...quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (Pollak, 1992:7)

A região, graças ao compromisso de pesquisadores, jornalistas e da mobilização dos agricultores, está passando por esse importante momento de revisão de sua história. De derrubar as estátuas do passado e construir novos monumentos. Esperamos que esse trabalho, que intenta afirmar a força de resistência dos pequenos agricultores, contribua com esse processo.

Bibliografia

- Arendt, Hannah (2007). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Benjamin, Walter (1994). “Sobre o conceito de história.” Em *Obras escolhidas. Magia, técnica, arte e política*, por Walter Benjamin. São Paulo: Brasiliense.

¹³ <http://www.camaradejales.sp.gov.br/medalhas.asp>

- ESTADÃO.COM.BR. “Descobertos 7 sítios arquelógicos indígenas em SP.” Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,descobertos-7-sitios-arqueologicos-indigenas-em-sp,83556,0.htm>, Consultado em 10 de janeiro de 2010.
- Hamilton, Paula, Michael FRISH, e Alistair THOMSON (2006). “Cap. 6. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.” Em *Usos & Abusos da história oral*, por Marieta de Moraes FERREIRA e Janaína. (Org.) AMADO. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ianni, Octavio (2004). *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- Lourenço, Fernando Antonio (2001). *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Martins, José de Souza (1973). *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira.
- Martins, José de Souza (1989). “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930.” *Revista História*, nº 121 (ago/dez), pp. 5-26.
- Milliet, Sérgio (1941). *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Monbeig, Pierre (1971). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- Muller, Nice Lecop (1951). “Sítios e sitiante no Estado de São Paulo.” *Boletim 132. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*.
- Murumatsu, Luís (1984). “As revoltas do capim: movimentos sócio-agrários no Oeste paulista 1959-1970.” Dissertação (Mestrado em Sociologia), FFLCH-USP, São Paulo.
- Nardoque, Sedeval (2007). “Renda da terra e produção do espaço urbano.” *Tese (Doutorado em Geografia)*. Presidente Prudente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA.
- Nardoque, Sedeval (2002). “Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales/SP.” Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.
- Nava, Pedro (1983). “Capítulo II. Oeste Paulista.” Em *Círio Perfeito*, por Pedro NAVA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Pollak, Michael (1992). “Memória e Identidade Social.” *Estudos Históricos* 5, nº 10, pp. 200-212.

O noroeste paulista dos sitiantes: entre história e memória, liberdade e sujeição
Fecha recepción: 09/04/2013
Fecha de aceptación: 02/06/2013

Ideas y debates

De agencias estatales en el espacio rural de Argentina. Campesinos y agricultores familiares, como sujetos agrarios¹

Luis Daniel Hocsman

.....

Resumen

Los conceptos de Campesinado y de Agricultura Familiar son fundamentales tanto para el análisis de las relaciones sociales en el espacio rural, como respecto a la puesta en marcha de diversas acciones en procura de mejores condiciones de vida de pobladores del campo. Estos conceptos (y aquellos a los cuales se asocia, tales como pequeño productor, economía doméstica, chacarero, colono, farmer) implican una visión de la dinámica y dirección de los sujetos colectivos que las constituyen, así como del modo y contenido de las políticas intervenientes en relaciones por el acceso y control de los recursos/bienes naturales y el territorio que los contiene, como por los modelos de “desarrollo rural” implícitos.

1 El presente escrito es una versión reducida (en su parte conceptual) y actualizada (en su referencia empírica-documental) de la ponencia “Campesinos y productores familiares, en el desarrollo territorial rural en argentina. Paradigmas y horizontes políticos, aportes al debate”, presentada en el VIII Congreso de la ALASRU. Porto de Galinhas. 15 a 19 de Noviembre de 2010.

Observamos en los organismos del Estado una referencia casi excluyente del concepto de Agricultura Familiar, la cual toma cuerpo en la formulación, continuidad y puesta en marcha de diversos programas (desde el PROINDER, al PRODERI, etc.), sumados a espacios institucionales (el CIPAF- del INTA, Sub-secretaría de Agricultura Familiar, etc.). Asimismo, es asumido por organizaciones colectivas, como el FONAF; mientras que otras como el MNCI, en un contrapunto, enuncian e incorporan como rasgo identitario la campesinidad. Presentamos un abordaje conceptual, complejizando las categorías en cuestión, y mediante un análisis de documentos y enunciados emanados de espacios institucionales y movimientos socio-territoriales referidos, apuntado a responder frente a qué sujeto político nos encontramos.

Palabras claves: Campesinado – Agricultura familiar – Desarrollo rural

Summary

The concepts of “peasants” and “family farming” and are fundamental to the analysis of social relations in rural areas, as well as to the implementation of various actions in pursuit of better living conditions for people in the field. These concepts (and those to which it is associated, such as “small producer”, “housekeeping”, “chacarero”, “colono” or “farmer”) imply a view of the dynamics and direction of collective subjects that constitute them, as well as the manner and content of policies involved in relationships for access and control of natural resources/goods and territory that contain them, as well as the models of “rural development” implied. It is observed an almost excluding concept of family farming on state agencies, which is embodied in the formulation, continuity and implementation of various programs (PROINDER, PRODERI, etc.), together with institutional spaces (the CIPAF - INTA , Sub-secretariat for Family Agriculture, etc.). It is also assumed by collective organizations such as FONAF, while others like the MNCI, in a counterpoint, postulated and incorporated the “peasent” as an identifying feature. We present a conceptual approach, making a complex reflection over the categories in question, and analyzing documents and statements issued from the institutional and the socio-territorial movements referred, trying to respond to what kind of political subject are we facing.

Keywords: Peasantry - Family Agriculture - Rural Development

Introducción

Es bien conocida la importancia del modelo sojero en Argentina, desde promediando los años 90, y su intensificación en la última década, junto al andamiaje de políticas que lo sustentan (o no lo modifican). Una agricultura bio-tecnológica, productora de granos transgénicos y de agro-combustibles se enmarca y estructura en la consolidación de un modelo de desarrollo extractivo, agro-minero-exportador, orientado a satisfacer la demanda de los mercados globales, parece ser el objetivo final de los planes estratégicos diseñados desde las administraciones del Estados nacional y provinciales².

Para comprobarlo además de la abundante producción científica, la información estadística, y las referencias periodísticas, basta la propia información oficial que propagandiza el desarrollo agro-biotecnológico que ha convertido a la Argentina en el 3º productor mundial de soja. A lo que podemos sumar los objetivos principales del Plan Estra-

2 Resultan ilustrativas las declaraciones a propósito del proyecto de instalación de la empresa Monsanto: la Presidente Cristina Fernández de Kirchner, en el discurso pronunciado en junio del 2012, en el Consejo de las Américas, en Nueva York sostuvo: “Hace unos instantes estuve con Monsanto (sic) que nos anunció una inversión muy importante en materia de maíz, y además estaban muy contentos porque la Argentina está a la vanguardia en materia de eventos bio-tecnológicos...” “Aquí tengo – y esto la verdad que se los quiero mostrar porque estoy muy orgullosa – el prospecto de Monsanto. Vieron que cuando hacen prospectos es porque ya está hecha la inversión, sino no te hacen prospecto. Así que una inversión muy importante en Malvinas Argentinas, en la provincia de Córdoba, en materia de maíz con una nueva digamos semilla de carácter transgénico, que se llama Intacta”.

Días después – con firme entusiasmo - en un acto especialmente organizado por la administración provincial, el gobernador De la Sota anunció el monto de la inversión, y que “el establecimiento de Malvinas Argentinas será el segundo en tamaño e importancia de la firma Monsanto en el mundo, dedicado al tratamiento de híbridos de maíz”... “Una de las empresas va a estar en Malvinas, acá cerquita, ya ahí se va a instalar también Bimbo...” “Son empresas relacionadas con el agro negocio, que para Córdoba es fundamental, es la mayor fuente de riqueza de la provincia”.

La existencia a nivel de distintos gobiernos provinciales representantes de los mismos intereses que disputan el liderazgo en estas iniciativas (y la consecuente redistribución de los dividendos; al estilo *Empleado del mes*, “empleado de Monsanto”, en este caso), tales como los gobernadores de las provincias protagonistas del boom sojero (Córdoba, Santa Fe, Santiago del Estero, Salta, Chaco, etc.), no exime a aquel de su responsabilidad mayor. Así, a uno y otro nivel, el dominio de la mercantilización del modelo es política oficial, donde agro-negocios, mega-minería, explotación hidro-carburífera y el desarrollo turístico inmobiliario, encuentran variadas formas de apoyo gubernamental.

tégico Agroalimentario y Agroindustrial Participativo y Federal 2010-2020 (PEA2).³

Sin entrar a pormenorizar el análisis, indudablemente la concreción estas metas tendría como contundente consecuencia en el plano socio-cultural-ambiental, el desalojo de productores, la desorganización de formas productivas no capitalistas existentes, y la desaparición de comunidades rurales, etc.

Estos procesos económicos se instauran como fuerzas motoras para el desarrollo económico, al mismo tiempo que se generan fuertes procesos de exclusión, coexistiendo, no obstante, espacios en los que se recrean formas de organización social no sumisas al orden imperante, donde los campesinos y los productores familiares, pueden generar – y generan - resistencia a la especialización del capital, y acciones que re significan las prácticas sociales.

Hemos observamos particularmente en Argentina un creciente caudal de trabajos e investigaciones que tomando al concepto de Agricultura Familiar (en adelante AF), dan cuenta de la existencia de distintas formas de producción agrícola que tienen a las relaciones parentales como base, aún en un contexto de cambios acelerados. Por otra parte, estas conceptualizaciones toman cuerpo en la formulación, continuidad, y puesta en marcha de diversos programas de desarrollo (Proyecto de desarrollo de pequeños productores agropecuarios –PROINDER-, Programa Federal de Apoyo a la Agricultura sustentable - PROFEDER-, el Programa para el Desarrollo Rural Incluyente – PRODERI-, etc.), e incluso importantes espacios institucionales dependientes del Estado Nacional (el Centro de Investigación para la Pequeña Agricultura Familiar – CIPAF- del INTA, la Secretaría de Desarrollo rural y Agricultura Familiar, la Sub-secretaría de Agricultura Familiar, etc.) como espacios desde donde se materializa la política oficial (no obstante los márgenes de acción y diversos posicionamientos al interior de estas instituciones). Asimismo la presencia y uso de la AF como categoría social, es asumi-

3 Sólo para ubicarnos en este preámbulo: El PEA2, se propone multiplicar el volumen exportable y busca “producir un salto paradigmático” y pasar del modelo tradicional como exportador de productos primarios con poco agregado de valor, hacia un “modelo de valor agregado con desarrollo”. Prevé un aumento de la superficie sembrada con granos en un 27% de 33 millones de has. a 42 millones en 2020, con un aumento del 27% respecto al año 2010; mientras que la producción pasará de 100 millones de toneladas a 157 millones, lo que significa un aumento de 58%. Otros objetivos son elevar la producción de soja GM en un 20% (aumentar la superficie actual de casi 20 millones de has. a más de 22 ó 23 millones de has.) y elevar la producción de maíz GM en un 56% (pasar de la superficie actual de 3,7 millones de has. a 5,7 millones de has.).

do por organizaciones colectivas sectoriales que son sujeto y objeto de dichas políticas, tales como, el Foro Nacional de Agricultura Familiar (FONAF), en contrapunto con otras como el Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) que en tanto movimiento socio- territorial, incorpora como rasgo identitario la campesinidad.

Sin embargo, al paso en que se producen y crean Programas, se mantienen interrogantes acerca de qué se dice concretamente cuando nos referimos a la AF? interrogante formulado y re discutido aún en el seno de las instituciones que asumen dicha categorización como fundante. Consideramos que no está presente con suficiente riqueza un debate, no solo en el campo académico, sino a nivel de los gestores de políticas públicas destinadas a quienes se aglutina en este espacio social.

En primer lugar, destacamos la ausencia de la categoría referida al campesinado en el seno de los espacios institucionales y diversidad de Programas de Desarrollo rural (y si se los menciona a es de forma marginal). Nuestro recorrido conceptual nos permite situarnos en una hipótesis general consistente en que la AF, en tanto forma productiva y campo más amplio de modalidad de producción (que engloba tanto a campesinos, como a “familiares capitalizados”), permite situar tanto a los productores no capitalizados, como a quienes despliegan en su lógica en un mismo curso de la historia la lógica de la acumulación de capital.

El concepto de campesino en cuanto su referencia clasista, permite no solo interpretar analíticamente las características y dinámicas socio-económicas que lo constituyen, sino dar cuenta del horizonte político implícito - y explícito - en las modalidades de relacionamiento históricamente conflictivo (subalterno, y por tanto antagónico) con otras clases del campo, así como su particular diálogo con la naturaleza (pudiendo ser entendida ésta como “ecología campesina”).

Cercano a las disquisiciones propias de antropólogos y sociólogos preocupados o involucrados en el devenir de la ruralidad y los sujetos que la conforman, es preguntarnos (y he aquí un intento de respuesta) qué implicancias tiene las conceptualizaciones de AF frente a las de campesinado en este modelo? ¿Cuál es el horizonte político implícito en cada una de ellas? ¿Y qué orientación, visión de desarrollo, qué lugar en el marco de las políticas de desarrollo impulsadas desde el Estados? En definitiva, cuál es el sentido histórico de los conceptos que nos ocupa?

El objetivo de este trabajo es contribuir al debate, para lo cual presentamos un abordaje conceptual, complejizando las categorías en cuestión, y posteriormente desarrollando un análisis preliminar de

documentos emanados de tres espacios, uno institucional del Estado (CIPAF-INTA), un segundo referido específicamente a un programa de Desarrollo (PRODERI) y otro a una organización colectiva (FONAF) y; que posibilitarán desarrollar nuestra hipótesis referente a las concepciones e implicancias de las categorías sociales referidas.

Relaciones domésticas, campesinado y trabajo familiar

Las conceptualizaciones que refieren al Campesinado y a la AF son fundamentales tanto para el análisis de las relaciones sociales en el espacio rural, como respecto a la puesta en marcha de diversas acciones en procura de mejores condiciones de vida de pobladores del campo.

Estas categorías pueden ser vinculadas a los procesos de diferenciación social al interior de estos grupos, y con su relación, características, y grado de desarrollo de las formas capitalistas de producción en las cuales se insertan o forman parte.

Cada uno de los conceptos (y aquellos a los cuales se asocia, tales como pequeño productor, economía doméstica, minifundista, chacarero, colono, farmer) implica una visión – no siempre convergente - de la dinámica y dirección de los individuos y sujetos colectivos que las constituyen, así como del modo y contenido de los Programas, Planes y políticas públicas mediadoras o interviniéntes en relaciones conflictivas, tanto por el acceso y control de los territorios, como por los modelos -podemos decir, paradigmáticos- de desarrollo rural implícitos.

Sin introducirnos pormenorizadamente en la producción académica que hace referencia a las distintas categorías y sujetos sociales que configuran las diversas estructuras sociales presentes en el espacio rural de Latinoamérica y Argentina en particular (Stavenhagen, 1974; Bartolomé, 1975; Archetti y Stölen, 1975; Blum, 1994; etc.), además de diversos desarrollos tipológicos (Murmis 1990; Basco, 1992; Schejman, 1980, 1992; etc.), apuntamos particularmente el desarrollo de Archetti y Stölen (Op. cit.) respecto a la economía agraria y la estructura de clases presentes en el campo, las cuales dependen básicamente de los sistemas económicos y de las relaciones sociales que dentro de cada una de ellas se establecen.

Estos autores presentan “tres grandes tipos de economía agraria: campesina, farmer (familiar capitalizado, chacarero) y capitalista, a partir de dos criterios: tipo de fuerza de trabajo utilizada y acumulación de capital. (...) Aunque la explotación capitalista acumule capital se

diferencia de la del farmer en que, en el proceso productivo, la fuerza de trabajo es asalariada. Por lo tanto, habría cuatro clases sociales: campesinos, farmers, proletarios rurales y capitalistas" (Archetti y Stölen, 1975: 86).

Esta referencia a la diferenciación social desarrollada por Archetti y Stölen, permite situarnos en un punto fundamental del análisis, reconociendo la presencia de las relaciones familiares – y la denominada AF presentada en este trabajo- como constitutivas tanto del campesinado como del farmer. Claramente la AF se muestra como un campo social más amplio que incluye a ambas, caracterizado por una organización social del trabajo anclada predominantemente en vínculos de parentesco más que en relaciones salariales.

Si bien tanto una como otra cuentan con la presencia fundamental del trabajo familiar, el límite (laxo, y dependiendo de complejas situaciones, tanto estructurales como particulares) ("en flujo hacia, o resistiendo el flujo hacia", en términos de Murmis, 1990) está dado por la existencia o no de la acumulación de capital. Éste se constituye como un horizonte, no solo económico sino social y político. Siendo entonces la categoría campesino como la portadora de aquellos rasgos que la sitúan como externas a la lógica de acumulación de capital.

En consonancia, Bartra (2008) reconoce la existencia de un campesinado contemporáneo. El autor refiere a una clase social campesina, formada por individuos, familias, comunidades, asociaciones y redes. Cuentan, el control formal y material sobre los procesos productivos agropecuarios y artesanales, que llama de "utopía campesina". Apunta que en su base están presentes las formas que pueden garantizar su sobrevivencia, y al mismo tiempo la resistencia al avance del capital frente a la posibilidad de su disolución, a través de la subordinación formal o real al capital.

Una categoría primordial para el análisis de grupos sociales de carácter campesino es el de grupo doméstico, entendiendo el mismo como "...un sistema de relaciones sociales que, basado en el principio de residencia común, regula y garantiza el proceso productivo" (Archetti y Stölen, 1975:51). Consideramos fundamental esta definición dado que contempla el aspecto productivo y la unidad de residencia como elementos centrales.

Las funciones productivas y reproductivas del parentesco, como la distinción analítica entre grupo de residencia, unidad de producción y unidad de consumo han sido extensamente analizadas por la Antropología, y en particular respecto a la producción doméstica. El abor-

daje planteado por autores como Godelier (1974, 1990) y Meillassoux (1979), es una opción teórica que permite presentar la estructura y dinámica de las unidades domésticas, reconociendo las condiciones materiales de producción (centradas en el uso y apropiación de factor tierra) mostrando, además, como éstas intervienen en el proceso histórico desarrollado por las relaciones de producción a nivel local y regional. El grupo doméstico adquiere así importancia porque garantiza el proceso productivo (en las explotaciones campesinas) y también regula el proceso re-productivo, sea porque en su seno se produce la transmisión de las normas, valores, conocimientos técnicos etc.; o porque dentro de su estructura se efectúa la reproducción biológica.

Considerando los aportes de Chayanov (1975) se concibe al campesinado⁴ como un sector social integrado por unidades de producción basadas en el trabajo familiar, hecho que les imprime una lógica específica, fruto, según el autor, de la evaluación subjetiva del trabajo realizado por sus miembros⁵.

Las estructuras y relaciones parentales que constituyen la familia, funcionan como “institución social integradora en el plano socio-económico y como núcleo de socialización y transmisión de experiencias, cumple un rol principal en el proceso de reproducción de la unidad de producción domestica” (Berman, 1988: 16). Fundamentada en rela-

-
- 4 De manera sintética, las principales características concepto „campesino están dadas por: el trabajo familiar se mantiene como componente decisivo en el proceso productivo. Son al mismo tiempo unidades de producción y consumo. Poseen dificultades estructurales para la acumulación de capital. Cuentan con la posesión de los medios de producción y el control formal del proceso productivo. También recurrimos al concepto de „economías domesticas , modelo, que según Sahlins. (1983: 93) “está definido por: el trabajo familiar; la propiedad por parte de los productores de sus medios de producción; y la producción para la subsistencia y no la acumulación.”
 - 5 Si bien en este trabajo no pretendemos entrar en consideraciones largamente discutidas en la polémica entre “campesinistas” y “descampesinistas”, consideramos importante destacar respecto al concepto de “evaluación subjetiva” lo apuntado por Giarracca (1990), respecto al “peligro” de las explicaciones de tipo subjetivo sobre la falta de ganancia campesina radica en desconocer o ignorar en el análisis las condiciones objetivas y mecanismos sociales (económicos, políticos y culturales) que conduce a esta situación. Y aquí la polémica pasa por un punto central, como lo plantea Lambí: “no debe confundirse lo que el campesino se propone con lo que logra alcanzar de hecho y muy a pesar de él”. (1981:133). Otra crítica, que considera este “subjetivismo” del trabajo campesino puede expresarse como cierta incapacidad de la economía formal a aplicar sus herramientas a situaciones en que capital y trabajo están tan entrelazados entre sí y mediando relaciones de parentesco donde es imposible distinguir las categorías usuales y las motivaciones generalmente consideradas en dicho enfoque. Una mayor explicitación sobre este tema puede verse en Hocsman (2003).

ciones de parentesco que se materializan en las obligaciones reciprocas entre padres e hijos, la familia, genera mecanismos que como el de la herencia, interviene en la fijación de la fuerza de trabajo doméstica a la explotación, y paralelamente, en la asignación de los recursos. En el mismo sentido, la familia, por tanto, “se convierte en la célula de reproducción, lugar donde prevalecen ciertos valores que aseguran la continuidad, o sea, la reproducción”. (Meillassoux, 1979: 23, 62, 74 y 75). El mismo autor describe el concepto de reproducción social, como “el proceso destinado a producir a los productores, o sea a la fuerza de trabajo doméstica, pero está subordinado a las condiciones de la producción, es decir, a la relación entre los productores, y entre estos y los medios de producción, y con la naturaleza”. En este sentido, Bourdieu considera a las estrategias de reproducción como “un conjunto de prácticas fenoménicamente muy diferentes, por medio de las cuales los individuos tienden, de manera consciente, a conservar su patrimonio, y correlativamente, a mantener o mejorar su posición en la estructura de las relaciones de clase” (1988: 122).

La unidad doméstica puede ser planteada, como un campo, cuya estructura es un estado de las relaciones de fuerza entre los agentes. Pero si la unidad doméstica tiende a funcionar como campo, para poder reproducirse debe actuar como una suerte de sujeto colectivo, manteniendo la integración de esa unidad, al precio de un trabajo constante, especialmente simbólico, de inculcación de la creencia en el valor de esa unidad, dotando a cada uno de los miembros de “un espíritu de familia”.⁶ Al respecto, Schiavoni (1998: 8) plantea que “las estructuras del parentesco y la familia como cuerpo sólo pueden perpetuarse por una creación continua del sentimiento familiar, este trabajo constante de mantenimiento de los sentimientos familiares duplica el efecto performativo de la simple nominación”. Abordajes referidos a la organización y agricultura de base doméstica como los de esta autora marcan las limitaciones de los análisis clásicos de corte chayanoviano que consideran a la familia desde el punto de vista económico soslayando la “dimensión sociológica”. Esta perspectiva habilita la profundización de consideraciones que permiten categorizar las relaciones familiares no

⁶ “Si la familia aparece como la más natural de las categorías sociales y si ella apunta a proporcionar el modelo de todos los cuerpos sociales, es por qué la categoría de la familia funciona en los habitus como esquema clasificatorio y principio de construcción del mundo social y de la familia como cuerpo social particular, que se adquiere en el seno mismo de una familia como ficción social realizada” (Bourdieu, 1994).

sólo desde el ángulo de su unidad práctica, sino considerando también la dimensión y estructuración simbólica que proveen.

La unidad doméstica se presenta como una organización social con una trayectoria que supone una dimensión temporal al interior del grupo como distintos momentos del desarrollo familiar que se traducen en recursos laborales diferentes que configuran disposiciones y mecanismos internos de socialización, una división interna del trabajo en donde intervienen una serie de derechos y obligaciones presentes y futuras. Este proceso interno ha sido explicitado en términos de las diferentes *etapas o fases del ciclo doméstico*.⁷

La importancia de diferenciar el ciclo familiar reside en la estrecha relación que se establece entre la fase y el tipo de explotación y direccionalidad en el uso de los recursos, considerando tierra y trabajo como los factores definitorios de los sistemas de producción campesinos.

El grupo doméstico es el núcleo fundamental de la organización económica y social y es por su intermedio que se realiza el acceso a los medios de producción. En este sentido, en términos de Godelier, “las relaciones de parentesco funcionan como relaciones de producción: constituyen la base de la organización social en los procesos concretos de explotación de los recursos y operan además como marco para la distribución del producto” (1974: 223-255).

En los sistemas campesinos, y dada su organización socio-territorial, la tierra, no es concebida como una mercancía que pueda ser vendida o comprada en el mercado formal de tierras, sino que constituye un bien que, en principio, solo posee valor de uso, y al cuál se accede de manera excluyente a través de las relaciones de parentesco. No obstante, este derecho de carácter general, se consagra en el marco de los límites territoriales asignados a cada unidad doméstica, y es en el seno de ésta como se resuelve el acceso al recurso.

La relevancia del parentesco en las prácticas relativas a la tenencia y uso de la tierra; se trata del significado del mismo como un

7 Las fases en el desarrollo del ciclo doméstico fue planteada tempranamente por Chayanov (1975), luego retomada por Fortes (1958), y con variaciones lo adaptan a la realidad que trabajaron Archetti y Stölen (1975), Arizpe (1980), Mascali (1990), Foroni, y Benencia (1991), y Schiavoni (1995). De manera sintética, la fase de expansión dura desde el matrimonio hasta que termina el ciclo reproductivo. La reproducción está en función del ciclo de fertilidad de la mujer. En este período los hijos dependen económica y afectivamente de los padres. La segunda etapa es la de fisión, que puede, en muchos casos superponerse a la primera. Esta fase comienza con el matrimonio del primer hijo y continúa hasta que el último hijo se casa. La última etapa es la de reemplazo, que termina con la muerte de los padres.

código que regula el acceso y la transmisión de los recursos y conocimientos básicos de una comunidad, fundamentales para la producción y reproducción⁸. La tierra puede ser vista “no apenas como un factor de producción, mas como un patrimonio, es decir como un valor moral... No se hereda un objeto: se hereda una obligación. Las formaciones campesinas estudiadas por Woortamann, “se aproximan a un sistema de valores que configura lo que Dumont (1970) llama “holismo”, esto es, un orden social e ideológico donde, en la relación entre las partes y el todo, este último tiene preeminencia, y donde el individuo es englobado por el todo” (Woortamann, 1995: 313). En la concepción holista, las necesidades del hombre como tal son ignoradas o subordinadas, mientras que por el contrario la concepción individualista ignora o subordina las necesidades de la sociedad.

Prefigurando en este sentido diferencias fundamentales entre la lógica fundante de las relaciones capitalistas y aquellas que guardan en la reciprocidad, el valor de uso y la no acumulación un fundamento para la acción individual y colectiva.

Agricultura capitalista, políticas y agencias estatales de desarrollo

Los fundamentos económicos imperantes en Argentina y las políticas acentuadas desde el Estado a partir de la última década del siglo

⁸ Considerando la vinculación tierra - parentesco, es significativo el planteo de Woortmann, quien sostiene que “el parentesco no es una cosa en sí misma”. Los conceptos de descendencia, afinidad, afiliación, casamiento preferencial, etc. expresan relaciones con la tierra en cuanto base material de la existencia del grupo; esto es, el parentesco es un lenguaje que habla del uso y de la posición de la tierra” (Woortmann, 1995: 258). En las sociedades campesinas, la herencia es, pues, la forma excluyente de acceso a los medios de producción, dada la imposibilidad de comprar o venderlos. Las prácticas de herencia de la unidad doméstica campesina no siempre coinciden con la normativa jurídica (Archetti y Stölen, 1975; Seyferth, 1985; Schiavoni, 1995; Hocsman 2003).

La transmisión de la propiedad y del control técnico de la explotación implica, por parte de quien la asume, el tener mayor presencia en el predio, y consecuentemente, resignar jornadas como trabajador asalariado, que redundarían en un beneficio económico personal e inmediato. De este modo, se entabla una relación de reciprocidad entre padres e hijos, dado que también se asegura la reproducción cotidiana de los mayores cuando se inicia la fase de reemplazo en el ciclo familiar. Encontramos una estrecha relación entre lo que por una parte es visualizado como un „deber y por otra, como el “derecho a asumir la propiedad del patrimonio familiar.

XX, estuvieron orientados claramente a favorecer la territorialización del capital en el agro, mediante:

- La consolidación del modelo de monocultivo orientado a la exportación (“sojización”) con reestructuración productiva sustentada en la tecnología de insumos (transgénicos y agrotóxicos) y procesos (“siembra directa” o “labranza cero”).
- Expansión de la frontera agrícola, concentración y ocupación de los territorios, con disminución de número y aumento de la superficie de las explotaciones agropecuarias.
- Desplazamiento de población rural, predominantemente campesina, asociado a formas de control social expresadas en la judicialización de las estrategias de resistencia del campesinado por la defensa de su territorio, marcando una nueva fase del conflicto social.

Ante la evidente profundización del modelo de desarrollo capitalista vigente, no se vio alterada la conformación conservadora y capitalista en la que se asienta el desarrollo agrario en Argentina. Además de la contundencia de los números de la producción de granos (y del incremento de la violencia desatada en el espacio rural) no se presenta un espacio de discusión sobre una política rural que contemple una política de re-distribución de tierras (cabe mencionar – a nivel nacional - solo la ley 26.160⁸); y destacando ninguna iniciativa que pudiera tomar la forma de algún tipo de Reforma Agraria), que permitiera desvincular a los sectores más desposeídos del paradigma del Desarrollo rural de tipo capitalista establecido. Tampoco hay instalado un espacio de debate res-

9 Como apunta el Observatorio de Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas (ODHPI), Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), se esgrimen dos argumentos:
a) Inejecución del relevamiento jurídico catastral incluido en la ley 26.160. El único avance legislativo referido a los derechos territoriales que se ha producido en los últimos años ha sido la sanción de la ley 26.160 de emergencia en materia de posesión y propiedad comunitaria de las tierras indígenas.

Esta ley declara la emergencia en todo el territorio nacional por cuatro años con el objetivo de detener los desalojos de pueblos y comunidades indígenas. Al mismo tiempo, se propone realizar un programa de relevamiento jurídico catastral con el fin de contribuir con la regularización de la propiedad comunitaria indígena. La ley fue reglamentada, y la Resolución no 587/07 creó el “Programa Nacional Relevamiento Territorial de Comunidades Indígenas - Ejecución Ley 26.160”. Aunque se trata de una importante iniciativa del Estado lo cierto es que su implementación ha sido muy deficiente pues muy pocas comunidades han conseguido la delimitación de sus territorios, y porque se ha continuado con numerosos desalojos ilegales de comunidades indígenas (Informe Sobre La Situación De Los Pueblos Indígenas En Argentina: La Agenda Pendiente, 2011).

pecto a las implicancias –no meramente conceptuales- sino políticas y económicas de la denominada AF.

Esta situación consolida las tendencias conservadoras, y conlleva un peligro: que el campesinado -aquellos productores rurales que no pretenden tener una relación subordinada al capital- se los ubique solo como minoría periférica, no como pleno sujeto de derecho (en un arco que va desde el derecho colectivo, a los propios derechos de la naturaleza). A la zaga de esta dinámica dominante, con el intento de contrarrestarla (o ser complemento, según el análisis político) se produjo la habilitación y aprobación de espacios, en los cuales agencias gubernamentales son vinculadas – y tienen como objetivo – el apoyo de la denominada AF.

En este marco interpretativo, a continuación hacemos referencia a algunos aspectos – no meramente conceptuales- que están presentes en el documento base que dio pie a la - creación a partir del año 2005- del Centro de Investigación para a Pequeña Agricultura Familiar (CIPAF), dependiente de Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA).

El documento, luego de analizar los antecedentes referidos al cúmulo de sucesivos programas gubernamentales destinados específicamente a la producción agrícola y pecuaria de pequeña escala (mencionando los logros de cada uno de ellos) presenta como Objetivos General:

“Generar, adaptar y validar tecnologías apropiadas para el desarrollo sostenible de la pequeña agricultura familiar. Con la finalidad de promover la generación de empleos e ingresos genuinos a nivel territorial, arraigo rural, contribuir a la seguridad alimentaria y posibilitar el acceso a los mercados” (Programa Nacional De Investigación Y Desarrollo Tecnológico Para La Pequeña Agricultura Familiar, 2005: 4).

Marcamos el sentido de procura de integración a los mercados y la prosecución de la seguridad alimentaria; evidenciando las limitantes que tanto uno como otro marcan en relación a lo que involucra a la soberanía alimentaria como concepto y como proyecto social alternativo al promovido en el marco del modelo de desarrollo agrario dominante.

En el mismo documento (Op. Cit.: 6) se define a la AF como “un tipo de producción donde la unidad doméstica y la unidad productiva están físicamente integradas, la agricultura es un recurso significativo en la estrategia de vida de la familia, la cual aporta la fracción predominante de la fuerza de trabajo utilizada en la explotación, y la producción se dirige tanto al autoconsumo como al mercado...”.

Continúa puntuizando que “en general en la pequeña agricultura familiar se dan las siguientes características:

- Escala muy reducida - Ausencia y/o carencia de tecnologías apropiadas – Deficientes recursos de estructura (tierra y capital) - Escasa coordinación y participación en las organizaciones - Dificultades de acceso al crédito - Dificultad en la comercialización. - Bajos ingresos - Falta de legislación apropiada”. Pasando a nivel de Programas, la Subsecretaría de Agricultura Familiar ha creado (y/o reformulado) en los últimos dos años, una serie de éstos, entre los que se encuentran: Programa de Desarrollo de Áreas Rurales (PRODEAR), el Proyecto de Desarrollo Rural de la Patagonia (PRODERPA), el Programa para el Desarrollo Rural Incluyente (PRODERI), etc. En su presentación oficial el PRODERI, enumera que de forma “coherente con los objetivos de las políticas nacionales y sectoriales plasmadas en el Plan Nacional Agroalimentario Federal y Participativo”, y se plantea:
 - Tecnificar, ampliar e incrementar la producción de la Agricultura Familiar. b - Apoyar a los agricultores familiares para que se incorporen a los mercados y cadenas de valor de manera sostenible en el tiempo. c - Generar alianzas entre los diferentes actores económicos para un mejor acceso a los mercados. d - Financiar en forma eficiente, inversiones y capital de trabajo para incrementar la producción, la productividad y los ingresos de los agricultores familiares. e - Generar oportunidades de empleo y mejora de los ingresos de las mujeres, los jóvenes y los asalariados rurales” PRODERI (2013).

En esta enumeración de variables -y en aquellas en que en la creación del CIPF se caracteriza a la AF- advertimos que ninguno de ellos da cuenta de la existencia de una posición antagónica respecto a un horizonte dado por la conversión en productores capitalizados (de menor o mayor escala) aún conservando la forma productiva de base parental como fundamento del proceso productivo.

Marcamos también la ausencia de referencias al conflicto inherente a toda relación social, tan manifiestamente presente en el campo argentino, tanto históricamente, como en la etapa de la más reciente expansión de la agricultura comercial causante a un impacto social consistente en términos cuantitativos de la desaparición de más de 100.000 explotaciones agropecuarias en el período registrado por los censos agropecuarios del año 1988 y 2002.

Sin entrar a pormenorizar el análisis respecto a la coherencia “con los objetivos de las políticas nacionales y sectoriales plasmadas en el Plan Nacional Agroalimentario Federal y Participativo” por parte del PRODERI (y obviamente el conjunto de iniciativas institucionales enmarcadas la política de desarrollo rural ministeriales), indudablemente la concreción estas metas tendría como contundente consecuencia en el plano socio- cultural- ambiental, el desalojo de productores, la desorganización de formas productivas no capitalistas existentes, y la desaparición de comunidades rurales, etc. Solo quedando margen de existencia y continuidad histórica para aquellas “explotaciones familiares” que lograran sumarse a las metas, es decir, complementarse al orden mercantil; a un “modelo de valor agregado con desarrollo”. Queda claro de qué “desarrollo” se trata.

Continuando con nuestro análisis, hacemos referencia a consideraciones respecto a la AF expresados en un documento del Foro Nacional de la Agricultura Familiar (FONAF), en el que se presentan criterios que definen a la producción familiar, y se establece una serie de lineamientos para una Política de Estado para el Desarrollo Rural, cumpliendo con el compromiso asumido a partir de la creación del FONAF, formalizado por la Secretaría de 12Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos (SAGPyA) mediante Resolución N° 132 del 29 de marzo de 2006.

En dicho documento, la AF es asumida como “una cuestión cultural”, que tiene como principal objetivo la “reproducción social de la familia en condiciones dignas”, donde la gestión de la unidad productiva y las inversiones en ella realizadas “es hecha por individuos que mantienen entre sí lazos de familia, la mayor parte del trabajo es aportada por los miembros de la familia, la propiedad de los medios de producción (aunque no siempre de la tierra) pertenece a la familia, y es en su interior que se realiza la transmisión de valores, prácticas y experiencias” (FONAF, 2006: 7).

Continúa el documento: “Incluimos en esta definición genérica y heterogénea distintos conceptos que se han usado o se usan en diferentes momentos, como son: Pequeño Productor, Minifundista, Campesino, Chacarero, Colono, Productor familiar, y en nuestro caso también los campesinos sin tierra, los trabajadores rurales y las comunidades de pueblos originarios” (Op. Cit.: 7). Vemos como no se diferencia entre categorías como las apuntadas por Archetti y Stölen y señaladas en nuestro análisis.

Más adelante se distinguen diversas categorías: “Hay productores con más o menos tierra, sin tierra, propietarios o no, con su propiedad

documentada o no, sujetos de crédito o no y con posibilidad de ingresos extra prediales o no... asociadas a la condición de familiar, y en cada caso los hay pobres o no, **capitalizados** o no, con más o menos mano de obra contratada.

Y hay **productores familiares competitivos** para los cuales el comercio es una oportunidad de crecimiento, y otros para los cuales el comercio es una importante fuente de tensión para la estabilidad de su explotación. Por otra parte, un mismo producto agrícola es producido tanto por productores familiares como **empresariales**" (Op. Cit.:9) (subrayado es nuestro).

Resaltamos nuevamente el hecho de situar en la misma categoría social a los "familiares capitalizados"; como así también ser plausibles de producir mercancías tanto en economía de subsistencia como empresariales.

En el abordaje teórico conceptual que presentamos en el apartado anterior señalamos como una de los rasgos diferenciales a la producción -o no- en el ámbito de la empresa agropecuaria; situación que implica un importante umbral tanto en las características de los procesos productivos, como en la histórica conflictividad presente entre una y otra lógica socio-productiva, la relación entre unos y otros sujetos sociales y de estos con la naturaleza.

Esta consideración nos permite destacar la importancia de hacer visible las implicancias propias de la conflictividad inherentes a la Cuestión Agraria y paralelamente identificar la existencia de dos paradigmas que muestran el marco epistemológico que orienta las relaciones sociales en el campo, para -conforme nuestro análisis- ubicar no sólo y específicamente a los programas, instituciones o modelos de desarrollo rural presentes en nuestro país, sino a las interpretaciones y usos del concepto de AF contenidos en estos.

La Cuestión Agraria estuvo históricamente relacionada con los conflictos por la tierra. Analizarlos solamente en este ámbito es una visión reduccionista, porque esos conflictos no se limitan solo al momento del enfrentamiento entre clases o entre campesinos y Estado. Es un proceso constante alimentado por las contradicciones y desigualdades del capitalismo.

Como señala Fernandes (2007) se trata de procesos del desarrollo territorial rural formadores de diferentes organizaciones sociales. Implica también otros problemas de orden práctico, técnico y político cuando nos referimos a estructura fundiaria y las ocupaciones de tierra.

El mismo autor señala que la Cuestión Agraria nació de la contradicción estructural del capitalismo, que produce simultáneamente concentración de riqueza y expansión de la pobreza. En esa diferenciación prevalece la sujeción y la resistencia del campesinado a la lógica del capital. Es movimiento de destrucción y recreación de relaciones sociales: de territorialización, desterritorialización y re-territorialización del capital y del campesinado.

El capital se realiza desarrollando su propia relación social, destruye y recrea el campesinado, a partir de su lógica y principios; pero también se desarrolla en la creación y en la recreación del campesinado (Meillassoux 1979; Bartra, 1982 y Otros).

En el campo argentino de manera destacada a partir de la década de los 90 el proceso de agriculturización ha ocurrido por medio de la territorialización del capital y de la desterritorialización y re-territorialización del campesinado. La reproducción de ambas formas de organización social, son incongruentes, pero se realizan en el mismo espacio, disputando territorios.

Por su parte, el paradigma del capitalismo agrario trajo una diferenciación teórica y política que se ha manifestado en políticas públicas y organizaciones sociales de los trabajadores en el medio rural; una diferenciación que interpretamos no está presente o se soslaya en las interpretaciones y usos del concepto de AF presentes en los documentos analizados.¹⁰

La dimensión territorial está igualmente presente, aunque no sea explicitada con toda su complejidad en tales documentos, las territorialidades, la cultura, la pertenencia social, la lógica empresarial, la utopía campesina presentes. Aún en el marco de los espacios sociales que tienen como base a las relaciones de parentesco, podemos estar frente a horizontes políticos y cursos de la historia diferentes.

A modo de cierre

La noción de AF ha ganado predominio en nuestro país, en la medida que fue apropiada, especialmente, por las instituciones públicas – y algunas de carácter gremial- encargadas y/o protagonistas del

¹⁰ Este paradigma surgió en la producción académica, década del 90 .con la publicación de “Paradigmas del Capitalismo Agrario en Cuestión”, título del libro derivado de la tesis de doctorado de Ricardo Abramovay, publicado en 1992, que se volvió un referente para investigadores de distintas áreas del conocimiento (Fernandes, 2007).

desarrollo rural. Aún en este marco, puede ejercer un rol dinamizante en el sentido de visibilizar la existencia de formas productivas no hegemónicas, y contribuir a la puesta en marcha de acciones orientadas al mejoramiento de las condiciones de vida de los mismos.

Los estudios sobre formas de sociabilidad y sujetos no capitalistas tienen una larga trayectoria dentro de los estudios sociales en general y en Antropología y Sociología rural en particular, siendo muy importantes y extensos los estudios latinoamericanos sobre campesinado. Sin embargo, la visibilidad del tema aparece dentro de la tradición antropológica argentina como un tanto apagada. Somos conscientes de los límites conceptuales de la artificiosa polaridad rural-urbano y tradicional –moderno, como de visiones dualistas, y que se remontan a tradiciones de un “hacer antropológico” que es necesario superar. En este sentido, la existencia de referentes tales como Archetti y Bartolomé ayudó al inicio de investigaciones que cubrían el campo de conocimiento de los social rural.

Percibimos que un segmento de los pobladores del campo, especialmente aquellos que han sido socializados políticamente en el marco de las tradicionales acciones reivindicativas del sector de producción familiar (por caso organizaciones agrupadas en el Movimiento Nacional Campesino – Indígena), optan por adscribirse a la noción/categoría de “campesino”; la cuál remite claramente a un sujeto colectivo históricamente desafiante al modo de producción capitalista.

La provocada subalternidad del “sector” y de las condiciones de exclusión en que viven gran parte de sus integrantes, encuentra su correlato en una precariedad simbólica. Y también, de la invisibilidad de esta franja de sujetos sociales (“productores”) para el “sistema agropecuario nacional” preocupado fundamentalmente por las exportaciones de *commodities* (o diversos grados de complementariedad al mismo).

Esta invisibilidad no es meramente una cuestión retórica, sino que se relaciona con asuntos mucho más tangibles como los modelos de desarrollo y acciones estratégicas para la perdurabilidad de las relaciones sociales que pretenden imponerse. Por cierto, ¿cómo se explica la invisibilidad nominal de algo que es demasiado visible (considerando la importancia económica e histórica del campesinado en nuestro país) si no es por el deseo implícito de su desaparición real por parte de quienes mantienen la hegemonía?

Evidentemente la disputa por la nominación es un signo de las luchas de poder que se tejen como resultado del avance de las relaciones capitalistas de producción en el agro.

Llama la atención la progresiva marginalidad que la denominación “campesino” (un componente significativo dentro del universo de los agricultores familiares) ha pasado a ocupar en el lenguaje oficial y en la literatura académica. Probablemente ello se deba a las resonancias ideológicas de este término, que lo hacen particularmente incómodo para un modelo hegemónico de agricultura que ignora la diversidad cultural y productiva existente dentro del sector agropecuario, y pretende (o desea) verlo constituido exclusivamente por productores “viables” de acuerdo a las reglas del mercado.

Y este avance se expresa simbólicamente de múltiples maneras, ya sea regresándolos al lugar de lo ignoto e innombrado para hacer menos estruendosa su desaparición, ya sea rotulándolos con categorías que intentan producir identificaciones que buscan subordinarlos como clientela dentro de los programas estatales en contextos de notable exclusión y desigualdad.

Uno no puede dejar de preguntarse en qué medida afirmaciones (de ninguna ingenuas) tales como “en la Argentina no hay indios”, “acá no hay campesinos” no constituyen un intento por diferenciarnos de la América latina “subdesarrollada” y con grandes problemas de distribución de la riqueza. Ya nadie puede sostener estas afirmaciones, sin embargo la ponderación temática, la vigencia de modas de investigación y la aplicación de marcos teórico-metodológicos muestran un desplazamiento de interés hacia otros aspectos y procesos que resulta muy acorde con aquellos.

Reflexionar acerca de la dinámica de reproducción social que define la especificidad del sector campesino, dentro de los marcos regionales y nacionales caracterizados globalmente por las relaciones capitalistas de producción, nos permite relacionar las formas productivas, las estructuras de comercialización, las características de la distribución del trabajo con las prácticas de transmisión del dominio y propiedad de los medios de producción en las unidades domésticas. Rastrear especificidades socio-económicas y culturales de los pobladores rurales. La producción y reproducción de los mismos se basa en relaciones de parentesco, es en base a ellas que se realiza el trabajo y es en base a ellas en que se accede a los medios para realizarlo. Señala que el parentesco es un lenguaje que nos habla del territorio. Apuntar la mirada sobre la preeminencia de relaciones de reciprocidad a nivel local/comunal, de los valores de uso sobre los valores de cambio, de la naturaleza como un bien, de la resistencia frente a la sumisión.

Ocultar la diversidad social agraria; una diferenciación que según apuntamos, no se evidencia conforme la realidad conflictiva de las relaciones sociales agrarias en los usos de la categoría de AF, en contraposición a la de campesinado como las aquí presentadas.

Bibliografía

- Archetti, E. y Stölen, K. (1975). Explotación familiar y acumulación de capital en el campo argentino. Buenos Aires, Siglo XXI.
- Arizpe, L. (1980). "La migración por relevos y la reproducción social del campesinado". *Cuadernos del Centro de Estudios Sociológicos*, N° 28, México, El Colegio de México.
- Bartolomé, L. (1975). "Colonos, plantadores y agroindustrias". En *Desarrollo Económico*, N° 58, Vol. 15. IDES.
- Bartra, A. (1982). *La explotación del trabajo campesino por el capital*. México, Macehual.
- _____. (2008). *El Hombre de Hierro. Limites Sociales y Naturales del Capital*. México, ÍTACA.
- Berman, H. (1988). "La organización doméstica de la producción rural. Su análisis a partir de dos categorías de productores. Arrendatarios históricos y farmers actuales". En *Cuadernos de Antropología Social*. Vol. 1, N° 1. UBA.
- Basco de, M. (1993)."Esquema conceptual y metodología para el estudio de tipos de establecimientos agropecuarios con énfasis en el minifundio en la Argentina". En Posada, M. (Comp.) *Sociología rural argentina*. Buenos Aires, CEAL.
- Blum, V. (1994). *Campesinos y Teóricos agrarios. Pequeña agricultura en los Andes del sur del Perú*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos.
- Bourdieu, P. (1988). *La Distinción. Criterio y bases sociales del gusto*. Buenos Aires, Taurus.
- _____. (1994). *Razones Prácticas*. Barcelona, Anagrama.
- Chayanov, A. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Dumont, L. (1970). *Homo Hierarchicus. Ensayo sobre el sistema de castas*. Madrid, Taurus.
- Fernandes, B. M. (2007). "Questão Agrária: conflictualidade e desenvolvimento territorial". En BUAI-AI. Antonio Marcio (Editor).

- Luta pela terra, Reforma Agrária e Gestão de conflitos no Brasil.*
Campinas, Unicamp.
- Forni, F. Benencia, R. y Neiman, G. (1991). *Empleo, estrategias de vida y reproducción*. Buenos Aires, CEIL.
- Giarraca, N. (1990). “El campesinado en la Argentina: un debate tardío.” En *Realidad Económica*, Nº 94, Bogotá.
- Godelier, M. (1974). *Economía, fetichismo y religión en las sociedades primitivas*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- _____. (1990). *Lo ideal y lo material*. Madrid, Taurus.
- Hocsmán, L. D. (2003). *Herencia y Reproducción social campesina. Tierra, trabajo y parentesco en el Chaco árido serrano*. Córdoba, CEA-UNC / Ferreyra Editor.
- _____. (2012). “Dinámica productivista y territorialización del capital agrario. Impactos y transformaciones socioeconómicas en el espacio rural argentino”. En *Revista Ciencias Sociales*, Nº 33, Escuela de Sociología y Ciencia Política, Universidad Central de Ecuador.
- Llambí, L. (1981). “Las unidades de producción campesinas en el sistema capitalista: un intento de teorización.” En *Estudios rurales Latinoamericanos*, vol. II, Nº 2.
- Mascali, H. (1990). “Trabajo y ciclo doméstico en las explotaciones familiares”. En *Ruralia*, Nº 1, FLACSO, Buenos Aires.
- Meillasoux, C. (1979). *Mujeres, graneros y capitales*. México, Siglo XXI.
- Murmis, M. (1990). “Tipología de Pequeños Productores Campesinos”. En *Ruralia*, Nº 1, FLACSO, Buenos Aires.
- Obschatko, E. De Y Foti, M. y Roman, M. (2006). *Los Pequeños Productores en la República Argentina. Importancia en la producción agropecuaria y en el empleo en base al censo nacional agropecuario 2002*. Buenos Aires, SAGPyA - IICA.
- Sahlins, M. (1983). *Economía de la edad de piedra*. Madrid, Akal.
- Schiavonni, G. (1995). *Colonos y Ocupantes. Parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera de Misiones*. Posadas, Editorial Universitaria. UNaM.
- _____. (1998). “Parentelas y unidades domésticas. Las relaciones familiares de los ocupantes de la frontera agraria (Marabá - Brasil y Misiones - Argentina)”. En *Documentos de Trabajo del PISPAD*, Nº 18, Posadas, UNaM.
- Seyferth, G. (1985). “Herença e estrutura familiar camponesa”. *Boletim do Museu Nacional*, Río de Janeiro.

- Schejtman, A. (1980). "Economía campesina, lógica interna y articulación". En *Revista de la CEPAL*. México.
- _____. (1992). "Enfoque y metodología del análisis tipológico". En Peón C. (comp.) *Sociología rural latinoamericana*. Buenos Aires, CEAL.
- Stavenhagen, R. (1975). *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- Tsakoumagkos, P., Soverna, S. y Paz, R. (2008). *Revisando la noción de Agricultura Familiar*. Buenos Aires, PROINDER.
- Woortman, E. (1995). *Heredeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste*. Sao Paulo, HUCITEC/Edunb.s

Fuentes

- FORO NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR. 2006. Nota de presentación y Documento elaborado por las organizaciones del sector productor agropecuario familiar. Mendoza.
- INFORME SOBRE LA SITUACIÓN DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS EN ARGENTINA: LA AGENDA PENDIENTE. (2011). Para el Relator de pueblos indígenas James Anaya. Elaborado por Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Observatorio de Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas (ODHPI), Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), et. al. Diciembre. Buenos Aires.
- PROGRAMA PARA EL DESARROLLO RURAL INCLUYENTE. 2013. Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación. <http://64.76.123.202/site/areas/proderi/index.php>
- PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO TECNOLÓGICO PARA LA PEQUEÑA AGRICULTURA FAMILIAR. 2005. Documento Base.
- PEA2. "Argentina Líder Agroalimentario. Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial Participativo y Federal 2010-2020". Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación. <http://64.76.123.202/site/areas/PEA2/24-Argentina%20Lider%20Agroalimentario/index.php>

Una visión histórica del dominio agroalimentario de Estados Unidos: de la postguerra a la crisis alimentaria

Fecha recepción: 20/03/2013

Fecha de aceptación: 27/05/2013

Reseña bibliográfica

Estudios agrarios y agroindustriales

Eduardo Azcuy Ameghino, Pedro Castillo, Diego Ariel Fernández,
Lucía Ortega, José Pierri, Fernando Romero Wimer,
Juan Manuel Villulla.
Buenos Aires, Imago Mundi, 2012.

El libro “Estudios Agrarios e Agroindustriales” -Ed. Imago Mundí, 2012-, se propone abordar algunas de las problemáticas actuales del agro argentino. Los artículos que conjuntamente conforman el mismo expresan algunas de las líneas de trabajo que se desarrollan desde el Centro Interdisciplinario de Estudios Agrarios (CIEA) de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires y, si bien, cada trabajo se encuentra en una etapa diferente de avance, todos convergen en un análisis desde una perspectiva histórica, en su mayoría bajo el marco de los proyectos de investigación UBACYT.

A lo largo del libro, se observa el amplio alcance del estudio logrado desde una doble dimensión. Por una parte, los trabajos cubrirán distintos períodos y lapsos de tiempo, en diversos espacios geográficos del país donde se desarrolla la producción agraria, abarcando las problemáticas desde las relaciones de poder y dominación establecidas entre los actores sociales a lo largo de todas las etapas de la organización social: desde la producción agraria hasta la comercialización. Asimismo, una segunda dimensión, es completada por el agudo alcance conceptual aportado, que permite explicar los procesos y tendencias

con una mirada histórica, trascendiendo lo aparente de los fenómenos actuales en el agro argentino, para lo que muchos autores prefieren aplicar nuevas categorías y expresiones, relegando con ello la ambición de la conexión entre lo visto y evidenciable con una perspectiva conceptual. Y es esto último lo que diferencia el libro de cualquier otro estudio sobre los problemas agrarios y agroindustriales en el país, vale decir, la dimensión material e histórica del alcance conceptual, que permite comprender cabalmente los fenómenos como expresiones de procesos y tendencias (o contra-tendencias) más generales, sin perder de vista las relaciones sociales de producción y su materialización en el sector agropecuario.

En este sentido, el primer artículo escrito por Eduardo Azcuy Ameghino, resulta fundamental y esclarecedor para comprender el alcance y el marco conceptual que será utilizado y problematizado, en gran medida, a lo largo de todo el libro.

Habiendo hecho las aclaraciones epistemológicas pertinentes, que ubican a la conceptualización “...tan lejos del determinismo absoluto de la estructura, que deriva unilateralmente las conductas de los individuos de su posición de clase, como de la acción social desvinculada de la estructura y del contexto en el que se desenvuelve...”, el autor analiza y puntualiza los factores que deben ponderarse a la hora de comprender y diferenciar la estructura de clases del agro pampeano. Acto seguido, se enumeran una a una las principales categorías de aquella diferenciación teórico-conceptual, comenzando por los terratenientes y los capitalistas agrarios, hasta la producción familiar, contemplando en ella a los charceros (en sus diferentes estratos), los campesinos tradicionales y los obreros rurales. Para terminar se señalan ciertas cuestiones históricas y actuales que dan cuenta de la complejidad a la hora de interpretar y definir tipologías sociales, tales como la pluriactividad de los obreros rurales y el fenómeno del contratismo de servicios para el agro. Lo cierto, es que el presente trabajo articula otros escritos reunidos en el libro, pero al mismo tiempo resulta referencia obligada para el correcto y preciso manejo de las categorías conceptuales.

En el segundo estudio, Juan Manuel Villulla analiza la relación contradictoria entre el papel protagónico que tienen los obreros en la producción agrícola y la aparente ausencia de conflictos significativos protagonizados por esta clase social. Para ello realiza un rico recorrido teórico que se inicia con una caracterización del vínculo entre capital y trabajo asalariado para luego adentrarse en las particularidades de la producción capitalista en la agricultura, la construcción cotidiana de

hegemonía en el lugar de trabajo y el papel de la maquinaria como herramienta de disciplinamiento del obrero agrícola. De este modo, brinda elementos imprescindibles para comprender la existencia de conflictos latentes permanentes –propios de las contradicciones del modo de producción capitalista– que por diversos motivos no se manifiestan abiertamente.

Por su parte, en el tercer artículo, se presenta la otra cara de la moneda en las relaciones sociales de producción, la del gran capital agrario y sus estrategias actuales de reproducción. En este trabajo, Diego Fernández pone al alcance de un lector no especializado en conocimientos técnicos financieros, la comprensión del significado, el rol y la magnitud de los fideicomisos financieros en Argentina y, en particular, de los fideicomisos agropecuarios. Así, se plantean los diversos instrumentos financieros que manejan estos capitales. Al mismo tiempo, se presentan cuadros y mapas que develan tanto los cultivos sobre los que se posan aquellos capitales como la ubicación (para el caso de la Provincia de Buenos Aires) permitiendo al lector geo-referenciar su actividad. Posteriormente, el autor presenta un análisis similar al anteriormente realizado, pero sobre los Fondos Comunes de Inversión (FCI), declarados y constituidos legalmente, completando un panorama demostrativo de las estrategias de reproducción del capital de aquellos que se fondean en mercados públicos. Por último, se realiza una caracterización del sujeto activo en el agro que se halla por detrás de las denominaciones financieras, donde el gran arrendatario toma un protagonismo significativo. En este punto, el autor cierra el artículo enmarcando la funcionalidad del instrumento financiero en la estrategia más general de concentración de determinados capitales, en este caso arrendatarios, que se sirven de fondos en forma transparente en el mercado público. La importancia de estudiar el caso específico de este tipo de fondos que actúan en el agro, por más que no expresen la mayor parte de los mismos (ya que en general se constituyen como fideicomisos privados), radica en el análisis de la estrategia de los capitales, que sí pareciera ser replicable.

A continuación, y en una estrecha complementariedad con el artículo anterior en cuanto a caracterizar las estrategias de reproducción del capital en el agro argentino actual, Lucía Ortega indaga las transformaciones ocurridas en la propiedad de la tierra y en las explotaciones agropecuarias, bajo el prisma de la expansión de la agricultura en el Noreste argentino (NEA) y Noroeste argentino (NOA) desde fines de la década de 1980 hasta el 2002. La autora presenta un estudio compa-

rativo sobre la cuestión, a partir de los Censos Nacionales Agropecuarios, puntualmente revisando los usos del suelo por actividad (agrícola o ganadera) y el régimen de tenencia de la tierra para los casos de Santiago del Estero, Chaco, Formosa y Salta. En base a ello, y más allá de las particularidades de cada caso estudiado, se obtienen conclusiones tales como el protagonismo de los terrenos de gran extensión tras la expansión de la frontera agrícola, por un lado, y que esto sucede en una importante magnitud bajo la figura de los contratos de alquiler, por el otro.

En el quinto artículo del libro, ya dentro de los estudios sobre actividades agropecuarias puntuales, Pedro Castillo realiza una caracterización de la situación actual del complejo avícola y sus perspectivas a futuro desde una mirada sistémica. Es decir, se tienen en cuenta todos los eslabones de la cadena de valor avícola para dilucidar las claves del complejo en cuanto a las oportunidades y desafíos en miras a lograr la competitividad. Por ello, se estudian tanto los insumos de la producción de carne avícola (como lo es la provisión de maíz o alimento balanceado en el mercado interno), pasando por el procesamiento (y la concentración relativa de la faena en determinadas empresas), hasta llegar a la caracterización de los mercados. Asimismo, el autor analiza las políticas públicas que han sido aplicadas a la actividad, resaltando al final del trabajo el posicionamiento del país en este complejo y la importancia estratégica del mismo en términos locales y regionales.

Ya hacia el final de la obra, se encuentran los textos de Fernando Romero Wimer y de José Pierri, quienes estudian dos eslabones fundamentales en el agro pampeano, sin los cuales no se puede pensar la distribución y la apropiación de la renta agraria generada en torno a la producción primaria.

“Aguas arriba” en la cadena, Fernando Romero Wimer analiza el sector de la maquinaria agrícola, que constituye un insumo fundamental para el desarrollo de la producción agraria. A lo largo del artículo, el autor realiza un racconto histórico de la mecanización en el sector agropecuario local, pasando por todas las etapas de la historia argentina desde 1880 a la actualidad. Se estudia el tamaño del mercado local y la producción para cada época, los capitales que protagonizan y dominan el sector, y se analizan los procesos y tendencias generales en el mismo, concluyendo en identificar el papel dominante y subordinador del capital extranjero como un hito que se evidencia en distintos matices a lo largo de todo el período estudiado.

“Aguas abajo”, ya mirando la comercialización de la producción primaria, José Pierri indaga acerca de las transformaciones en la estructura y la evolución del comercio de granos en las últimas décadas en Argentina. El trabajo hará especial énfasis en los cambios ocurridos en la década del ‘90, donde se replican en el sector los procesos de privatización, concentración y liberalización que han ocurrido en forma generalizada en la época con respecto a las relaciones entre los capitales, la producción y el Estado. Asimismo, se analizan tanto las políticas internas que coadyuvaron y materializaron estos procesos más generales, como la coyuntura externa, que complejiza y condiciona la transformación ocurrida en el sector. Se terminan por describir y sintetizar todos los puntos identificados que contribuyeron en aquellos cambios en el comercio de granos en el país.

Para cerrar la breve reseña del libro “Estudios Agrarios y Agroindustriales” (Ed. Imago Mundi; 2012), cabe remarcar el carácter colectivo de la obra, donde puede resultar muy útil e interesante aproximarse desde los comportamientos que la conforman pero donde también es necesario remarcar que el todo en este caso es más que la suma de las partes. Visto en conjunto, el libro se conforma en un estudio sistémico que permite abordar la complejidad de la producción agraria y las relaciones sociales de producción que se desarrollan para su consecución, desde la materialidad del proceso productivo y desde las estrategias del capital. Y dentro de ellas, las de los capitales que se posan en los eslabones primarios de la producción como también de aquellos que lo hacen “aguas abajo” y “aguas arriba” en la cadena, en los cuales no sólo se genera y extrae plus-valor en forma particular (por sector) sino que también se distribuye y apropia renta agraria proveniente del ámbito de la producción.

Leandro Bullor

Reseña bibliográfica: *Estudios agrarios y agroindustriales*

Fecha recepción: 18/02/2013

Fecha de aceptación: 12/03/2013